

Sábado, 26 de Novembro de 1983



DIÁRIO

da Assembleia da República

III LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1983-1984)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 25 DE NOVEMBRO DE 1983

Presidente: Ex.º Sr. José Luis do Amaral Nunes

Secretários: Ex.ºs Srs. Leonel de Sousa Fadigas

Reinaldo Alberto Ramos Gomes

José Manuel Maia Nunes de Almeida

Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 11 horas.

Concluiu-se o debate, na generalidade, das propostas de lei n.º 46/III e 47/III, relativas às grandes opções do Plano para 1984 e ao Orçamento do Estado para 1984, respectivamente, tendo as mesmas sido aprovadas.

Intervieram no debate, a diverso título, além dos Srs. Ministros do Trabalho e Segurança Social (Amândio de Azevedo) e das Finanças e do Plano (Ernâni Lopes) e da Sr.º Secretária de Estado da Administração Autárquica (Helena Torre Marques), os Srs. Deputados Alberto Avelino (PS), Hasse Ferreira (UEDS), Anselmo Aníbal (PCP), Silva Marques (PSD), Abreu Lima (CDS), Agostinho Domingues (PS), António Taborda e Helena Cidade Moura (MDP/CDE), Bagão Félix e Nogueira de Brito (CDS), Zita Seabra, João Amaral, Ilda Figueiredo e Custódio Gingão (PCP), Abílio Rodrigues (PSD), Anselmo Aníbal e Vidigal Amaro (PCP), Ferraz de Abreu (PS), Malato Correia (PSD), Rúben Raposo (ASDI), Marcelo Curto (PS), António Lobo Xavier (CDS), Luísa Cachado (PCP), Coelho Pires (PS), Rocha de Almeida e Antunes da Silva (PSD), Silva Graça (PCP), Moraes Leitão e Luís Barbosa (CDS), António Mota (PCP), António Gonzalez (Indep.), Magalhães Mota (ASDI), Pinheiro Henriques (MDP/CDE), Carlos Brito (PCP) e Fernando Condeesso (PSD).

Procedeu-se à leitura de dois relatórios e pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos, um referente ao Sr. Deputado Abreu Lima — leitura integral — e outro ao Sr. Deputado João Gomes — leitura da conclusão —, tendo os mesmos sido aprovados pela Assembleia.

Foi lido e aprovado um projecto de resolução acerca da suspensão de reuniões plenárias para efeito de trabalho de comissões, designadamente a Comissão de Economia Finanças e Plano.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 21 horas e 40 minutos.

Assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Luis Nunes.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Abílio Aleixo Curto.
Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Agostinho de Jesus Domingues.
Alberto Manuel Avelino.
Alberto Rodrigues Ferreira Gamboa.
Alexandre Monteiro António.
Almerindo da Silva Marques.
Amadeu Augusto Pires.
Américo Albino da Silva Salteiro.
Aníbal Coelho da Costa.
António Domingues de Azevedo.
António Frederico Vieira de Moura.
António José dos Santos Meira.
Avelino Feliciano Martins Rodrigues.
Bento Elísio de Azevedo.
Bento Gonçalves da Cruz.
Carlos Augusto Coelho Pires.
Carlos Cardoso Lage.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Custódio das Neves Lopes Ramos.
Dinis Manuel Pedro Alves.
Edmundo Pedro.
Euríco Faustino Correia.
Ferdinando Lourenço de Gouveia.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Fradinho Lopes.
Francisco Augusto Sá Moraes Rodrigues.
Francisco Igrelas Caeiro.
Francisco Lima Monteiro.

Francisco Manuel Marcelo Curto.
 Frederico Augusto Händel de Oliveira.
 Gaspar Miranda Teixeira.
 Gil da Conceição Palmeiro Romão.
 Henrique Aureliano Vieira Gomes.
 Hermínio Martins de Oliveira.
 João de Almeida Eliseu.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João do Nascimento Gama Guerra.
 João Joaquim Gomes.
 João Luís Duarte Fernandes.
 Joel Maria da Silva Ferro.
 Joaquim José Catanho de Menezes.
 Joaquim Manuel Leitão Ribeiro Arenga.
 Jorge Alberto Santos Correia.
 Jorge Lacão da Costa.
 Jorge Manuel Aparício Ferreira Miranda.
 José de Almeida Valente.
 José Augusto Fillol Guimarães.
 José Carlos Pinto Bastos Torres.
 José da Cunha e Sá.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Luís Diogo Preza.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Nunes Ambrósio.
 José Maria Roque Lino.
 José Martins Pires.
 José António Borja S. dos Reis Borges.
 Leonel de Scusa Fadigas.
 Litério da Cruz Monteiro.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Luís Silvério Gonçalves Saias.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Fontes Orvalho.
 Manuel Laranjeira Vaz.
 Maria Ângela Duarte Correia.
 Maria do Céu Sousa Fernandes.
 Maria da Conceição Pinto Quintas.
 Maria Luísa Modas Daniel.
 Maria Margarida Ferreira Marques.
 Nelson Pereira Ramos.
 Paulo Manuel de Barros Barral.
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Ricardo Manuel Rodrigues de Barros.
 Rodolfo Alexandrino Susano Crespo.
 Rosa Maria da Silva Bastos Albernaz.
 Rui Joaquim Cabral Cardoso das Neves.
 Rui Monteiro Picciuchi.
 Silvino Manuel Gomes Sequeira.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Victor Hugo Jesus Sequeira.
 Walter Ruivo Pinto Gomes Rosa.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Abílio Gaspar Rodrigues.
 Abílio Mesquita Araújo Guedes.
 Agostinho Correia Branquinho.
 Amadeu Vasconcelos Matias.
 Amélia Cavaleiro Monteiro A. Azevedo.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Coutinho Monteiro Freitas.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Maria de Ornelas Ourique Mendes.
 António Nascimento Machado Lourenço.
 António Roleira Marinho.
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.

Arménio dos Santos.
 Carlos Miguel Almeida Coelho.
 Cecília Pita Catarino.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Domingos Duarte Lima.
 Eleutério Manuel Alves.
 Fernando José Roque Correia Afonso.
 Fernando Manuel Cardoso Ferreira.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Fernando dos Reis Condesso.
 Francisco Antunes da Silva.
 Francisco Jardim Ramos.
 Gaspar de Castro Pacheco.
 Guido Orlando Freitas Rodrigues.
 Jaime Adalberto Simões Ramos.
 João Evangelista Rocha de Almeida.
 João Luís Malato Correia.
 João Maurício Fernando Salgueiro.
 João Maria Ferreira Teixeira.
 João Pedro de Barros.
 Joaquim Eduardo Gomes.
 Joaquim dos Santos Pereira Costa.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José de Almeida Cesário.
 José António Valério do Couto.
 José Augusto Santos Silva Marques.
 José Bento Gonçalves.
 José Mário de Lemos Damião.
 José Silva Domingos.
 José Vargas Bulcão.
 Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro Almeida.
 Leonel Santa Rita Pires.
 Luís António Martins.
 Manuel António Araújo dos Santos.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel Maria Moreira.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Pereira.
 Mariana Santos Calhau Perdigão.
 Marília Dulce Coelho Pires M. Raimundo.
 Mário Martins Adegas.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Pedro Paulo Carvalho Silva.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Manuel de Oliveira Costa.
 Rui Manuel de Sousa Almeida Mendes.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio Higino Gonçalves Pereira.
 Vítor Manuel Ascensão Mota.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Álvaro Favas Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António Guilherme Branco Gonzalez.
 António José de Almeida Silva Graça.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 António da Silva Mota.
 Belchior Alves Pereira.
 Carlos Alberto da Costa Espadinha.
 Carlos Alberto Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.

Domingos Abrantes Ferreira.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgette de Oliveira Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 João Carlos Abrantes.
 Joaquim António Miranda da Silva.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Santos Magalhães.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Manuel Correia Lopes.
 Manuel Gaspar Cardoso Martins.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Maria Luísa Mesquita Cachado.
 Maria Margarida Tengarrinha.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Mariana Grou Lanita.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Centro Democrático Social (CDS):

Abel Augusto Gomes Almeida.
 Adalberto Neiva de Oliveira.
 Alfredo Albano de Castro Azevedo Soares.
 António Bernardo Lobo Xavier.
 António José de Castro Bagão Félix.
 Armando Domingos Lima Ribeiro Oliveira.
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca.
 David José Duarte Ribeiro.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.
 Henrique António Conceição Madureira.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 Henrique José Pereira Moraes.
 Hernâni Torres Moutinho.
 Horácio Alves Marçal.
 João António de Moraes Silva Leitão.
 João Carlos Dias M. Coutinho de Lencastre.
 João Gomes de Abreu Lima.
 João da Silva Mendes Morgado.
 Joaquim Rocha dos Santos.
 José Augusto Gama.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Luís Eduardo da Silva Barbosa.
 Manuel António de Almeida Vasconcelos.
 Manuel Jorge Forte Goes.
 Narana Sinai Coissoró.
 Tomás Rebelo Espírito Santo.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

António Monteiro Taborda.
 José Carlos Pinheiro Henriques.
 Helena Cidade Moura.

Agrupamento Parlamentar da União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS):

António César Gouveia de Oliveira.
 António Manuel C. Ferreira Vitorino.

António Poppe Lopes Cardoso.
 Joel Eduardo Neves Hassé Ferreira.

Agrupamento Parlamentar da Acção Social-Democrata Independente (ASDI):

Joaquim Jorge de Magalhães Mota.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Rúben José Almeida Raposo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Alberto Avelino.

O Sr. Alberto Avelino (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Só muito depois do 25 de Abril as autarquias locais viram consagrada em diploma a Lei n.º 1/79, comumente conhecida por Lei das Finanças Locais.

Infelizmente os dois principais instrumentos legais da maior importância para os órgãos do poder local, Leis n.ºs 79/77 e 1/79, aprovadas nesta Câmara, nunca foram revistas atempadamente conforme estipula o seu próprio conteúdo.

O IX Governo Constitucional teve a coragem de, no início do seu mandato, pedir autorização legislativa a esta Assembleia para rever estes 2 instrumentos que contribuirão decididamente para uma descentralização efectiva e um real reforço do poder local, sempre reivindicados pelos autarcas, de maneira a que para o Plano e Orçamento do Estado para 1984 possa haver mais atribuições, mais competências e maior capacidade de recursos financeiros próprios.

Os primeiros passos para a descentralização estão dados; não por leis que governos anteriores a tenham apoiado, antes pela dinâmica própria da actuação das autarquias, que na melhor e mais perfeita democracia fez com que este Governo reconhecesse no seu Programa o trabalho das autarquias como o poder descentralizado.

É assim que no Plano para 1984 não deixa de apoiar a descentralização. E citemos um exemplo: a satisfação dos encargos com o funcionamento das escolas primárias e dos postos escolares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para evitarmos mal-entendidos e desfazermos «equívocos» de alguns senhores deputados da oposição, gostaria de adiantar o seguinte:

- 1.º Aspectos constitucionais: «Inserção das escolas nas comunidades de maneira a servir e a esclarecer a interligação do ensino e das actividades económicas, sociais e culturais»;
- 2.º No quadro do Programa do Governo aqui aprovado, diz-se: «A transferência para a administração local de competência relativa à gestão de recursos humanos» e «Reforço da democratização geral do ensino na perspectiva de uma descentralização e regionalização»;
- 3.º Entendemos esta descentralização como uma redistribuição de poderes entre a administração central e local, sem interferência no domínio próprio do Ministério da Educação enquanto entidade responsável pela política nacional de ensino.

Assim, entendemos como possibilidade de transferência para as autarquias que o desejarem, e só as que o desejarem, competências relativas à ligação da escola com as comunidades locais, tais como:

Gestão dos equipamentos da educação pré-escolar e do ensino primário;
Administração da Ação Social Escolar (transporte e suplemento alimentar);
Coordenação do processamento de vencimentos do pessoal afecto a esses níveis de ensino;
Fórmulas de coordenação entre esses sectores do ensino e o município no sentido de se obter uma maior eficácia nas esferas de actividade de mútua interferência.

A transferência destas competências será, objecto de regulamentação própria, através de diploma legal a publicar brevemente, ouvidas que sejam todas as partes interessadas nesta matéria.

Por último e neste aspecto, entendemos que, para o exercício das novas competências das autarquias, haverá durante o período de transição legalmente definido receitas consignadas que constarão em cada ano, de forma descriminada, município a município, em mapa anexo à Lei do Orçamento do Estado.

Não se argumente demagogicamente que, havendo em média um aumento de cerca de 11 % nas verbas a atribuir aos municípios em relação ao ano transacto, como poderão estes suportar mais encargos, pagando ao pessoal docente e discente dos ensinos pré-primário e primário.

Se é verdade este aumento, ele apenas diz respeito às receitas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e consideradas como verbas livres para despesas correntes e de capital no montante de 51,5 milhões de contos. O eventual processamento de encargos com os ensinos pré-primário e primário em nada têm a ver com o montante acima já que, aquele pagamento será suportado por verbas expressamente consignadas para o efeito e que se cifram em cerca de 27 milhões de contos.

Se até aqui as autarquias locais têm sido «pau para toda a obra» e, apenas por imperativo democrático e por respeito pelas populações que as elegeram, arrostando com encargos pesadíssimos, se têm dedicado à construção, reparação e manutenção de edifícios escolares, posto à disposição viaturas para a distribuição de suplemento alimentar, participado na manutenção de cantinas escolares, e participado em tantas outras formas de apoio, que receio há, então, que a lei consagre estes vínculos às autarquias?

Claro que a descentralização não é apenas a responsabilidade autárquica perante os ensinos pré-primário e primário.

Já aquando da discussão e aprovação do Programa do IX Governo Constitucional, o meu camarada Abílio Curto fazia sentir a actuação do Governo central em áreas de verdadeira competência e administração do poder local. Isto é, actuava-se e actua-se em verdadeira competição entre um e outro poderes, com graves prejuízos consequentes.

Cito apenas alguns exemplos: construção de quartéis para os bombeiros voluntários, obras para fins sociais, recreativos, culturais e desportivos. Quem melhor do que um município pode saber na área da sua

circunscrição que obras desta natureza pode fomentar e suportar?

Por que não deixar aos eleitos locais a responsabilidade total de actuação naqueles sectores para que possam ser julgados pelas populações durante as eleições?

Que fique bem claro que não defendemos a libertinagem de actuação; antes defendemos a demarcação bem clara das balizas de actuação dos diferentes poderes.

Seja-me permitido transcrever um pequeno excerto de Alexandre Herculano nos seus opúsculos sobre centralização e descentralização:

O municipalismo é a fórmula única da descentralização [...] A administração da localidade pela localidade deve chegar até ao último limite em que não repugna no direito das outras localidades constituídas uniformemente. A administração central abrange tudo o que fica além desses limites no regime prático da sociedade.

Não tão radical como Herculano, mas para mantermos o que é comum dizer-se — que «o município é a escola da democracia»; que «o município é a força das nações livres»; que «o município é um forte pilar da democracia e da liberdade» ou, juntamente com Alexis de Tocqueville, «o município parece sair directamente das mãos de Deus» — defendamos a descentralização, demos mais força ao comboio da descentralização.

É neste sentido, repito, que o Plano e o Orçamento do Estado para 1984 apontam. Mesmo numa grave crise financeira como a que o País atravessa consegue-se transferir mais 5 milhões de contos para as autarquias; inscreve-se em rubrica própria no Ministério das Finanças e do Plano uma verba de 480 000 contos para fazer face aos encargos com as bonificações de juros relativos à linha de crédito aberta a favor dos municípios; dá-se cobertura à construção e ou reparação de sedes de juntas de freguesias, orçamentam-se 2 milhões de contos para o programa de desenvolvimento regional.

Sendo certo que é de cerca de 11 % o aumento global a transferir para as autarquias e na esperança firme de que o aumento dos funcionários públicos seja muito superior àquela percentagem, entendemos que o Ministério das Finanças e do Plano reforce, na altura, verbas do MAI de maneira a que a diferença entre aquela percentagem de 11 % e a percentagem que venha a ser definida para o aumento do funcionalismo público não seja suportada pelas autarquias.

Assim, sugerimos à Comissão de Especialidade que tenha em conta este assunto.

Conscientes das dificuldades que enfrentamos, agravadas ainda mais com a catastrófica chuva diluviana do último fim-de-semana, mas firmes e determinados para vencer essas dificuldades, damos o nosso apoio aos Planos e Orçamento do Estado para 1984 apresentados pelo Governo.

Aplausos do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Encontram-se inscritos para pedidos de esclarecimento os Srs. Deputados Hasse Ferreira, Anselmo Aníbal, Silva Graça, Silva Marques e Abreu Lima.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hasse Ferreira.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Sr. Deputado Alberto Avelino: Não só como deputado mas, também, como autarca compartilho na generalidade das preocupações expressas por V. Ex.^a Diria mesmo que subscreveria o grosso da sua intervenção com excepção, como começa a ser patente, de frase final e penso que serão óbvias as razões dessa discordância.

Centrando no fundo da questão da sua intervenção, penso que o problema que levantou em relação às despesas com funcionários, é grave. Em virtude de não ter entendido bem se este aspecto foi focado na sua intervenção gostaria de lhe perguntar o seguinte: sendo sabido que as câmaras têm uma rigidez muito grande em receitas e despesas importantes, as receitas, no fundo, são as que lhe são fixadas através da Lei das Finanças Locais e, depois, pelo Orçamento do Estado, e as despesas em muitas câmaras começam a ser, essencialmente, as despesas fixas, as despesas correntes, as despesas com o pessoal do quadro, da fixação das quais as câmaras não têm qualquer intervenção, gostaria de saber se o Sr. Deputado avançaria com algumas sugestões ou indicações que permitissem começar a ultrapassar a situação de órgãos com tanta importância como são as câmaras municipais, estarem praticamente de pés e mãos atadas no que se relaciona com a elaboração dos seus orçamentos. É preciso que estejamos conscientes de que as câmaras não elaboram orçamentos mas apenas bocadinhos de orçamentos, porque uma boa parte do orçamento é-lhes fixado, por um lado, pela intervenção da administração central ao nível da fixação das despesas com os funcionários, do nível da subida dos salários dos funcionários e, por outro lado, da Lei de Finanças Locais e da aplicação do Orçamento do Estado. Portanto, as câmaras não orçam; elas fazem apenas uma parte do orçamento.

Quanto às escolas, pareceu-me que V. Ex.^a indicava a maior prudência em relação às transferências de competências. Gostaria que precisasse esta questão e a minha pergunta era se o Sr. Deputado condicionaria as transferências de competências, no caso das escolas primárias e dos professores, à aceitação e, portanto, à capacidade manifestada por parte das autarquias para as receberem. Parece-me que é, efectivamente, um problema grave e gostava de ter uma maior precisão do pensamento do Sr. Deputado sobre este assunto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Anselmo Aníbal.

O Sr. Anselmo Aníbal (PCP): — Sr. Deputado Alberto Avelino: Muito claramente, a sua posição parece vir aqui substituir a anunciada declaração do Sr. Ministro da Administração Interna. A governamentalização chegou, segundo parece, a este ponto! Esta governamentalização deu origem a que o Sr. Deputado viesse aqui anunciar as medidas que justificam, ou procuram justificar, declaradamente, a transferência das atribuições escolares das direcções-gerais do Ministério da Educação para as autarquias.

Queria perguntar-lhe, em primeiro lugar, se a forma dessa transferência tem algo a ver com algum critério de eficácia escolar e se os milhões de contos que passam do Ministério da Educação para as autarquias locais vão ser tratados apenas como verbas consignadas em forma que o Sr. Deputado entendeu explicitar muito pouco.

Por outro lado, nada adiantou sobre o Fundo de Equilíbrio Financeiro que é transferido pelo anexo 6.^º em valores nominais, contrariamente à Lei n.^º 1/79, que não se encontra revogada, como sabe.

Este facto é muito claro, ou seja, a transferência nominal do Fundo de Equilíbrio Financeiro não é feita em valores percentuais e é, evidentemente, uma ilegalidade a apresentação do anexo 6.^º da forma como foi feita na presente proposta de lei n.^º 47/III.

Queria, ainda, perguntar-lhe se, em relação à base de cálculo do Fundo de Equilíbrio Financeiro, considera minimamente ajustados os valores sobre os quais o Governo ou os senhores calcularam os 17 %.

Pergunto-lhe se se pode encontrar uma base de investimentos de 4 milhões de contos, como os senhores fizeram para defraudar as autarquias, quando foi aqui claramente anunciado que, por exemplo, o PIDDAC tem, só ele, 58 milhões de contos. Isto não é pura e simplesmente um esbulho ou um defraudamento, claríssimo, em relação às autarquias?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Graça.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Prescindo do meu pedido de esclarecimento, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques para pedir esclarecimentos.

O Sr. Silva Marques (PSD): — O Sr. Deputado Alberto Avelino referiu-se bastante a diplomas que não estão em discussão embora sejam importantes, e de certo brevemente aqui estarão em debate, e que são os relativos à delimitação das actuações entre a administração central e local e à revisão da Lei das Finanças Locais. Aliás, o sistema de implantação da autonomia municipal carece desse terceiro elemento que infelizmente até hoje não se conseguiu concretizar, que é a delimitação das actuações entre a administração central e local. Porque, depois do primeiro elemento, o da Lei das Atribuições, e do segundo, o da Lei das Finanças Locais, falta esse terceiro elemento que é fundamental para definir institucionalmente a autonomia municipal que é, entre outras, a possibilidade de prever. Daí a importância de uma delimitação clara das actuações entre os diversos níveis da Administração.

Espero que, nessa altura, possamos discutir em profundidade esses diplomas, o da delimitação de actuações e o da revisão das finanças locais.

Mas eu intervinho sobretudo, porque fiquei impressionado com uma frase inicial que, embora secundária relativamente ao conteúdo da sua intervenção, me parece importante analisar politicamente. Disse V. Ex.^a que os governos anteriores não apoiaram o poder local. Pessoalmente, penso que apoiaram. Podiam ter apoiado mais ou menos, mas penso que apoiaram. V. Ex.^a não fundamentou a sua afirmação. Eu formulo um desejo: o de que o actual Governo apoie mais.

Sei que a conjuntura não pode fazer esperar números elevados, como se vê do presente orçamento, mas o poder local não se afere por padrões de natureza quantitativa. Afere-se, sim, pelos mecanismos que asseguram uma autonomia de gestão, independentemente da quantidade que se gere, aos municípios. E é aí que eu espero que, partindo mesmo do princípio de que os

anteriores governos não apoiaram o poder local, este Governo apoia senão bastante mais, pelo menos inequivocamente mais.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Abreu Lima, tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Abreu Lima (CDS): — Sr. Deputado Alberto Avelino: V. Ex.^a compreenderá que a proposta de lei n.º 47/III nada diz em relação ao destino dos 26,5 milhões de contos que são transferidos para as autarquias locais para efeitos de transferência de competências novas e V. Ex.^a, realmente, veio trazer aqui uma série de elementos que eram totalmente desconhecidos e os quais não podíamos adivinhar.

Apesar disso, fiquei com a impressão de que essa transferência de 26,5 milhões de contos é uma verba condicionada para satisfazer aquelas despesas que o Ministério da Educação tem vindo a fazer. Dá-me a sensação que esses 26,5 milhões de contos são apenas para efectuar pagamentos e para cobrir despesas que até aqui o Ministério tem feito. Quer dizer: a faculdade de opção das autarquias locais na utilização de quotas-partes que lhe pertencem nos 26,5 milhões de contos não vai existir.

E, se não existe esta faculdade de opção, não me parece que seja transferida para as câmaras qualquer competência nova. Transfere-se, pura e simplesmente, o facto de ser outra entidade a pagar e é isso que me preocupa, tal como me preocupa que sejam transferidas competências para as câmaras *a latere* e à margem na falta de uma lei, que está para sair, para transferir essas competências. Porque é que se transferem estas e não outras? Porque é que estas têm de ser as primeiras? Porque é que não têm de ser outras? Quem nos diz a nós que esta Assembleia tem de vir a aprovar isto?

O que acho mal é que este Orçamento do Estado esteja a antecipar uma lei que não existe! Como antecipa uma lei, revogando a Lei n.º 1/79, e utilizando critérios de distribuição das verbas para as autarquias que nós não sabemos como é que são! Quem é que me diz a mim o que é a interioridade? Contudo as verbas estão distribuídas assim! Quem é que nos diz a percentagem que se tem de distribuir às áreas dos municípios, às suas populações e às suas capitanações? Porque é que não se fez primeiro a discussão nesta Assembleia, ou não se deu a possibilidade de uma ratificação da substituição da Lei das Finanças Locais n.º 1/79, para sabermos como são essas percentagens? Porque é que os senhores não aceitaram a transferência mínima dos 18 % que estava na Lei n.º 1/79, e fixaram-na em 17 %?

Além disso, Sr. Deputado, acha certo que sejam, agora, as autarquias a sustentar as despesas das assembleias distritais? Isso estará correcto? E pergunto-lhe: estará correcto que sejam retiradas e deduzidas às transferências que têm de determinar as bases de incidência dos 17 %, para determinação da Lei das Finanças Locais, as transferências que são feitas para os Açores e para a Madeira, que até aqui não existiam, nem Lei n.º 1/79, nem no projecto de lei que os senhores mandaram às autarquias? Porque é que isto está incluído no Orçamento do Estado na proposta de lei n.º 47/III?

Isto vem reduzir as nossas possibilidades, de as câmaras terem o dinheiro que devem ter. E mais, vai

obrigar as câmaras do continente a sofrerem as consequências dos aumentos e dos saldos negativos que os Açores e Madeira apresentam. Não me parece que isto esteja certo, Sr. Deputado.

Quando diz que 480 000 contos são averbados para uma linha de crédito que há-de servir de apoio às autarquias, eu pergunto: é uma nova linha ou crédito que há-de vir, que implica 480 000 contos para cobrir os juros bonificados? Se essa linha de crédito há-de vir, quem é que vai beneficiar dela se, porventura, houvesse mais pedidos para a utilização dessa linha de crédito, que a própria linha de crédito consente? Quais são as câmaras que a tem? Como é que se define isso? Qual é o critério? São as que vão em primeiro lugar, ou são aquelas que o Governo ou a Caixa Geral de Depósito quer privilegiar?

Isto são factos reais que acontecem. Algumas câmaras são preteridas na distribuição e na utilização deste crédito e têm muitas razões de queixa.

Já agora, gostaria que o Sr. Deputado nos dissesse alguma coisa sobre isto.

O Sr. Presidente: — Não havendo mais inscrições para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Avelino, para responder.

O Sr. Alberto Avelino (PS): — Vou responder muito rapidamente, por imperativo de tempo, às questões que me foram colocadas.

Creio que a maior parte das perguntas que me foram formuladas pelos interpellantes dizem respeito — além de serem velhas — muito mais ao Governo do que propriamente a um deputado que defende aqui aquilo que leu nas propostas de lei do Plano e do Orçamento.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — E o que não leu!

O Orador: — Consequentemente, acho que devem remeter essas perguntas para os elementos do Governo e refiro-me, nomeadamente, à intervenção do Sr. Deputado Abreu Lima e, em parte, à do Sr. Deputado Anselmo Anibal.

Quanto ao Sr. Deputado Hasse Ferreira, ele põe-me aqui várias questões sobre os orçamentos das câmaras municipais. Todos nós sabemos as dores de barriga que temos sempre que trabalhamos com orçamentos. Na verdade, quer em receitas próprias quer em receitas do Fundo de Equilíbrio Financeiro, aparece-nos sempre uma dor de barriga quando enfrentamos a situação. Mas a questão é esta: o País em si ao fazer o seu orçamento, naturalmente que também gostaria de ter mais verbas à sua disposição para fazer face a tantas e tantas carências. E isto, a política das câmaras, é, de facto, a política do possível. No entanto, cabe-me aqui realçar que espero bem que, como disse, haja uma margem muito maior de influência das câmaras para poderem cobrar receitas próprias.

Por outro lado, o Sr. Deputado falou em determinados aspectos de pessoal. Acho que sem a revisão da matéria da organização técnico-administrativa das câmaras municipais naturalmente que as autarquias encontram problemas gravíssimos.

Quanto às escolas, usei da maior prudência, referi apenas alguns indicadores que me pareceram bastante suaves.

Não se espera, certamente, que este ano se façam todas as leis da descentralização. Vamos começar por etapas e, como disse, a primeira grande etapa foi natural, não foi por forma de lei. Agora será bom que outras etapas se façam por forma de lei. Esta é uma primeira tentativa que vamos experimentar. Vamos experimentando aos poucos, e dentro do espírito, que foi bem citado: «sempre que as autarquias o desejem».

O Sr. Deputado Silva Marques referiu que eu tinha dito que os outros governos não apoiaram o poder local. Eu não disse bem isso, Sr. Deputado. O que eu disse foi que os primeiros passos para a descentralização devem-se à dinâmica própria das autarquias e não ao apoio das leis. Entende-se que as Leis n.º 1/79 — Lei das Finanças Locais — e n.º 79/77 — que define as atribuições das autarquias locais e competências dos respectivos órgãos — feitas nesta Casa e que, naturalmente, os governos apoiaram, elas próprias prevêem a sua revisão, que ainda não foi feita. E quando não digo que não apoiou, quero dizer que apoiou no limite do possível. Mas o certo é que este IX Governo Constitucional reconhece o poder descentralizado nas autarquias, fruto da sua própria dinâmica. Naturalmente que, tal como o Sr. Deputado, também desejo ...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado.

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado, então se V. Ex.^a disse que o anterior Governo apoiou, eu retiro as observações que fiz.

O Orador: — Nesse caso, mais não tenho a responder.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hasse Ferreira, V. Ex.^a fez sinais à Mesa que gostaria que explicitasse.

O Sr. Hasse Ferreira (UEDS): — Os sinais daviam-se ao facto de, por um lado, ter desaparecido a lista de inscrições e, por outro, porque queria protestar mas, entretanto, desvaneceu-se a razão para o meu protesto.

O Sr. Presidente: — Então, dou-lhe os meus parabéns, Sr. Deputado Hasse Ferreira.

Risos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Domingues.

O Sr. Agostinho Domingues (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não há perigo de pecar por excesso quando se encarece a importância das autarquias na consolidação da democracia e se reivindica a concessão dos melhores meios e recursos para o exercício efectivo do poder autárquico ao serviço das populações.

Importa, no entanto, prevenir contra algum simplismo que toma por boa toda e qualquer descentralização de competências a favor das autarquias sem olhar às consequências nacionais.

Precisamente porque a prática autárquica de milhares de cidadãos empenhados na gestão das comunidades locais tem fortalecido as instituições democráticas, apesar de algumas excepções de maus servidores do povo, importa aprofundar a descentralização em termos que não tornem reversíveis as conquistas das autarquias.

É comummente sentida a necessidade da criação das regiões administrativas previstas na Constituição. Elas são imprescindíveis para a verdadeira descentralização. Sem o funcionamento das regiões não será possível uma atribuição de competências aos municípios tão ampla quanto se deseja. Acontece, porém, que a criação das regiões tem-se tornado difícil e, mormente, tem sido dificultada pela instabilidade política. Esse facto vem sendo aproveitado pela impaciência de alguns autarcas, que reclamam a transferência para o município de competências que devem, de facto, ser descentralizadas mas a favor da região administrativa e não do município. É legítimo o protesto de cansaço dos autarcas que aguardam, sem fim, decisões prementes dos burocratas de Lisboa, onde os processos vêm, por vezes, colher o simples despacho confirmativo de um parecer tecnicamente elaborado na província.

Descentralize-se quanto já está descentralizado na prática; proceda-se com prudência noutros casos, designadamente na deslocação de competências do âmbito de um para outro ministério.

Se a Democracia em Portugal tem vigorado, infelizmente, por curtos períodos, maior é a obrigação de todos nós em colher as lições da História para que, finalmente, o regime democrático se torne irreversível.

Não quero deixar de lembrar aqui o entusiasmo dos Republicanos de 1910 em transferir o máximo de poderes para as autarquias sem a devida ponderação prévia das consequências. Segundo Salvado Sampaio, um decreto de 1911 transferiu para as câmaras municipais a administração dos ensinos infantil e primário, incumbindo aos municípios designados «nomear, transferir e demitir o pessoal docente». A experiência resultou de tal forma negativa que todas as organizações dos professores foram unâmes em denunciar as arbitrariedades e os atropelos cometidos contra os mais elementares direitos da classe. Um jornal da classe resumia, em 1923, o sentir geral dos professores nesta frase lapidar: «Instrução a cargo das câmaras? Não e não!»

As câmaras têm vindo progressivamente a assumir o encargo da construção e da manutenção dos edifícios da pré-primária e da primária. Importa caminhar nesse sentido garantindo aos municípios os meios humanos, técnicos e financeiros, sem prejuízo de controle por parte do Estado da aplicação das directrizes nacionais. Por outro lado, impõe-se facilitar a colaboração entre as autarquias e os serviços dependentes dos vários ministérios — Segurança Social, Saúde, Agricultura, Educação e outros. O relacionamento aprofunda-se não subordinando serviços entre si, mas definindo formas de cooperação. Procedendo desta forma, estaremos a fortalecer o poder local e a caminhar decididamente para a regionalização.

Para voltar ao sector da Educação, adiantarei como vantajosa a transferência de competências para as autarquias, no domínio da Acção Social Escolar — na pré-primária e na primária.

Também aí se impõe uma definição clara de competências de forma a garantir a satisfação cabal dos objectivos prosseguidos pela Acção Social Escolar. O exercício dessas competências pelo município pressupõe, salvo melhor opinião, um novo enquadramento do pessoal auxiliar desses sectores. Em qualquer caso, todos os direitos desses trabalhadores exigem ser devidamente acautelados.

Nesta matéria da descentralização não creio que haja intransponíveis diferenças de filosofia política entre os grandes partidos políticos portugueses.

As vezes, as mesmas linhas de clivagem passam simultaneamente pelo interior dos partidos separando as pessoas pela maior ou menor experiência, pela diferença de ritmo, pela maior afirmação do poder pessoal ou do poder do grupo, etc.

Mas nesta como noutras questões tão importantes para o aprofundamento (senão mesmo salvaguarda) da Democracia, deveria haver maior preocupação em buscar consensos possíveis, não só entre os partidos da maioria mas no seio das próprias oposições.

Aplausos do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, estão inscritos para interpelar V. Ex.^a os Srs. Deputados António Taborda e Helena Cidade Moura.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Taborda.

O Sr. António Taborda (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Agostinho Domingues: ouvi com muito interesse a sua exposição, e não posso deixar de o felicitar, principalmente pela parte final, quando fez o apelo aos consensos possíveis para se resolverem os problemas da descentralização e da regionalização.

Eu queria colocar-lhe um problema que o Sr. Deputado abordou na sua intervenção. É o problema da transferência para as câmaras dos encargos com o ensino primário. V. Ex.^a citou um conhecido e prestigiado professor, meu companheiro — Salvador Sampaio —, dizendo que um decreto de 1911 teria feito a mesma transferência de encargos, para as câmaras municipais, do ensino primário e pré-primário. E disse — e muito bem — que, segundo os professores e comentadores da época, tal transferência tinha tido só aspectos negativos para as próprias câmaras. Deduzo daí que V. Ex.^a também não está de acordo com esta transferência, que, ao fim e ao cabo, parece ser uma transferência puramente burocrática. Sobre encargos específicos, já que, segundo explicações dadas na Comissão, pela responsável do sector, o que se iria fazer era o pagamento ao Ministério da Educação, este transferiria essa verba para as câmaras e, depois, estas pagariam aos professores e ao pessoal auxiliar das escolas. Portanto, as câmaras aqui servem pura e simplesmente como uma caixa de correio ou como uma agência bancária. Parece-nos que isto não é descentralização nenhuma. Não sei qual é a opinião do Sr. Deputado, mas gostaríamos de saber.

Outro problema que lhe coloco — e que já coloquei ontem na minha intervenção — é o seguinte: como entende que tudo isto seja feito ao nível do Orçamento, com base num projecto de decreto-lei que, embora ande por aí a circular, tenha sido enviados aos presidentes das câmaras, quando a verdade é que não é mais do que uma mera hipótese normativa do Governo —

não está publicada, não é lei? Repetindo um bocado o que eu disse ontem, se isto pega, então basta que um membro do Governo comece a pensar fazer qualquer coisa de absurdo — como, por exemplo, um serviço nacional de protecção contra a mosca varejeira — que, como tem a maioria nesta Câmara, fica desde logo transformada em lei — e já pode inscrever a verba necessária no Orçamento.

Sr. Deputado, é sobre estes problemas que eu gostaria de ouvir a sua opinião.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como sempre, fica-nos muito pouco tempo reservado para aquilo que gostaríamos e acharíamos oportuno dizer.

Estou, como já o afirmou o meu companheiro Sr. Deputado António Taborda, completamente de acordo com a intervenção do Sr. Deputado Agostinho Domingues e com a referência que fez à união que se tem feito, nesta Assembleia, entre os profissionais do ensino e os técnicos da educação. Isso já deveria ter chamado a atenção dos respectivos governos para ver que há, de facto, qualquer factor comum que a política não é capaz de integrar. Esse factor comum é o factor pedagógico, indispensável na construção de qualquer democracia. Esse factor pedagógico está totalmente ausente. E esta passagem rápida do ensino para as câmaras municipais, numa altura em que não se criam nem os institutos pedagógicos nem os institutos de investigação, se fecham escolas do Magistério Primário e não se criam institutos de alfabetização, embora tudo isto esteja previsto nas leis, parece que é, mais uma vez, aligeirar o problema da educação, para a simples construção escolar e para a simples manutenção de um *status quo* que tem arruinado o País e que está, de facto, a cavar já um futuro sombrio.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Domingues.

O Sr. Agostinho Domingues (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu peço desculpa de não me poder alongar nas respostas, porque o nosso tempo é muito pouco e não quero prejudicar os meus colegas de bancada inscritos.

No entanto, não posso deixar de agradecer as questões que foram postas pelo interesse que possa ter suscitado a minha intervenção. E diria só, em resumo, que naturalmente estas preocupações são as preocupações que eu próprio exprimi na minha intervenção. Diria apenas que o Governo está absolutamente aberto a este debate crítico, porque é naturalmente do interesse do Governo e, concretamente, das bancadas da maioria encontrar as melhores soluções para este e outros problemas.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social.

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social (Amândio de Azevedo): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como foi recentemente sublinhado na última reunião da Assembleia Geral da Associação Internacional de Segurança Social, em Outubro passado, é

inegável que, na maior parte dos países, se vem atra-vessando nas instituições da segurança social, nos úl-timos 3 anos, uma das mais difíceis crises desde a 2.ª Grande Guerra.

Este período tem sido fundamentalmente caracterizado por tentativas levadas a cabo por numerosos go-vernos, sem excluir os dos países industrializados, no sentido de rever o financiamento e a estrutura das prestações com o objectivo básico de disciplinar mais eficazmente as despesas globais.

Disto resulta que seria profundamente enganador supor-se que o nosso país pode fugir em absoluto aos impactos estruturais e conjunturais destas flutuações negativas da economia.

Todavia, o Governo, reconhecendo que hoje, provavelmente mais do que nunca, se torna evidente que o sistema de segurança social se afirma como um dos pilares institucionais mais importantes das sociedades contemporâneas, não irá abrandar o esforço tendente a garantir que aquele sistema reúna condições para se expressar em termos de poderosa alavancada de objectivos de política social e económica a prosseguir, e de que as grandes opções do Plano para 1984, e o presente Orçamento dão claro testemunho.

Neste quadro, assume inegável significado a relação que se procura estabelecer entre as grandes orientações da política da segurança social para 1984, e a política de rendimentos, por um lado, e a política de emprego, por outro.

No primeiro caso, e embora não seja possível aumentar os rendimentos reais da generalidade da po-pulação, devido às necessidades de estabilização finan-ceira, o Governo, com este Orçamento, procurará evitar que se agravem as disparidades na distribuição de rendimentos, o que será conseguido também em arti-culação com a perspectiva de política fiscal.

No segundo caso, a política de emprego a desenvolver em 1984, inclui, não só o prosseguimento de pro-gramas do mais vasto alcance no domínio da formação profissional e da promoção do emprego, mas também no que se refere à protecção no desemprego, designa-damente pela intensificação dos esforços tendentes ao lançamento de um verdadeiro seguro social de des-emprego, projectado na melhoria sensível do apoio finan-ceiro aos desempregados, de acordo com uma con-cepção de seguro social obrigatório articulado com o sistema de segurança social, visando a sua sequente integração.

Assim, e considerando a prossecução de metas de es-tabilização financeira a conseguir, de modo a manter dentro dos limites controlados à quebra de condições médias de vida dos portugueses, o orçamento da se-gurança social para 1984, ao mesmo tempo que leva em consideração os objectivos prioritários definidos pelo Governo para a política económica, reflecte uma inegável intenção de assegurar que os mecanismos do sistema da segurança social possam proporcionar ajustadas respostas compensatórias, através das prestações pecuniárias e em espécie, com ajustamentos que tendem a conservar o seu poder aquisitivo, no caso das pen-sões e das prestações familiares, ou mesmo um efec-tivo crescimento real dos seus montantes, como acon-tece no caso dos deficientes.

Com efeito, se as condições da economia não con-sentem uma previsão optimista do crescimento orça-mental da segurança social, no capítulo das receitas,

designadamente no que se refere a contribuições, tem-se por realista a estimativa de um crescimento de 20 %

Facto particularmente assinalável é o de que, não obstante as dificuldades repetidamente referenciadas, as despesas com prestações irão registar um cresci-miento superior a 20 %, facto que só é possível mercê do reforço das transferências do Orçamento do Es-tado para o orçamento da segurança social, que para 1984 registarão um total de 16 700 000 contos, representando um crescimento na ordem dos 11,4 % em relação ao ano transacto.

Este facto traduz inequivocamente uma das linhas de força da política do Governo no sentido da mel-horia das condições de protecção social da popula-ção portuguesa, designadamente dos seus estratos mais desfavorecidos, e merece ser sublinhado, tanto mais quanto é certo que o referido reforço permitirá que, em condições económicas mais agravadas, se vá mais longe que no ano anterior no esforço de actualização das pensões. Com efeito, garante o Governo o aumento destas prestações, já a partir do próximo mês de De-zembro, e a manutenção do princípio da anualidade no aumento das pensões e do correspondente subsídio de Natal, o que irá proporcionar, este ano, um Natal mais tranquilo a mais de 1 800 000 pensionistas.

Não se esgota, porém, neste particular, a relevância desta iniciativa do Governo, traduzida no aumento sem paralelo da comparticipação do Orçamento do Estado nas despesas da segurança social.

É que importa lembrar que os encargos com as pres-tações não contributivas ou reduzidamente contribu-tivas têm vindo a ser suportados, na sua quase tota-lidade, à custa dos saldos positivos do regime geral, o que tem criado as maiores dificuldades e distorções nos intentos relacionados com o necessário esforço de dignificação deste regime — o único totalmente con-tributivo e que abrange os benefícios ligados ao co-mércio, indústria e serviços.

O passo ora dado pelo Governo é garante inegável do prosseguimento desse esforço de dignificação, que antes do mais terá clara tradução numa melhoria mais expressiva dos ajustamentos das prestações, a garantir ao abrigo do princípio da anualidade dos seus au-mentos quantitativos.

Inequívoca prova de tal facto já começou por ser dada na decisão que levou o Governo a aumentar para 5500\$ o montante da pensão mínima, aumento superior à média dos que se verificaram na generalidade das outras prestações.

Ainda no plano das receitas, importa sublinhar que é política do Governo, a prosseguir com rigor, a in-tensificação das medidas tendentes a garantir a co-brança integral e atempada das contribuições devidas à segurança social, e, por outro lado, das contribuições em dívida. Simultaneamente prosseguirão e hão-de intensificar-se os esforços de prevenção e combate à evasão contributiva e ao acesso indevido a prestações.

No capítulo das despesas correntes, cujo montante global ascende a cerca de 240 000 contos, traduzindo um crescimento de cerca de 25 % em relação a 1983, importa fazer algumas referências mais detalhadas às suas duas componentes principais.

As despesas totais com prestações ascenderão a 226,2 milhões de contos, expressando um crescimento que ultrapassa os 25 %, e representando mais de 94 % do total das despesas correntes. Este facto me-

rece ser sublinhado, porquanto torna claro um evidente esforço de contenção do peso relativo de outra componente das despesas correntes, isto é, as despesas de administração.

As despesas com pensões, totalizando cerca de 158 milhões de contos, isto é, cerca de 70 % das despesas totais com prestações, pesam de modo muito acentuado no conjunto do esforço financeiro da segurança social. Com efeito, em 1984, por cada 100\$ de contribuições a arrecadar, 77\$ destinar-se-ão a financiar despesas com pensões.

Este facto não deixa de comportar incidências, cujos efeitos terão de ser criteriosamente considerados, já em termos da pressão limitadora das disponibilidades a afectar às demais prestações, já no que se refere à necessidade de promover a tendencial conservação do poder de compra das pensões, como inelutável imperativo de justiça social em relação à prestação pensionista.

As restantes rubricas de despesas com prestações ascendem, em conjunto, a cerca de 68 milhões de contos, dos quais 44,4 milhões de contos, são absorvidos pelas prestações familiares e pelas que se destinam à protecção social na doença e na maternidade, cabendo a parcela restante às prestações de desemprego e à acção social.

Ainda no âmbito das despesas com prestações, e embora já se tenha abordado o assunto a propósito da respectiva cobertura financeira, importa insistir no significado dos encargos com os regimes não contributivos ou reduzidamente contributivos. É que as correspondentes despesas têm crescido a ritmo vertiginoso. Em termos globais, essas despesas passaram de 10,5 milhões de contos, em 1978, para 49,9 milhões de contos, orçamentados para 1983. Em 1984, prevê-se dispensar 59,4 milhões de contos, cabendo 44,9 milhões de contos às pensões do regime regulamentar — reduzidamente contributivo, com receita prevista de apenas 700 000 contos —, de regime transitório dos trabalhadores rurais — totalmente não contributivo —, 7,2 milhões de contos às pensões sociais — totalmente não contributivas — e 11,3 milhões de contos à acção social — totalmente não contributiva.

Se, quanto às despesas com as pensões sociais, se assiste a uma clara tendência para a estabilização do crescimento do universo físico dos respectivos beneficiários, sendo o crescimento dessas despesas fundamentalmente determinado pelos seus ajustamentos quantitativos anuais, o mesmo não se passa com as pensões dos trabalhadores rurais e com a acção social. No primeiro caso, tem continuado a aumentar o número de pensionistas, crescendo as despesas ao ritmo de 5 milhões de contos por ano, também por força dos aumentos anuais dos valores das vensões; no segundo caso, tem sido igualmente incessante o agravamento de encargos, expressando, além dos ajustamentos anuais dos quantitativos dos acordos de cooperação com instituições particulares de solidariedade social (IPSS), o aumento de despesas com a entrada em funcionamento de novos estabelecimentos oficiais e particulares — creches, jardins-de-infância, estabelecimentos para crianças e jovens deficientes, lares e centros de dia para idosos, etc.

Foi justamente este condicionalismo que levou o Governo a garantir um crescimento muito acentuado, para 1984, das transferências do Orçamento do Estado para a segurança social, sem que, no entanto,

tenha sido possível, desde já, fazer diminuir o esforço de solidariedade que tem sido pedido ao regime geral — 32,5 milhões de contos em 1981 e 41,7 milhões de contos em 1983, prevendo-se que ascenda a 44,7 milhões de contos em 1984.

Porém, sendo certo que as melhorias quantitativas das pensões do sistema de segurança social dependem necessariamente do crescimento das receitas orçamentais deste sistema e do aperfeiçoamento dos mecanismos tendentes a fazer ceder ou a reduzir certos custos, entende o Governo que aquelas melhorias não poderão contar tão-só com os efeitos de crescimento das participações do Orçamento do Estado.

Assim, e dado que, em 1984, as despesas dos referidos regimes de pensões dos trabalhadores rurais representarão ainda cerca de 69 % do total das despesas dos regimes reduzidamente contributivos ou não contributivos — percentagem que, em 1983, ultrapassou os 70 %, depois de ter sido de 73 %, em 1982 —, o plano do sector da segurança social para 1984 inclui um conjunto de providências legislativas e organizacionais tendentes à redefinição do actual regime especial de protecção social dos trabalhadores rurais, tendo em vista a sua gradual integração no regime geral, por forma a que à real melhoria de condições de protecção a garantir aos respectivos beneficiários — e nessa medida — passem a corresponder valores mais significativos de contribuição individual, aumentando, assim, as receitas da segurança social.

No que se refere aos encargos com a acção social — que cresceram de 1,9 milhões de contos, em 1978, para 9 milhões de contos em 1983, e que se prevê venham a ascender a 11,3 milhões de contos, em 1984, estão igualmente programadas, no plano do sector para o próximo ano, algumas importantes medidas de política, tendentes a disciplinar e controlar, em termos mais rigorosos, a realização das despesas, designadamente pela intensificação da acção fiscalizadora prevista na Constituição a respeito da acção a desenvolver pelas instituições particulares de solidariedade social, apoiadas técnica e financeiramente pelo sector.

Por outro lado, e ainda ao abrigo das grandes orientações da política de segurança social para 1984, será intensificado o lançamento de programas alternativos e ou complementares à criação de grandes estabelecimentos fechados, recorrendo, não só a equipamentos mais leves, mas também a acções que contribuam para garantir o mais possível, às crianças, aos jovens, aos deficientes e aos idosos, um quadro de vida habitual, inserido na família e na comunidade.

Aplausos do PSD.

Trata-se de desenvolver a adopção, a colocação familiar, os serviços de apoio domiciliário para idosos e os serviços de apoio para deficientes. Deste modo, ao mesmo tempo que se espera melhorar as condições de humanização, no funcionamento dos estabelecimentos, e combater riscos de marginalização social, procurar-se-á fazer baixar custos de investimento em equipamentos sociais fechados e fazer ceder o crescimento vertiginoso que se tem registado nos encargos de manutenção desses equipamentos.

A outra componente das despesas correntes é a que se refere às despesas de administração. Em termos absolutos, o seu valor passou de 7,9 milhões de contos, em 1980, para 11,3 milhões de contos, em 1983, pre-

vendo-se que ascenda a 13,7 milhões de contos em 1984. O crescimento percentual de 1983-1984 será de 21,2 %, se forem incluídos os encargos financeiros, e de 19,4 %, se forem excluídos tais encargos.

Note-se que só os encargos com pessoal representarão cerca de 70 % do total das despesas de administração, cabendo a parcela restante a «outras despesas», cujo crescimento não ultrapassará os 15 %.

Porém, muito mais significativo do que qualquer outro indicador, neste domínio, é o que se refere à percentagem das despesas de administração em relação às despesas correntes totais. Assim, tal percentagem foi de 7,9 % em 1980, de 7,5 % em 1981, de 6,7 % em 1982 e de 5,9 % em 1983. Pois bem, em 1984, tal percentagem desce para 5,7 %, a mais baixa em 5 anos, traduzindo, assim, uma clara intenção de prosseguimento do esforço tendente à contenção dos custos administrativos e, neste caso, de decréscimo do seu peso relativo por referência às despesas correntes totais.

Salientados os aspectos mais relevantes das receitas e das despesas do orçamento da segurança social, importará sublinhar que este Orçamento, como qualquer outro, não representa um fim em si mesmo. É fundamentalmente um instrumento, embora relevante, para a realização de um conjunto coerente de objectivos já definidos pelo Governo, tendo em vista a execução do plano sectorial da segurança social para 1984.

Se houve que fazer sobrepor o rigor e o realismo a quaisquer outras considerações, mais não se fez que optar por um caminho de verdade imposto pela conjectura económica e financeira, na certeza de que o crescimento do valor das prestações pecuniárias e em espécie da segurança social, em Portugal como em qualquer país do Mundo, não deixa de ser expressão do crescimento dos recursos consentidos pela evolução da economia.

Por outras palavras: o esforço financeiro exigido pela melhoria das condições de protecção social da população beneficiária do sistema de segurança social, a garantir a coberto do Orçamento para 1984, situa-se no limite consentido pelas condições económicas do País. E não será ao ritmo do crescimento das exigências demagógicas — tanto mais enganosas quanto se não tenha de assumir responsabilidades pela resposta a quanto se exige — que crescerão os montantes das pensões, dos abonos e dos subsídios. Será, isso sim, pelo sucesso do programa de gestão conjuntural de emergência, da recuperação financeira e económica do País e, enfim, da política dirigida ao esforço de transformação estrutural.

Não obstante este condicionalismo, é inegável que o orçamento da segurança social para 1984 se oferece como instrumento bastante para a realização de um vasto quadro de objectivos já programados, destacam-se, entre outros, e para além dos já mencionados, os objectivos que passarei a enunciar.

Um primeiro objectivo consiste em promover a conservação do poder de compra das prestações pecuniárias — abonos, subsídios e pensões, prevendo-se o crescimento, em termos reais, das destinadas a deficientes.

Um outro objectivo é melhorar a eficácia da acção protectora do sistema de segurança social e assegurar o pagamento mais atempado das prestações pecuniárias, designadamente pensões de velhice e sobrevivência de todos os regimes.

Possuo anunciar à Assembleia que foi aprovado ontem, em Conselho de Ministros, um decreto-lei que prevê a concessão de pensões provisórias a estes pensionistas, a fim de que se não mantenha a situação actual de eles terem de estar à espera, por dificuldades burocráticas e compreensíveis, durante cerca de 1 ano, para obterem as suas pensões.

Aplausos do PS e do PSD.

A partir do início de 1984, e cumprindo assim, uma vez mais e pontualmente, as promessas do Governo, nomeadamente no capítulo da segurança social, vão passar a ser pagas aos pensionistas pensões provisórias para que, atempadamente, beneficiem dos esquemas da segurança social.

Outros objectivos são:

Promover a criação de condições tendentes a integrar no âmbito do sistema e submeter às orientações da política do sector da segurança social os esquemas de protecção social nas eventualidades de acidente de trabalho e desemprego;

Intensificar a coordenação e redefinir e racionalizar os regimes de protecção social, tendo em vista a sua tendencial unificação no quadro do sistema de segurança social, e bem assim estabelecer as bases gerais relativas à criação, estrutura e funcionamento de esquemas complementares de segurança social;

Promover uma articulação mais ajustada e, bem assim, a racionalização e complementariedade de efeitos entre as prestações pecuniárias e as prestações em espécie, designadamente no que se refere, quanto a estas, à criação e manutenção de serviços e equipamentos sociais (públicos e particulares), destinados a crianças, jovens, deficientes e idosos;

Prosseguir o alargamento da rede de requerimentos sociais específicos para crianças e jovens, idosos e deficientes (através da execução do PIDDAC), conferindo prioridade a estes últimos, corrigindo assimetrias da implantação territorial desses equipamentos, sem prejuízo, porém, do lançamento de programas alternativos e ou complementares, menos onerosos e mais susceptíveis de garantir o combate à marginalização e desintegração social dos utentes;

Aperfeiçoar os instrumentos e critérios de gestão financeira e intensificar as acções de prevenção e combate ao acesso indevido a prestações de protecção social, à evasão contributória e à falta de cumprimento dos acordos celebrados para o pagamento de contribuições em dívida à segurança social.

E, neste domínio, tal como acontece em relação a outros domínios do Ministério do Trabalho e Segurança Social, não haverá evidentemente qualquer distinção entre empresas públicas e privadas, jornalistas ou não jornalistas.

O Sr. Guido Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ainda outros objectivos:

Reorganizar e redefinir as condições de gestão e rendibilizar o património da segurança social;

Consolidar o processo de reorganização e reorganização da rede de instituições, organismos e serviços do sector;

Intensificar a criação de condições tendentes a assegurar a efectiva participação dos parceiros sociais e outros interessados no planeamento e gestão do sistema de segurança social e no acompanhamento e avaliação do seu funcionamento;

Intensificar a sensibilização da opinião pública sobre as realidades do sistema de segurança social e, em particular, promover a informação sistemática dos beneficiários, contribuintes e demais interessados neste sistema quanto aos seus direitos e deveres;

Finalmente, promover a melhoria das condições de protecção social aos trabalhadores emigrantes nacionais e suas famílias, quer pela celebração de novos acordos de segurança social com países onde trabalham numerosos portugueses, quer pela revisão de acordos bilaterais em vigor.

O Sr. António Lacerda (PSD): — Muito bem!

O Orador: — São estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as considerações que, no essencial, me parecem úteis para que a Assembleia comprehenda o esforço que o Governo fez para manter, num plano de grande empenhamento, as melhorias do sistema de segurança social e para demonstrar, assim, o cuidado particular que lhe merecem, mesmo atendendo a que não são esses os que mais reivindicam e os que causam dificuldades ao Governo os que vivem em piores condições, dando assim uma clara indicação quanto à política deste Governo.

Aplausos do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Governo dispõe neste momento de 3 minutos, para além dos 15 minutos que pode utilizar no encerramento. Estão inscritos, para interpelar o Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social, os Srs. Deputados Bagão Félix, António Taborda, Zita Seabra, Nogueira de Brito, Amadeu Pires, Ilda Figueiredo, António Mota, Manuel Lopes e Händel de Oliveira.

O Sr. António Taborda (MDP/CDE): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. António Taborda (MDP/CDE): — Sr. Presidente: é para interpelar a Mesa. O Sr. Presidente disse que o Governo só tinha 3 minutos, mas parece que há um acordo dos vários grupos parlamentares em aumentar ligeiramente o tempo de todos os partidos e do Governo. Eu queria saber se esse acordo já está em vigor, porque não estaria disposto a pedir esclarecimentos ao Governo e, depois, o Governo não os dar por não ter tempo, como já tem vindo a acontecer em relação à bancada do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Deputado António Taborda, se eu bem entendi, acaba de

comunicar à Câmara que não está disposto a sofrer o suplício de tântalo.

O Sr. Secretário de Estado acabou de me informar que todos os partidos aceitaram o acordo que o Sr. Deputado António Taborda referiu. Nessa medida, parece que o Governo tem capacidade para poder responder às perguntas que lhe vão ser feitas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bagão Félix.

O Sr. Bagão Félix (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: Ouvi com muita atenção a sua exposição. Pena tenho que o nosso partido não tenha tempo para fazer uma intervenção de fundo sobre esta matéria. De qualquer maneira, as últimas 3 páginas do seu discurso são, como aliás se reconhece facilmente, a cópia integral das opções e das grandes linhas do Plano dos governos da Aliança Democrática. E a primeira observação que aqui constato é a seguinte: qual foi a razão por que o Sr. Ministro na semana passada, aqui, tanto porfiou no sentido de que um projecto de lei de bases da segurança social, que contemplava a maior parte desses princípios, viesse a ser eventualmente reprovado por esta Câmara.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — É evidente que nós estamos de acordo com os princípios. E devo começar por dizer que, no aspecto do princípio de actualização das prestações sociais — e é justo aqui realçar —, o Governo cumpriu e tem cumprido essa política. Simplesmente, no resto, para além do grande débito dos números que o Sr. Ministro referiu, não se tem passado das palavras aos actos. É evidente que estamos em tempo de crise. Tenho plena consciência — até pelas funções que ocupei — de que, sendo a Segurança Social uma instituição fundamentalmente suportada pela economia, não se podem fazer milagres com o crescimento negativo do produto. Por isso mesmo, exigia-se que a afectação de recursos fosse mais propícia, mais exigente, em termos de crise.

E, pegando numa questão que o Sr. Ministro referiu — as despesas de administração —, contrariamente ao que disse, elas crescem 22 %, mesmo considerando os encargos financeiros, acima portanto do crescimento das prestações sociais. Isto é, o povo português ficará a saber que, num momento de crise, num momento em que o produto cresce pouco, na Segurança Social vai-se fazer uma distribuição menor do que os recursos proporcionalmente afectados para a burocracia e para os papéis.

O Sr. Ministro referiu também a questão de contribuição do Estado. É evidente que nós consideramos que a contribuição do Estado é fundamental — e referimo-lo no nosso projecto de lei de bases da segurança social. Simplesmente, há que dizer — e há que dizer claramente nesta Câmara — que o aumento da contribuição do Estado, no Orçamento de 1983, foi muito mais o resultado da constatação de um buraco financeiro na segurança social do que a afirmação plena de um princípio. E tanto é assim que quem vai financiar essa contribuição é o imposto extraordinário de 2,8 % sobre os trabalhadores. No próximo ano, essa contribuição aumenta, Sr. Ministro. Mas aumentando como contrapartida um laxismo, um abrandamento

mento da capacidade de cobrança das contribuições para a segurança social.

Srs. Deputados, em 1984, está previsto menor crescimento de contribuições para a segurança social, desde 1974. Ora, prevendo-se um tão forte abrandamento das contribuições, obviamente que a contribuição do Estado tem de ser maior. Reconhecemos e consideramos importante essa contribuição; não consideramos adequada essa contribuição em momento de crise pela contrapartida de um laxismo na própria recuperção e gestão financeira da segurança social.

Pela primeira vez, o orçamento da segurança social, desde 1974, apresenta um défice, embora baptizado sob o nome de outras receitas. Em outras receitas temos mais 4 milhões de contos. A Sr.^a Secretária de Estado, na Comissão Parlamentar de Saúde e Segurança Social, reconheceu que era um défice que seria depois coberto por transferências do Estado. Ora aqui está, Srs. Deputados, uma manifestação de que este mesmo Governo, em 1984, não vai cumprir as despesas que determinou, porque já está a reconhecer que vai aumentar em 4 milhões de contos, no próximo ano, o contributo para a segurança social.

Gostaria também de lhe colocar outra questão, Sr. Ministro. É que a previsão para os subsídios de doença aumenta 27,6 %. Sabendo nós que esta previsão é, por um lado, resultante da evolução salarial, que vai ser negativa em termos reais, obviamente constata-se que o absentismo — e designadamente o absentismo abusivo e fraudulento — parece vir a aumentar, na medida em que a previsão é superior à evolução salarial.

Última questão: gostaria de saber qual é a política que o Governo vai determinar, relativamente àquilo que disse na parte final do seu discurso, sobre os acidentes de trabalho e os esquemas complementares. O Sr. Ministro disse uma frase genérica. Gostaria que concretizasse um pouco mais o que é que o Governo pensa fazer sobre esses dois aspectos.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, deseja responder já ou prefere responder no fim a todos os Srs. Deputados que o pretendem interpelar?

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — Desejo responder já, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social.

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — Sr. Deputado Bagão Félix: eu tenho omitido aqui à Câmara a explicação da posição do Governo na discussão do projecto de lei de bases da segurança social por consideração para com o seu partido. Mas acho que há limites, e neste momento, sou obrigado a dizer à Câmara que havia um acordo entre o Governo e o CDS no sentido de o debate ser adiado, na sequência da proposta que eu fiz ao CDS. Por que é que este acordo não vingou? Porque o CDS, à última hora, resolveu exigir que o Governo desse garantias que ia votar favoravelmente o seu projecto. Entendi que essa garantia não devia ser dada, porque o voto decide-se depois do debate, e não antes dele.

Sr. Deputado, esta é a realidade. Lamento que o seu partido tenha andado a provocar um debate afinal falhado e que, afinal de contas, tenhamos que fazer

um novo debate quando o Governo apresentar a sua proposta de lei.

O Sr. João Amaral (PCP): — Zangam-se os compadres!

O Orador: — Quanto ao resto, devo dizer-lhe que as suas questões resolvem-se com um único problema — e eu não posso responder-lhe em pormenor. É que, enquanto no Governo anterior se fez o orçamento da segurança social sem transparéncia, prevendo-se aumentos de 23 % quando se sabia que isso não era realista, este ano não se vão atingir esses 23 %: está-se na casa dos 20 % — e será muita sorte se se conseguir. Nós entendemos fazer um orçamento da segurança social, como aliás todo o Orçamento do Estado, com números rigorosos e que não escondem défices que já se sabe virem a acontecer no próximo ano. Por isso é que o orçamento deste ano apresentou os défices que não se previam e que toda a gente conhece; e por isso é que, na segurança social, se verificou exactamente a mesma realidade.

Quanto ao aumento dos encargos de administração, não é de 22 %, porque essa percentagem inclui os encargos financeiros, e não é correcto que se incluam tais encargos, para tirar as conclusões que tira o Sr. Deputado. Esse aumento é apenas de 19 %. E devo dizer-lhe que importa fazer um esforço, nomeadamente na administração da segurança social, porque há coisas que não podem continuar. Não é possível que continue a manter-se uma percentagem tão elevada de falhas no pagamento das prestações sociais. Não é possível que continue a manter-se uma situação — que não se conhece ao certo, mas que se sabe que existe — de fraude generalizada no recebimento de pensões sociais.

Os governos anteriores procuraram resolver esse problema, mas este Governo quer resolvê-lo.

Aplausos do PS e PSD.

O Sr. Bagão Félix (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Pede a palavra para que efectue, Srs. Deputado?

O Sr. Bagão Félix (CDS): — É para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Bagão Félix (CDS): — Quero apenas colocar duas questões, que se referem àquilo que o Sr. Ministro acabou de dizer.

O Sr. Ministro disse que nós tínhamos previsto, em 1983, um aumento das contribuições de 23 %. É certo, é correcto. Mas devo-lhe dizer, Sr. Ministro, também para efeitos de verdade, que, no dia 31 de Maio de 1983, 9 dias antes de o último governo da Aliança Democrática cessar as funções, nós tínhamos um crescimento de 23,3 %, traduzido nos números oficiais do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Se o aumento neste momento está em 19,5 %, é porque, nos 5 meses seguintes, o

aumento foi apenas de menos 6 % do que aquele que se tinha registado nos primeiros 5 meses do ano. Portanto, se alguma culpa existe no não cumprimento da meta orçamental para 1983, a culpa não é do governo da Aliança Democrática.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O segundo ponto que referiu foi a batalha da moralização. Sr. Ministro, pois estamos de acordo com a batalha da moralização. E penso, Sr. Ministro, que quem tem de pagar direitos de autoria sobre a batalha da moralização é o Sr. Ministro; não é a actuação dos últimos governos da Aliança Democrática. E talvez com custos que ainda hoje se estejam a pagar, até em termos políticos. Nós cortámos 40 000 pensões; nós diminuímos, em 6 milhões de dias de trabalho, o absentismo fraudulento; nós restringimos determinado tipo de situações de imoralidade, como sabe; nós criámos, na parte final do Governo, os serviços de fiscalização — serviços de fiscalização que, passados 6 meses, este Governo ainda não assinou.

Aplausos do CDS.

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que deseja a palavra, Sr. Ministro?

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — É para um contraprotesto, Sr. Presidente.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Peço a palavra Sr. Presidente.

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — Sr. Deputado Bagão Félix, não disponho de tempo para lhe responder, dir-lhe-ei apenas que eu não nego que tenha sido posteriormente ...

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, primeiro, como é tino desta Casa, V. Ex.^a esclarece a Mesa no sentido de dizer para que efeito deseja usar da palavra.

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — É para um contraprotesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — É para fazer um contraprotesto. Tem então V. Ex.^a a palavra. Posteriormente dá-la-ei ao Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — É só para dizer, e o Sr. Deputado Bagão Félix sabe isso, que a evolução das receitas da segurança social, ao longo do ano, não é regular: é sempre maior nos primeiros meses do que nos últimos. Contudo, a previsão faz-se para todo o ano e o Sr. Deputado sabe que o Governo não modificou absolutamente em nada a sua política no que respeita à cobrança das receitas da segurança social. Pelo contrário, tem havido insistências várias por parte do Governo e continuam as execuções até a empresas, sabendo mesmo o Governo que isso causa dificuldades, para assegurar a cobrança das receitas da segurança social.

A Sr.^a Zita Scabra (PCP): — É falso!

O Orador: — O Sr. Deputado sabe isso perfeitamente.

No que respeita à moralização, também sabe que está a ser feito um grande esforço — e publicamente —, criando-se, nomeadamente, um organismo próprio para combater esse facto. Não digo que o Governo anterior não tenha feito algum esforço, mas nós estamos a fazer mais e queremos fazer mais, porque neste momento a situação é ainda perfeitamente insustentável. Não tenho a certeza, mas tenho a sensação nítida de que abusos generalizados no recebimento de pensões sociais, como, aliás, também os há no orçamento para o subsídio de desemprego, e o Governo está disposto a fazer o necessário para acabar com essa situação.

Se ainda não implementámos, é uma pergunta cuja resposta não lhe sei dar. Parece que o Sr. Deputado prefere que nos debrucemos sobre leis de bases, etc. — que não têm influência directa e imediata na situação —, em vez de atacarmos os problemas concretos, tal como estamos a fazer. E digo-lhe: foi uma demonstração a intervenção que há pouco fiz.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Nogueira de Brito, há pouco pediu a palavra. Pode dizer-me para que efeito?

O Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, há pouco pedi a palavra para protestar contra a penúltima intervenção do Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu colega, Sr. Deputado Bagão Félix, pediu esclarecimentos ao Sr. Ministro pelo que o Sr. Ministro lhe respondeu. Posteriormente, o Sr. Deputado Bagão Félix protestou contra as respostas do Sr. Ministro pelo que o Sr. Ministro contrapropostou. A partir deste momento, Sr. Deputado Nogueira de Brito, não há nenhuma figura regimental sobre a qual eu possa dar-lhe a palavra.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Nesse caso, peço a palavra para, em nome da bancada do Centro Democrático Social, usar a figura regimental de direito de defesa.

O Sr. Presidente: — Ser-lhe-á dada a palavra para esse efeito, na conjuntura que é por de mais conhecida. Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social, constatamos que o Sr. Ministro não deu uma resposta cabal, nem deu mesmo nenhuma resposta a algumas das questões postas pelo meu colega de bancada Bagão Félix.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Preferiu referir-se, uma vez mais, aos episódios que rodearam a discussão, neste Parlamento, do projecto de lei de bases da segurança social. E fê-lo em termos que são ofensivos para o meu partido. Se o Sr. Ministro falou para repor a verdade dos factos, eu vou falar para repor a verdade dos factos, Sr. Ministro.

Quando apresentámos o projecto de lei, foi o Sr. Ministro que tomou a iniciativa, nesse momento ou em

momento posterior, porque entendia que não estava preparado para discutir o assunto, de propor que adiássemos a discussão do diploma até ser aqui apresentada uma proposta de lei sobre o mesmo tema, tendo deixado claro na proposta que fez que nada tinha a opor, na generalidade, ao projecto de lei por nós apresentado. Da nossa parte, ficou claro que estariam de acordo com o adiamento da discussão do projecto de lei se não escamoteássemos o debate na Câmara e se ficasse claro que o Governo nada tinha a opor, na generalidade, ao diploma.

A sua intervenção nesta Câmara, nessa altura, não deixou claro para a nossa bancada que o Governo, ou os partidos da maioria, nada tinham a opor, na generalidade, ao nosso projecto de lei e por isso, Sr. Ministro, nós não podíamos desistir da prossecução do debate nesta Câmara. De contrário, estariam a faltar aos nossos deveres para com o Parlamento, para com o Governo, para com as instituições, e isso é que nós não podíamos fazer, em nome de nenhuns acordos.

Lamentamos, Sr. Ministro, que tenha voltado ao assunto, precisamente para não responder às perguntas feitas pelo meu colega Bagão Félix. Se não tivesse voltado ao assunto, eu não lhe teria dado esta explcação. No entanto, dou-a porque assim reponho a verdade dos factos.

Aplausos do CDS.

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Ministro?

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — Naturalmente, para responder à intervenção feita, que pode considerar-se, essa sim, como sendo ofensiva da minha dignidade, uma vez que põe em causa afirmações que fiz.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, vou dar a palavra a V. Ex.^a para utilizar ou a figura que referiu ou, se for caso disso, a figura regimental de dar explicações à Câmara e ao Sr. Deputado que invocou o direito de defesa. V. Ex.^a usará da palavra utilizando uma outra figura regimental, conforme entender.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — Em primeiro lugar, não vejo em que é que ofendi o Sr. Deputado ou o seu partido; em segundo lugar, eu respondi à primeira pergunta que me fez o seu colega de bancada, Sr. Deputado Bagão Félix, sobre a Lei de Bases da Segurança Social; em terceiro lugar, por muito que isso lhe doa, Sr. Deputado, devo dizer que não fiz consigo combinação nenhuma, mas com o Dr. Moraes Leitão. Não assumi nenhum compromisso, como, aliás, não podia, e não tomei nenhuma posição quanto ao projecto de lei do CDS.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Mostrem a acta!

O Orador: — O Sr. Dr. Moraes Leitão informou-me — e digo isto porque o que foi dito põe em causa a dignidade e a honra das pessoas — que queria apresentar um projecto de lei pelo que eu lhe solicitei que o não fizesse, porque eu precisava de tempo para

apresentar uma proposta de lei. Mais tarde, houve contactos até com outros deputados da sua bancada e chegou-se a um momento em que já não se acreditava que fosse possível o adiamento do debate. No mesmo dia em que foi oferecido um jantar a Felipe Gonzalez — e permita-me que lhe refira todos estes factos —, eu falei com o Sr. Deputado Moraes Leitão e o que ficou combinado foi precisamente que se fizesse o que fiz. Assim, aquilo que eu disse há bocado corresponde rigorosamente à verdade.

Vozes do PCP: — É uma vergonha!

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — A Sr.^a Deputada pede a palavra para que efeito?

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Nogueira de Brito, eu estou a perguntar à Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura para que efeito pede a palavra.

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — É para interpellar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Pela nossa parte, não nos sentimos dignificados com este diálogo entre o Governo e o CDS, pelo que solicitávamo ao Sr. Presidente o favor de pedir aos Srs. Deputados que resolvessem este problema num outro local.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — O que V. Ex.^a fez não é uma interpelação à Mesa, mas um comentário ou um pedido à Mesa para que use do direito de censura sobre a expressão da vontade e da palavra dos Srs. Deputados, direito de censura que, obviamente, a Mesa recusa-se a fazer porque não é regimental.

Aplausos do PS e do PSD.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, V. Ex.^a esgotou todas as figuras regimentais.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, queria interpellar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Queria interpellar a Mesa no sentido de saber se me permite ou não que eu dissesse ao Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social que os acordos feitos com o Sr. Deputado Moraes Leitão, ou com qualquer deputado da bancada do CDS, são acordos ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado ...

O Orador: — ... do conhecimento de toda a bancada do CDS e do meu grupo parlamentar. Mais nada!

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Como V. Ex.^a sabe, acaba de ladear ou, como se diz em tauromaquia, lardear ...

Risos.

... o problema da figura da interpelação à Mesa. Ficou, portanto, feita essa interpelação.

Sr. Deputado António Taborda, tem V. Ex.^a a palavra, para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social.

O Sr. António Taborda (MDP/CDE): — Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social, o primeiro comentário que me merece a sua intervenção é o de que o Governo — não querendo voltar à vaca fria —, há poucos dias quando discutimos aqui um projecto de lei de bases da segurança social, estava, como confessou, em branco na matéria e agora fez uma revisão rápida a essa mesma matéria. Congratulamo-nos com isso.

As perguntas que queria pôr a V. Ex.^a são as seguintes. Em primeiro lugar, gostaria de saber se o Governo pensa uniformizar o sistema da actualização das pensões sociais, dado que há grandes discrepâncias entre vários níveis de pensões sociais. Como sabe, por exemplo, pelo regulamento, de 1927, dos ferroviários, os pensionistas desta categoria têm — e bem — direito a uma actualização das pensões de 100 % em relação aos trabalhadores do activo e outros, tal como os Serviços de Transportes Colectivos do Porto, etc. Como sabe, não é esse o regime geral para os restantes trabalhadores.

Em segundo lugar, gostaria de saber se o Governo entende caminhar no sentido de que os encargos com o sistema não contributivo da segurança social venham a ser total e exclusivamente suportados pelo Orçamento do Estado e não pelas contribuições para o sistema contributivo.

Em terceiro lugar, tratando-se, como se trata, de um Orçamento de rigor como disse, parecia ser extremamente importante, neste caso da segurança social, que o Governo tomasse medidas importantes quanto às contribuições em dívida à segurança social. Como sabe, estão num montante elevadíssimo milhões de contos, que é dinheiro dos cidadãos e dos trabalhadores, que estão fora dos cofres do Estado. Mas, tratando-se — repito — de um Orçamento de rigor, parecia-me importante que o Governo tomasse medidas concretas para tentar arrecadar estas contribuições em dívida à segurança social. O que pensa o Governo sobre isto?

O Sr. Presidente: — V. Ex.^a, Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social, pretende continuar a responder imediatamente após os pedidos de esclarecimento ou responde no fim?

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — Respondo já, pois penso que é mais rápido e mais dialogante.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — Sr. Deputado António Taborda, em primeiro lugar, gostaria de esclarecer, uma vez mais, que o debate de uma certa matéria tem a sua oportunidade e o seu tempo. Acho que é perfeitamente fora das realidades pensar-se que qualquer pessoa, em qualquer momento, pode travar qualquer debate. O Governo tem o seu programa, tem as suas prioridades, tem, aliás, todo o direito a tê-las e naturalmente que exerce esse direito. Creio que o assunto está mais do que esclarecido.

Quanto ao que o Governo pensa fazer em matéria de pensões, devo dizer-lhe que o Governo pensa, como é natural, e como eu disse, melhorar todo o sistema de segurança social. O Governo pensa estudar todos os problemas e ver todos os erros que existem nesse sistema a fim de encontrar para ele as melhores soluções.

Quanto aos ferroviários, limito-me a dizer-lhe que eles têm um regime especial onde a segurança social intervém apenas para o pagamento das pensões, não sendo esse sistema propriamente da responsabilidade da segurança social, uma vez que fica a cargo do Orçamento do Estado.

No que respeita à cobrança das contribuições para a segurança social, devo dizer-lhe que já há sinais claríssimos e manifestos da preocupação do Governo nesse campo. Posso garantir-lhe que estamos muito preocupados com ele e estou certo de que o nosso esforço vai produzir resultados.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Zita Seabra.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social, se não tivéssemos, em cima da Mesa, o diploma que contém os números inscritos no Orçamento do Estado — no caso concreto os números inscritos no orçamento da segurança social — o seu discurso podia ser um interessante discurso de propaganda governamental. Creio, aliás, que o objectivo fundamental do seu discurso é esse mesmo e destina-se àqueles que não conhecem as realidades dos números.

O Sr. Ministro veio falar em justiça social, em melhoria das condições e prestações da segurança social quando é sabido que as verbas que estão inscritas no orçamento da segurança social nem sequer permitem aos reformados e outros beneficiários manter o nível actual dessas prestações.

Em relação às reformas, por exemplo, fala na melhoria das condições de vida dos reformados. O aumento decretado pelo Governo é de 20 % para o regime geral e de 17 % para o regime especial, o que significa que, com o aumento da taxa de inflação oficial dita pelo Sr. Ministro das Finanças de 25 %, há uma degradação real das já difíceis condições de vida dos reformados.

O Sr. Ministro fala na aproximação do regime especial — assim chamado — dos rurais ao regime geral. Sr. Ministro, se um é aumentado 17 % e o outro 20 % isto significa que há um distanciamento ainda maior do regime especial dos rurais em relação ao regime geral, ou seja, os números traduzem exactamente o contrário daquilo que o Sr. Ministro acaba de afirmar.

O Sr. Ministro falou também em fraudes no processamento das reformas e disse que há pessoas que estão a receber indevidamente a pensão de reforma. Isso é capaz de suceder, acredito que sim. Mas o Sr. Ministro não diz uma única palavra sobre a fraude — essa sim real que pesa muito neste orçamento da segurança social — da fuga das entidades patronais quanto ao pagamento das contribuições. A quanto excede, neste momento, a dívida dos patrões? É espantoso que o Sr. Ministro sobre este problema concreto não tenha dito literalmente nada, nem o que é que o Governo vai fazer para a recuperação dessas mesmas dívidas que têm aumentado de mês para mês. Quanto é que — e pedia-lhe que nos desse números concretos — neste momento deve o patronato?

O que verificamos é que os patrões devem à Previdência, desviam para outros fins, o dinheiro que é descontado dos bolsos dos trabalhadores, não pagam os salários ou têm os salários em atraso, não pagam ao fundo de desemprego e o Governo não toma nenhuma medida, deixando agravar constantemente a situação. É verdade — e já foi aqui dito pelo Sr. Deputado Bagão Félix — que este orçamento da segurança social é o que regista um menor acréscimo das contribuições. Isto é o reconhecimento por parte do seu ministério de que o desemprego vai aumentar, vão deteriorar-se os salários, vai descer o nível geral de vida dos portugueses. E mais: vai aumentar a dívida do patronato à segurança social.

Quanto à tal transferência de verbas do Orçamento do Estado para a segurança social, ela não se traduz em nenhuma melhoria da situação dos reformados ou quaisquer outros beneficiários; traduz-se, sim, no facto de os patrões pagarem cada vez menos à Previdência e o Governo fazer cada vez menos esforços para receber essas verbas que são devidas. A taxa de juro está cara, o autofinanciamento através da segurança social é hoje uma forma usual e que fica impune e sobre isso o Governo nada faz. Então o que é que o Governo faz? Vai buscar ao Orçamento do Estado verbas que resultam do imposto extraordinário sobre os trabalhadores, esse tal imposto sobre o 13.º mês. É aí que o Governo vai buscar verbas, não para melhorar os benefícios sociais ou para criar novos direitos sociais, mas para responder às despesas correntes, aos défices da própria Segurança Social e à descida das contribuições. Penso que sobre isto o Governo tem alguma coisa a dizer-nos.

Uma última nota: o Sr. Ministro diz que é preciso aumentar e melhorar os equipamentos sociais. É sabido que o PIDDAC do Ministério da Segurança Social desce, isto é, as despesas previstas para investimento de capital descem. É verdade que há um aumento da acção social, mas isso significa que o Governo vai transferir uma maior verba para as instituições privadas de segurança social — que, em muitos casos, têm fins lucrativos — e vais baixar o número de construção de equipamentos sociais, tais como, creches, jardins-escolares, lares para a 3.ª idade.

Mas, para tirar dúvidas, Sr. Ministro, quantas creches vai o Governo construir este ano? Quantas, Sr. Ministro? Quantos lares é que vai construir? Queremos saber isso para verificarmos se há realmente uma melhoria ou uma degradação, como traduzem os números inscritos no Orçamento do Estado.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social.

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — Em primeiro lugar, é evidente que a minha intervenção não foi, como disse, propaganda, porque a propaganda faz-se com base em coisas que não são claras nem perceptíveis, mas foi uma demonstração do esforço que o Governo fez na área da segurança social e das melhorias que introduziu, apesar de estarmos num tempo de crise. Disse-o com base em números e dados muito concretos que a Sr. Deputada pode avaliar. Talvez lhe custe um bocado que o Governo faça isto, porque talvez preferisse que fizesse de maneira diferente.

O que é um facto é que, estando o País em grave crise — isso é uma verdade, como um punho, que ninguém pode recusar —, o Governo foi mais longe do que nenhum outro até nos últimos anos, na melhoria das condições sociais das prestações da segurança social.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Não, Sr.ª Deputada, desculpe. Por outro lado ...

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Sr. Ministro, diga uma, uma única dessas melhorias de que fala.

O Orador: — As pensões e o subsídio de Natal aumentaram em percentagem superior à do ano passado. Foi uma melhoria em relação ao ano passado e aos anos anteriores.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — E o nível de vida?!

O Orador: — Por outro lado, devo dizer-lhe que todas as coisas têm que ser avaliadas em termos relativos e penso que é pouco credível que alguém pretenda que se fosse ainda mais longe do que se foi no capítulo da segurança social. Está demonstrado que em nenhum outro ano houve transferências de verbas do Orçamento do Estado para a segurança social — num tempo de crise e com um orçamento de crise — de montante semelhante ao de este ano. Como lhe disse, o aumento para 1984 é de 114 % e só em 1983 é que o Estado fez um esforço complementar de 6 milhões de contos, tendo em conta o subsídio e as dívidas de empresas públicas à segurança social.

Isto é qualquer coisa que é indescritível e não é propaganda. Por muito que lhe custe, Sr.ª Deputada Zita Seabra, o Governo mostrou claramente a sua preocupação com as pessoas que dependem do orçamento da segurança social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Gostaria também de lhe dizer que a Sr.ª Deputada ou não ouviu o meu discurso ou pretende dizer coisas que não correspondem à realidade. Falei no recebimento de pensões através de fraudes, mas falei também — e dei uma acentuação muito forte numa resposta que dei a um Sr. Deputado — na preocupação que o Governo tem na cobrança das contribuições para a segurança social. Estamos a fazer um esforço muito grande nesse sentido e posso garantir-lhe que esse esforço há-de dar resultados.

Devo dizer-lhe, pois talvez a Sr.^a Deputada ignore, que tem que ser feito um grande esforço por parte das próprias empresas públicas, por arte das câmaras municipais, etc. Por exemplo, a Câmara Municipal de Setúbal deve à segurança social 30 000 contos, a CP deve 1 milhão de contos, a LISNAVE deve 200 000 contos, posso dizer-lhe coisas deste género. O que lhe digo é que não vai haver, como talvez tenha acontecido até agora, distinções entre empresas públicas e empresas privadas. Todas têm que pagar à segurança social e manter-se-á a política de, nomeadamente, pôr em tribunal execuções para que as dívidas sejam efectivamente pagas. Não há, portanto, aqui apenas referências às fraudes, há também referências ao pagamento das contribuições, pagamento que tem que ser feito pontualmente. A política deste Governo relativamente ao Ministério do Trabalho e Segurança Social é a de que as despesas da segurança social e o pagamento à segurança social têm que ser prioritários. Disso depende a satisfação das necessidades mais prioritárias e instantes da população portuguesa. É intolerável que a sociedade portuguesa não satisfaça — num nível, é certo, que está longe de atingir aquilo que desejarmos — as necessidades das pessoas que dependem da segurança social. A política do Ministério está e continuará a ser desenvolvida nesse sentido.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, chegou ao limite do tempo de que dispunha. Peço-lhe que tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Concluo já, Sr. Presidente.

Sr.^a Deputada Zita Seabra, o imposto extraordinário não é para a segurança social. Ele foi decidido antes de ser decidido o aumento para a segurança social.

Quanto à pergunta que fez no sentido de saber se há fins lucrativos em certas instituições particulares de segurança social, referi na minha intervenção que vai ser intensificada a fiscalização dessas instituições. Eu disse na minha intervenção que a política deste Governo vai ser no sentido de não continuar a investir, como tem acontecido até agora, talvez exageradamente, na construção de creches, centros para a 3.^a idade, etc., mas procurar prestar assistência às pessoas no seu ambiente familiar através dos esquemas que foram anunciadas na minha intervenção.

Não tenho de memória e por isso não lhe posso dizer quantas creches é que o Governo tenciona construir este ano, mas, se tiver muito interessada, posso dar-lhe uma resposta ulteriormente.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para um protesto.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social, às perguntas concretas que eu lhe fiz nada disse.

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — Disse tudo!

A Oradora: — Vamos aos números. Eu afirmei, e o Sr. Ministro não desmentiu, que não há no orçamento da segurança social nenhuma melhoria real para a situação dos beneficiários. O Sr. Ministro responde-me

que o aumento das pensões é superior ao do ano passado. Pois eu digo-lhe, Sr. Ministro, que o aumento das pensões de reforma para este ano, para 1 600 000 reformados que existe, é muito inferior ao aumento do custo de vida que o seu Governo reconhece existir. Para o regime geral, o aumento é de 20 %, enquanto que para o regime especial dos rurais — e, mais uma vez, são eles os grandes prejudicados — o aumento é de 17,65 %, o que significa uma real degradação das condições de vida dos reformados

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Isto é, eles ficam uns pontos abaixo da taxa de inflação de 24 %. Acha que isto é uma melhoria? É este um grande benefício social? É esta a justiça social deste Governo?

O Sr. José Magalhães (PCP): — É!

A Oradora: — E não há mais nenhum benefício social, Sr. Ministro. Tudo o resto é uma pura e simples gestão do que existe e com uma degradação em muitos sectores.

O Sr. Ministro também não me disse quanto é o montante da dívida do patronato. Respondeu-me, referindo-se às dívidas das empresas públicas. As empresas públicas, Sr. Ministro, têm cobertura através do Orçamento do Estado e aí está a verba por conta da dívida dessas empresas.

Mas o Sr. Ministro está disposto, tal como fez em relação às empresas públicas, a fornecer-nos uma lista com o nome das empresas privadas que devem à Previdência?

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Está disposto a dar-nos os números e os nomes dessas empresas privadas espalhadas pelo país?

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Se tornar público esses números e os entregar aos deputados, tenha a certeza absoluta, Sr. Ministro, que essas dívidas descem imediatamente. Os trabalhadores têm perfeita consciência de uma empresa que tem grandes dificuldades e que não pode pagar e de uma empresa onde há fraude, onde o patronato se serve dessa verba para autofinanciamento. Então está ou não o Sr. Ministro disposto a dar-nos a lista com o nome das empresas privadas que devem à Previdência? Já agora permita-me uma nota: a LISNAVE não é uma empresa pública, mas uma empresa privada na qual o Estado tem uma participação.

O Sr. João Amaral (PCP): — Entegram aos Melos!

A Oradora: — Por último, o Sr. Ministro disse que, em relação ao PIDDAC do seu ministério, não tinha os números concretos ao aumento de creches, etc. Mas tem certamente pelo menos um número comparativo que mostra que, também em investimento em equipamento social, o Governo prevê uma degradação real. Isto é, nos números traduzem o inverso do que pretendia dizer na intervenção. Os números traduzem uma degradação, num momento de crise, da situação daque-

les que, neste momento, mais necessitam do apoio do Estado: os desempregados, os doentes e as crianças. Através dos cuidados a prestar à maternidade.

O que os números traduzem, no frio, quando olhamos para eles, é o que referi, e o Sr. Ministro bem pode procurar escamotear, através das palavras, para impressionar a realidade que está bem patente, realidade que não me afecta a mim, mas os reformados, os desempregados deste país.

Quando diz que fico muito incomodada, com isso, não, Sr. Ministro, não sou eu que fico incomodada, mas os 1 600 000 reformados deste país que, com este Governo, vão ver degradadas as suas condições de vida.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Antes de dar a palavra ao Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social, desejava lembrar-lhe que neste momento o Governo dispõe de 6 minutos.

Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — Sr.ª Deputada Zita Seabra, o meu drama é precisamente o tempo. Se eu tivesse mais tempo, respondia-lhe com todo o gosto a todas as perguntas.

Mas já agora vou responder-lhe que o maior distanciamento entre os regimes não contributivos e os contributivos obedece a uma consideração de justiça.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Disse o contrário na sua intervenção!

O Orador: — Porque para mim, e não sei se para a Sr.ª Deputada será assim, é um bocado difícil de explicar, embora a solidariedade deva existir e eu seja adepto dela, que as prestações a pagar aos rurais e outros regimes não contributivos tenham de sair praticamente, na sua totalidade, das verbas que são pagas pelos trabalhadores e entidades patronais onde trabalham.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Ora essa!

O Orador: — Este é um sistema com o qual não concordo e por isso entendeu-se que devia haver uma ligeira diferenciação para que não fossem excessivamente prejudicados aqueles que pagam contribuições em relação àqueles que neste momento ainda não as pagam.

Por isso mesmo, Sr.ª Deputada, é que se levou mais longe do que nunca — e foi por pressão do Ministério do Trabalho e Segurança Social — o reforço da verba do Orçamento do Estado para a segurança social. Nós temos essa preocupação.

Devo dizer-lhe também que a política do Ministério do Trabalho e Segurança Social e do Governo é a de que, na medida do possível — porque não podemos fazer o impossível —, o Orçamento do Estado cubra na totalidade, os orçamentos não contributivos. Essa é que é a solução correcta. Não podemos implementar isso de um ano para o outro. Ninguém pode negar que este ano, um ano de crise, foi feito um esforço incommensuravelmente superior àquele que foi feito noutras anos, o que demonstra claramente a sinceridade dos propósitos do Governo.

O Governo não disse que está a melhorar as pensões sociais, Sr.ª Deputada Zita Seabra. No Programa do Governo diz-se que o aumento das pensões deve acompanhar o aumento dos salários, e na realidade isso aconteceu. Eu disse também na minha intervenção que houve uma melhoria real para os deficientes, e na realidade há.

Também não nego — sempre disse isso — que vai haver um aumento do desemprego, assim como dificuldades e recessão, e que as receitas da segurança social, correspondentemente, são capazes de crescer. Assumo a realidade, não a nego; não pretendo enganar.

Quanto aos números que me pede, devo dizer-lhe que neste momento as dívidas à segurança social montam a 45 561 000 contos. Elas eram de 40 379 000 contos, em 1982; de 33 milhões de contos, em 1981; e de 29 milhões de contos, em 1980. Posso dar instruções aos serviços de segurança social no sentido de lhes fornecer uma lista com o nome das empresas que estão em dívida à segurança social, sobretudo daquelas que têm já acções em tribunal.

O Sr. João Amaral (PCP): — Ficamos à espera da lista!

O Orador: — Não há problema nenhum. Eu até estou interessado nisso, porque o que importa é que haja uma pressão pública sobre as empresas porque, tal como há pouco disse, não é tolerável que estas dívidas sejam postas em último lugar. Nunca consenti, nem posso consentir nisso.

Mesmo relativamente a empresas em situação económica difícil a posição do ministério tem sido esta.

Aplausos do PS e do PSD.

Por exemplo, tem sido proposto ao Ministério do Trabalho que perdoe as dívidas à segurança social, ao Fundo de Desemprego. A nossa política é esta: estas são dívidas com privilégio sobre todas as outras; não é, de maneira nenhuma, aceitável que se pague à banca e outros credores privados, e que se não pague à segurança social. O nosso critério é o contrário: segurança social primeiro; Fundo de Desemprego, depois; credores privados, a seguir. É assim que a lei ordena aos créditos que existem sobre as empresas. Esta é a nossa política, Sr.ª Deputada, e creio que está bem demonstrado que o Governo foi realmente, quer queira quer não, e por muito que isso lhe custe, mais longe do que qualquer outro, nas circunstâncias actuais, na protecção daqueles que dependem da segurança social.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, a minha interpelação à Mesa é no sentido de saber se o Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social ainda terá ou não possibilidade de responder aos pedidos de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — O Sr. Ministro dispõe ainda de 3 minutos.

Em relação aos outros oradores inscritos para formular pedidos de esclarecimento, teremos de resolver o problema do tempo. Portanto, peço aos grupos parlamentares o favor de irem pensando neste problema visto estarem inscritos 4 Srs. Deputados para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro e este só dispor de 3 minutos. Assim, agradeço que, depois do primeiro pedido de esclarecimento, informem a Mesa do resultado das vossas cogitações.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito, para pedir esclarecimentos.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Ministro, V. Ex.^a introduziu nesta discussão da segurança social o problema do desemprego. Afirmou, entre outras coisas, que o Governo se propunha — e penso que estou a citar — «intensificar os esforços no sentido da transformação do actual esquema de subsídio num seguro de desemprego».

No entanto, Sr. Ministro, há uma deficiência nos documentos que estão presentes a esta Câmara, deficiência que tem vindo a ser notada ao longo do debate e que eu introduzo agora porque me parece ser a sede mais apropriada: é a ausência de uma estimativa respeitante ao desemprego.

Um semanário da semana passada deu-nos uma explicação completa sobre o assunto que depois foi retomado aqui pelo Sr. Secretário de Estado do Planeamento. No entanto, eu diria que nas grandes opções do Plano há duas medidas a serem consideradas nesta matéria: enquanto, em relação aos países europeus da OCDE, se afirma que um crescimento do produto interno bruto situado entre 1 % e 2 % vai ter consequências drásticas em matéria de emprego com um sistemático crescimento do desemprego, em relação a Portugal, com um crescimento negativo do produto interno bruto, diz-se que se vai tentar que não haja um aumento incomportável de desemprego.

No entanto, o orçamento que V. Ex.^a aqui nos apresenta da segurança social e no orçamento conjugado com o do Fundo de Desemprego, verificamos que há um aumento de transferências do Fundo de Desemprego para a segurança social tendo em vista o pagamento do subsídio de desemprego, que é superior a 100 %. Quer dizer: de 5 milhões de contos, passa-se para 12 milhões de contos.

Assim, gostaria que o Sr. Ministro me dissesse se quer significar que, na realidade, V. Ex.^a estima um crescimento proporcional do desemprego, isto é, um crescimento do desemprego para mais do dobro. E se estima esse crescimento, acha apesar de tudo, suficiente esse nível de transferências e prudente o orçamento que apresentou do fundo de desemprego com a tal transferência de 14 milhões de contos para o Orçamento Geral do Estado — 14 milhões de contos em relação aos quais perdemos a pista no Orçamento Geral do Estado?

Uma outra questão que gostaria de colocar é a que se refere ao regime jurídico da suspensão, ou melhor, aos meios de que V. Ex.^a vai dispor para fazer face às obrigações que cabem ao fundo de desemprego em matéria de regime de suspensão do contrato de trabalho, o chamado *lay off*. V. Ex.^a prevê que nessa matéria vai despender 1 300 000 contos, e o Sr. Secretário de Estado do Emprego, em reunião da comis-

são de trabalho, afirmou que essa verba até seria exagerada porque, no fundo, o instituto não vai ter tradução prática, não vai ser utilizado. Até agora, por exemplo, desde que está criado, não houve nenhum pedido ao Ministério do Trabalho relacionado com a suspensão. V. Ex.^a confirma esta informação do Sr. Secretário de Estado do Emprego?

Uma outra questão que gostaria de lhe colocar, à qual, há pouco, se referiu o meu colega de bancada Bagão Félix, diz respeito aos 4 milhões de contos, para outras receitas, na segurança social. V. Ex.^a confirma a informação que foi prestada pela Sr.^a Secretaria de Estado da Segurança Social de que se tratava, no fundo, de um défice a cobrir com nova contribuição que irá surgir a meio do ano, do Orçamento Geral do Estado?

Uma última questão que gostaria de lhe colocar, diz respeito aos reformados da CP. V. Ex.^a prevê no seu orçamento da segurança social uma diminuição de 2,7 milhões de contos. Esta verba, que se destina a pagar as pensões aos reformados da CP, é inferior à verba que foi corrigida, no Orçamento Geral do Estado de 1983, para 2,9 milhões de contos. Sendo certo que não se prevê uma diminuição do universo destes reformados, V. Ex.^a prevê uma diminuição das pensões para os reformados da CP?

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, como o Sr. Ministro só dispõe de 3 minutos para responder, que certamente os vai esgotar em resposta a este pedido de esclarecimento, gostaria de propor o seguinte ao Sr. Ministro: a minha camarada Ilda Figueiredo tem algumas perguntas a colocar na mesma área de questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Nogueira de Brito. Portanto, a minha proposta é no sentido de que o Sr. Ministro permitisse que a minha camarada fizesse as perguntas e depois respondesse conjuntamente.

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — Com certeza.

O Sr. Presidente: — Vejo que o Sr. Ministro aceita a proposta. Simplesmente, a proposta do Sr. Deputado João Amaral não resolve o problema. É que temos ainda inscritos, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Händel de Oliveira, Ilda de Figueiredo, António Mota e Manuel Lopes.

O Sr. Händel de Oliveira (PS): — Prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. António Mota (PCP): — Também prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — E o Sr. Deputado Manuel Lopes.

O Sr. Manuel Lopes (PCP): — Também prescindo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — De acordo então com o que ficou combinado, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social, há uma questão, que já foi levantada pelo Sr. Deputado Nogueira de Brito, que se refere ao orçamento do Fundo de Desemprego e que tem a ver com a política de emprego — ou desemprego — do Governo. Como se sabe, está prevista uma transferência de 14 milhões de contos do orçamento do Fundo de Desemprego para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. Gostaria de saber, até porque não está devidamente explicitado, se esta verba se destina de facto a pagar o subsídio de desemprego. Por outro lado, a quantos desempregados se prevê, no próximo ano, que vá ser pago o subsídio de desemprego, tendo em conta que foi definida nas grandes opções do Plano, por parte do Governo, uma política que visa baixar de 1,4 % o produto interno bruto, o que tal facto terá sérias implicações no aumento do desemprego, pois este irá subir, pelo menos, 4,6 % no próximo ano se se concretizasse esta proposta de lei das grandes opções do Plano, o que poderia até vir a colocar, no próximo ano, o desemprego na ordem dos 700 000 desempregados?

Gostaria de saber, ao certo, a quantos trabalhadores desempregados prevê no próximo ano o Ministério do Trabalho e Segurança Social pagar o subsídio de desemprego e se, nessa situação, entende que deve ainda expoliar o Fundo de Desemprego em 14 milhões de contos, transferindo-os para o Orçamento do Estado, sendo certo que dinheiro é dinheiro, Sr. Ministro? Não me venha depois dizer que com isso vai criar emprego, porque a política do Governo não é para criar emprego, mas para aumentar o desemprego.

Uma voz do PSD: — Não é verdade.

A Oradora: — Por outro lado, para o Instituto de Emprego e Formação Profissional está prevista uma verba de 8,5 % milhões de contos. Diz-se no Orçamento que essa verba «visa dotar este organismo de recursos necessários ao seu funcionamento». Gostaria de saber quais são os objectivos da aplicação dessa verba de 8,5 milhões de contos, tendo em conta também que é referido, também no Orçamento que um desses objectivos poderá ser o ensino profissionalizante. Qual é, pois, a verba que o Ministério do Trabalho e Segurança Social prevê que seja transferida para o Ministério da Educação? Em que é que vai ser utilizada essa verba e quantos desempregados irão ficar sem subsídio de desemprego, se tal verba for transferida?

Há muito pouco tempo foi aqui discutido um projecto de lei, que o meu partido apresentou, sobre os salários em atraso. Como sabe, esse projecto de lei não foi aprovado porque a maioria não permitiu; no entanto, há um problema concreto que gostaria de lhe pôr e que é este: há cerca de 120 000 trabalhadores com salários em atraso e outros sem receberem salários nem subsídios estão numa situação de fome e miséria. Sr. Ministro, quais são, pois, as medidas que propõe para resolver esta questão?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social.

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — Vou tentar responder no mais breve espaço de tempo possível.

O Governo está, efectivamente, a tentar pôr em prática o seguro de desemprego em substituição do subsídio de desemprego. Há já um grupo de trabalho criado nesse sentido e espera-se que, ainda em 1984, possam vir a ser conclusivos os trabalhos que estão a ser desencadeados.

Mas antes disso, e para dar satisfação a uma pergunta que foi feita durante a intervenção do Sr. Ministro da Agricultura, Florestas e Alimentação, queria responder ao Sr. Deputado José Vitorino que me perguntou qual era a situação das contribuições para a segurança social nas UCPs. Devo dizer-lhe o seguinte: 1009 UCPs devem 1,8 milhões de contos e 103 UCPs pagam as suas contribuições com regularidade.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Que boa resposta, Sr. Ministro!

O Sr. João Amaral (PCP): — E a lista das empresas?

O Orador: — Já disse que lhe respondo na altura. Respondi à pergunta do Sr. Deputado e respondo a todas as perguntas dos Srs. Deputados. Aliás, os requerimentos da Assembleia têm sido respondidos pontualmente e, naturalmente, com o tempo que é necessário para que a Câmara disponha de todos os elementos necessários para a apreciação da actividade do Governo.

Protestos do PCP.

Não é possível falar-se com segurança total em matéria de estatísticas no nosso país, e o problema do desemprego não foge à regra. O que eu tenho é que utilizar os números de que disponho e que me foram fornecidos, muito recentemente, pelos serviços do meu ministério.

Em Agosto de 1983, o número de desempregados no nosso país, segundo as estatísticas que me foram fornecidas, era de 254 654. Há que ter em conta, todavia, que o número de desempregados é muito diferente do número de trabalhadores que recebem subsídio de desemprego. Esse anda, apenas à volta dos 40 000, uma vez que há condições que é necessário preencher. Não basta estar-se desempregado para receber subsídio de desemprego e por isso mesmo é que só cerca de 40 000 desempregados recebem subsídio de desemprego.

Por isso, posso responder às perguntas que foram feitas. O facto de, no Orçamento para 1984, a verba passar de 9 para 14 milhões de contos — e não de 5 milhões de contos, porque, em termos reais, a verba gasta no Orçamento de 1983 para o pagamento do subsídio de desemprego anda à volta dos 9 milhões de contos, tendo em conta, nomeadamente, as despesas a que é necessário acorrer para o pagamento destes subsídios —, significa que se prevê um aumento de trabalhadores desempregados que, efectivamente, venham a receber o subsídio de desemprego, o que não tem que ter correspondência real com o número de desempregados. Há-de haver sempre uma relação entre o número de desempregados e o número dos que recebem subsídio de desemprego. Em Agosto, como disse,

em cerca de 254 000 desempregados havia 40 000 a receber subsídios de desemprego.

Pensa-se que a previsão feita para 1984 é uma previsão realista. Pensa-se que a transferência de 14 milhões de contos para a segurança social será suficiente para pagar os subsídios de desemprego que o Governo tiver que pagar. Mas é evidente que, nessa matéria, o Orçamento será naturalmente corrigido, se forem necessárias mais verbas para pagar o subsídio de desemprego. Não haverá, evidentemente, trabalhadores com direito a subsídio de desemprego sem o receberem. Já o disse nesta Assembleia e volto a repeti-lo.

No que respeita aos casos de suspensão de contratos de trabalho, também não posso estar aqui a fazer previsões seguras — nem eu nem ninguém — porque não conheço, nem ninguém conhece, em concreto, qual é a situação de cada empresa. Esta medida da suspensão dos contratos de trabalho é, teoricamente, a conveniente para ultrapassar, em certos casos, as dificuldades de emprego. Agora dizer quantos casos, isso é extremamente difícil à partida. Nós calculámos 1,3 milhões de contos, pensamos que será uma verba necessária e não está excluído que esta verba venha a ser reforçada se tal for absolutamente indispensável.

Perguntaram-me se confirmo a informação da Sr.^a Secretária de Estado da Segurança Social. Não confirmei, na medida em que ela já me tinha dito há pouco que não era aquilo que o Sr. Deputado Bagão Félix disse. Mas a Sr.^a Secretária de Estado encontra-se aqui presente e ela poderá esclarecer mais exactamente aquilo que disse na respectiva comissão.

Quanto às reformas da CP, já disse, há pouco, que se trata de um sistema especial. A segurança social só as paga sendo a responsabilidade do Ministério das Finanças e do Plano. A verba transferida é esta e, tal como acontece em relação ao Fundo de Desemprego, se ela não for suficiente terá de ser reforçada pela entidade devedora.

Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo, quanto à questão dos 14 milhões de contos para a segurança social já a expliquei, assim como também já expliquei a questão relativa aos desempregados. Verifico que a Sr.^a Deputada está mais moderada, porque os jornais dizem que está a apontar para 1 milhão de desempregados e agora já só falou em 700 000. Creio que está no bom caminho, pode vir ainda bastante mais para trás porque é capaz de acertar.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Não faça graça com isso!

A Sr.^a Ilda Figueiredo: — Mas confirma os 700 000?!

O Orador: — No que respeita à outra pergunta que fez quanto à transferência de 14 milhões para o Orçamento do Estado, o Governo e o Ministério do Trabalho e Segurança Social assumem-na com toda a frontalidade e com toda a verdade. A situação é esta, depois de serem feitas as restrições levando aos limites dos limites. No Orçamento do Estado havia duas alternativas: ou se fechavam serviços públicos fundamentais, por exemplo, hospitalares, escolas, etc. ...

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Isso é falso!

O Orador: — ..., ou então o volume dos investimentos vinha a ser reduzido para um montante que

poderia criar sérias complicações e graves problemas no volume de emprego deseável para o nosso país. Tendo em conta esta situação o Ministério do Trabalho e Segurança Social, porque é totalmente solidário com o Governo e não acredita que se possam proteger os trabalhadores num sistema económico que esteja arruinado, deu o contributo patriótico que era indispensável para o Orçamento do Estado e aceitou transferir 14 milhões de contos, que são destinados a investimentos que têm por objectivo a sustentação do emprego. Para o Instituto de Emprego e Formação Profissional os 8,5 milhões de contos destinam-se exactamente, como também já foi anunciado, a desenvolver por uma forma mais intensiva, do que nunca se fez, as acções de formação profissional. Já está em discussão pública a lei de aprendizagem, estamos a tratar da construção de 10 centros de formação profissional com o auxílio da CEE e pretendemos ir até mais longe na construção de centros de formação profissional. Procuraremos apoiar o Ministério da Educação sem transferir verbas porque os equipamentos das escolas técnicas e profissionais são propriedade do Ministério do Trabalho e Segurança Social, sendo apenas cedidos para que este ensino possa ter lugar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E mais uma vez o Ministério do Trabalho e Segurança Social mostra que é solidário com os outros departamentos do Estado. Estamos a apoiar escolas de formação profissional. Por exemplo, na indústria hoteleira, onde se verifica carência de mãos-de-obra, o Ministério do Trabalho e Segurança Social vai apoiar a escola de indústria hoteleira para que hajam trabalhadores suficientes para preencher os postos de trabalho vagos que existem, porque os trabalhadores não estão devidamente profissionalizados.

Quanto aos salários em atraso, Sr. Deputado, já houve, há alguns dias, nesta Assembleia uma longa discussão onde eu disse tudo o que tinha a dizer. Neste momento, não tenho mais nada a acrescentar. No entanto, quero que fique bem claro que é um problema que me preocupa. Não é agradável para o Ministro do Trabalho e Segurança Social ver que há trabalhadores que não recebem os seus salários, mas creio que nenhum político responsável pode pensar que o problema se resolve atribuindo o Governo as verbas que dispõe para o pagamento de salários em atraso. O Governo está interessado em criar condições para a viabilização das empresas ...

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Não é isso!

O Orador: — ... apoiará as empresas viáveis e está a estudar esquemas ...

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Estude muito!! ...

O Orador: — ..., numa perspectiva, claramente, social, de protecção aos trabalhadores que, por não receberem os salários em atraso, se encontram em particulares dificuldades. Por exemplo, no caso da Fontela foram pagos subsídios de desemprego a alguns dos trabalhadores.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, V. Ex.^a excedeu em 4 minutos, o tempo de que dispunha.

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — Peço imensa desculpa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Não se trata de pedir desculpa, trata-se tão-só da administração de tempo e desejo explicar à Câmara que, como em todos os casos até ao momento e especialmente no caso do Sr. Ministro porque a Câmara manifestou, louvavelmente, a intenção de não fazer perguntas que não tivessem respostas, é evidente que a Mesa não tinha outra solução senão permitir que o Sr. Ministro concluisse a sua exposição.

O Sr. Deputado Custódio Gingão pediu a palavra, para que efecto?

O Sr. Custódio Gingão (PCP): — Para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, V. Ex.^a não pode usar da palavra para um protesto.

O Sr. Custódio Gingão (PCP): — Nesse caso, é para interpellar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor de interpellar a Mesa dentro dos termos regimentais.

O Sr. Custódio Gingão (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social enganou a Câmara na medida em que deu aqui alguns números que, naturalmente, não correspondem à verdade, talvez por serem dados errados. E eu pediria ao Sr. Presidente ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Custódio Gingão, V. Ex.^a conhece o artigo 94.^º do Regimento que diz assim:

O deputado que pedir a palavra para invocar o Regimento indicará a norma infringida, com as considerações estritamente indispensáveis para o efecto.

V. Ex.^a tem a palavra para interpellar a Mesa.

O Orador: — Era precisamente isso que eu estava a fazer. Estava a argumentar a razão que me tinha levado a interpellar a Mesa, ou seja, os números errados que o Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social referiu.

O que eu pedia era que o Sr. Ministro pudesse dar os números exactos que correspondem à verdade e não aqueles que deu.

O Sr. Presidente: — Infelizmente, o Sr. Deputado pediu à Mesa uma coisa que a Mesa não pode, manifestamente, dar à Câmara.

Risos do PS.

Compete modestamente à Mesa dirigir os trabalhos com a confiança dos Srs. Deputados. Não lhe compete substituir-se ao Governo e, nomeadamente, ao Sr. Ministro que aqui está presente e que muito respeitamos.

Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social, se V. Ex.^a pretende usar da palavra para responder à interpelação do Sr. Deputado Custódio Gingão, dar-lhe-ci a palavra. Tem 10 segundos.

Risos do PS.

O Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social: — Referi os números que me foram fornecidos pelos serviços competentes ...

Vozes do PCP: — Competentes?! Incompetentes!

O Orador: — ..., que podem estar errados, mas a minha intenção é honesta e correcta. Se estiverem errados eu rectifico-os com todo o gosto.

Aplausos do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Custódio Gingão, queira usar da palavra para responder ao Sr. Ministro, uma vez que se gerou aqui um debate e V. Ex.^a tem, também, o direito de ter 10 segundos para responder.

O Sr. Custódio Gingão (PCP): — Queria informar a Câmara e o Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social que, de facto, o número que ele referiu, naturalmente por lapso, é errado. Não corresponde, de maneira nenhuma, a 1009 cooperativas. Com certeza que até as bancadas da maioria ficavam assustadas se ainda houvesse 1009 cooperativas! Este número não corresponde à verdade. A pergunta que foi feita ao Sr. Ministro era sobre cooperativas agrícolas, UCPs cooperativas, e elas são 300 e poucas. A dívida que o Sr. Ministro apontou é muito mais baixa do que isso, é de cerca de 80 000 contos.

O Sr. Silva Marques (PSD): — 300 e quantas, Sr. Deputado?

O Orador: — E mais, alguma dessas cooperativas que ainda devem à segurança social têm contratos que estão a cumprir.

O Sr. Silva Marques (PSD): — 300 e quantas?

O Orador: — Ao contrário, o Governo deve 17 milhões de contos às mesmas cooperativas.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Custódio Gingão, os 10 segundos já acabaram! Peço-lhe o favor de abreviar a sua intervenção.

O Orador: — Vou já acabar, Sr. Presidente. Mais, as UCPs cooperativas pagam à segurança social 28 % e os agrários pagam 150\$ por mês. Esta é a diferença.

Aplausos do PCP.

O Sr. Silva Marques (PSD): — 300 e quantas?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Silva Marques, se V. Ex.^a deseja fazer um aparte está no seu direito, mas se deseja usar da palavra, faça o favor de me dizer.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Já que o Sr. Deputado Custódio Gingão domina tão bem os números e disse «300 e quantas», eu insisto em saber qual é o «quantas».

Risos do PSD e do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Silva Marques, eu tinha-lhe dado a palavra, para que esclarecesse a Mesa em que base é que desejava usá-la e não para perguntar «e quantas».

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, a questão está ultrapassada porque eu formulei a questão que me preocupava.

Risos do PSD.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Já que está ultrapassada a questão, não vamos insistir mais nela.

Srs. Deputados, são 13 horas e 10 minutos. Está suspensa a sessão. Recomeçaremos às 15 horas.

Eram 13 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 35 minutos.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Abílio Rodrigues.

O Sr. Abílio Rodrigues (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, só hoje, e porque foi concedido mais tempo aos partidos, faço esta intervenção que estava preparada para ter sido efectuada ontem, aquando da apreciação das coisas ligadas ao Ministério do Equipamento Social. Ela surge assim um pouco desfasada no tempo, mas penso que o seu conteúdo continua a ser oportuno.

Li as grandes opções do Plano e apreciei a proposta de lei do Orçamento do Estado para 1984, sempre na óptica de verificar se o conjunto das opções, com o conjunto orçamental eram, entre si, coerentes ou disjuntos. Ficámos com a impressão de que elas poderão ser compatíveis — se bem que nos pareça não apresentar a referida proposta de lei do orçamento uma tradução sempre totalmente satisfatória com algumas intenções e linhas programáticas contidas nas grandes opções do Plano, no domínio dos transportes terrestres e aéreo.

A política de rigor que o Governo pretende seguir — e que aplaudimos — obriga a que as políticas sectoriais por ele definidas sejam muito bem precisas e tenham uma tradução efectiva em orçamentos. A hora da verdade já chegou e não há que escamoteá-la — pelo que nada há a prometer que não possa fazer-se.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Se, por exemplo, se fala na intenção de viabilizar as empresas públicas de transportes, atra-

vés da racionalização das suas actividades e do seu saneamento económico-financeiro, isto terá de refletir-se nas verbas orçamentadas.

Ora, aqui, surge-nos a preocupação, face à proposta de lei do Orçamento em discussão, se tal poderá começar a desenvolver-se em todos os aspectos — repito em todos os aspectos (pois que em alguns isso será possível) no ano de 1984, já que as brutais necessidades de algumas empresas públicas são muito superiores às verbas disponíveis.

Compreendemos o *plafond* destas e estamos bem conscientes de que na hora que vivemos, nem sempre o desejável é possível.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas pensamos que com pouco dinheiro, ou mesmo sem ele, há coisas que podem ir andando, que podem ir sendo concretizadas e que são indispensáveis para a consecução dos objectivos em causa.

Assim, sanear uma empresa ou racionalizar a sua actividade implica, naturalmente, que, a montante, nos preocupemos com a harmonização das condições de concorrência entre os diferentes modos de transporte pois, caso contrário, poderemos ter uma condição necessária para viabilizar a empresa — mas não suficiente. Todos, certamente, estarão de acordo de que não haverá racionalização ou saneamento que resista em contextos onde a concorrência selvagem continua a imperar e em que na formação de preços de alguns modos de transporte não entrem, de modo equitativo, factores que outros têm de suportar de forma mais pesada.

Ora, neste sentido o Governo pode e deve, ao longo de 1984 — além de iniciar a viabilização e a racionalização das actividades das empresas na parte possível —, alterar todo o sistema fiscal do sector de transportes com vista a uma maior harmonização das condições de concorrência; o Governo pode e deve, através de regulamentação adequada, definir uma nova tipologia para os transportes terrestres que torne o mercado mais transparente, mais ordenado, mais competitivamente são e mais controlável; e o Governo pode e deve seguir uma política em que os preços reflectam, progressivamente, os custos reais (sobretudo nos serviços de índole não social). São aspectos que não custam dinheiro ao Estado mas que têm de ser sempre concretizados para uma viabilização segura das empresas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tem o País, temos todos nós, graves problemas a resolver e para isso dispomos de um orçamento curto — o que compreendemos e aceitamos.

E, agora que se fala, para ultrapassar a crise, em planos conjunturais de emergência julgo que não seria má ideia meter, nessa mesma emergência empresas de transportes como a CP e a TAP e até a própria Carris, com rupturas gravíssimas no domínio económico-financeiro.

A CP tem um passivo da ordem dos 50 milhões de contos e para se viabilizar, além de ter, logicamente que se proceder a uma profunda reformulação da sua rede e da sua actividade, necessaria de um reforço do Estado, já para 1984, da ordem dos 20 milhões de contos.

A TAP com um passivo da ordem dos 70 milhões de contos, apresentará este ano um desequilíbrio de cerca de 5 milhões de contos, necessitando de um reforço do Estado, só para sobreviver em 1984, à volta de 6 milhões de contos, além da cobertura do défice de 5 milhões de contos referentes a 1983; isto é, necessitará de um auxílio do Estado de 11 milhões de contos para que a sua situação não se agrave ainda mais.

A CCFL já exige, neste momento, um esforço/ano por parte do Estado que deve rondar os 4 milhões de contos, esforço este que progressivamente tem vindo a aumentar e que, nem o recurso a uma terceira fonte de financiamento (TMT) em estudo no Governo, pode deixar de implicar uma reformulação urgente da oferta dos seus serviços e da sua gestão.

São estas algumas realidades bem amargas que ninguém pode ignorar e que vão exigir muita coragem política para as ultrapassar e uma mobilização de todos os dinheiros disponíveis. A propósito refiro que não partilho, no actual contexto, da opinião de que se possa, ou deva, desviar verbas do Fundo Especial de Transportes Terrestres (FETT) para outros sectores ou Ministérios, a não ser que hajam razões muito poderosas que levem a sacrificar, ainda mais, o sector dos transportes, preterindo-o em relação a outros.

É um aspecto que, estando subjacente na proposta de lei do Orçamento, deve merecer um esclarecimento por parte do Sr. Ministro do Equipamento Social ou do Governo, tanto mais que pelo menos gostaríamos de ficar com a certeza de que a filosofia da existência daquele fundo se mantém sem desvirtuamentos. Aliás, tal solicitação, já foi feita por outro Sr. Deputado mas ainda não obteve resposta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos por um lado empresas públicas de transportes altamente deterioradas e necessitando de tratamento profundo e urgente. Temos, por outro, a realidade dos «valores frios» que estão contidos nos documentos em apreciação com consequências e implicações que, sem demagogia, temos de enfrentar.

Temos, assim, necessidades prementes a satisfazer e meios exígues para lhes fazer frente.

A intercepção aceitável entre o desejável e o possível não é tarefa fácil de concretizar e, a nosso ver, necessita, para além do empenho do Governo, uma comunhão de esforços de todos os partidos com assento na Assembleia e, obviamente, a colaboração responsável dos próprios trabalhadores.

Daí, eu me atrever a afirmar que a resolução dos problemas que hoje afligem uma CP ou uma TAP, são problemas que tocam com todo o País com implicações políticas relevantes, pelo que não me parece descabido — face às situações gravíssimas existentes — aqui lançar a ideia de que a solução para esses mesmos problemas seja empenhadamente encontrada em conjugação de esforços entre o Governo e esta Assembleia da República, o que aliás, não será inédito na Europa.

A hora muito má que algumas empresas públicas atravessam, conjugada com as verbas disponíveis previstas para 1984, vai exigir, a quem se entenda minimamente responsável, um apoio às profundas alterações que terão de introduzir-se na vida das empresas e em diferentes sectores. Os diagnósticos das empresas

de transportes do sector empresarial do Estado estão mais que feitos. Só falta ação; não percamos mais tempo.

Acreditamos que o Governo tenha a coragem política adequada para desencadear as profundas transformações que se impõe começar a concretizar no sector empresarial do Estado e, em particular, no domínio dos transportes.

Como já ouvi aqui, há dias, pedir nesta Assembleia, eu também pediria ao Governo — que neste âmbito jogue deliberadamente também ao ataque e não entre na fase de queimar tempo, pois que, a bem do País, temos de jogar para a vitória.

Se assim for não lhe faltará uma grande maioria de apoio.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados: Na galeria à minha direita encontra-se, como começa a ser um bom hábito, um grupo de alunos do Colégio Manuel Bernardes. Saudando a presença deles aqui — que creio está incluída dentro de um contacto com as instituições da República, que tem por divisa a igualdade, a liberdade e a fraternidade — faço votos e tenho a certeza que na hora própria saberão ocupar os lugares que nós agora ocupamos, quando a lei da vida o impuser.

Aplausos gerais.

Tem a palavra para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Anselmo Aníbal.

O Sr. Anselmo Aníbal (PCP): — Sr. Deputado Abílio Rodrigues, ficámos surpreendidos com o teor da intervenção do Sr. Deputado, fundamentalmente porque nas suas linhas e entrelinhas — para empregar uma expressão que ontem foi aqui utilizada — se entende uma crítica clara e um Orçamento curto, que ontem definimos como um Orçamento de penúria em matéria de transportes, comunicações, habitação e construção civil. De facto, V. Ex.^a diz coisas que todos reconhecemos, tais como os que a saúde financeira, o iniciamento técnico das empresas de transportes, não obrigar a profundos investimentos. O Sr. Deputado sabe, certamente, porque leu, que na parte dos subsídios às empresas públicas, calculados para 13 milhões de contos, há já discriminado um valor para as empresas de transportes de 1,8 milhões de contos. O Sr. Deputado tem a sensibilidade, até porque passou por essas áreas, dos valores em curso em relação à CP, à TAP, tanto na forma dos subsídios das indemnizações compensatórias, como em relação aos aumentos de capital.

A pergunta que lhe queríamos fazer era esta: O Sr. Deputado critica o Orçamento, mas naturalmente logo à noite vai levantar-se para o aprovar; em que ficamos Sr. Deputado?

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Abílio Rodrigues.

O Sr. Abílio Rodrigues (PSD): — Julgo que é importante que nesta Câmara se comece a falar verdade, que não se entre em demagogia escondendo o que é real.

É evidente, que o Orçamento é reduzido e que todos nós temos consciência disso. Simplesmente o que eu pergunto ao Sr. Deputado Anselmo Aníbal é como é que ele poderia ser largo?

Uma coisa é o desejável e outra coisa é o possível! Certamente que, quer nós quer o Governo, estamos conscientes de que não é com 1,8 milhões de contos ...

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Diga lá como é?

O Orador: — ... que as empresas do sector empresarial do Estado, no domínio dos transportes, vão aguentar. Mas é claro, também, que nos escapa como é que o Fundo Especial dos Transportes Terrestres vai ser canalizado, porque esta apreciação não é feita aqui, e o Orçamento deste fundo tem cerca de 9 milhões de contos.

O Sr. Anselmo Aníbal (PCP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Anselmo Aníbal (PCP): — O Sr. Deputado está a fazer outra crítica. O grau de discriminação dos fundos autónomos, designadamente, é realmente um grau menorizado em relação a esta Assembleia ...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — ... que pretende, aliás, menorizar a Assembleia.

Entretanto tomaram assento na bancada do Governo os Srs. Ministro das Finanças (Ernâni Lopes) e Secretário de Estado do Planeamento (Mário Cristina de Sousa).

Sr. Deputado, aceito todas as suas intervenções desde que elas sejam honestas e esta é honesta. É evidente que é uma crítica, mas é uma crítica construtiva. Devemos construir e não destruir. Não devemos estar a tirar dividendos para nós ou para o PCP. Estamos aqui para ajudar o País.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado, julgo ter respondido às suas preocupações que são também minhas e que penso serem também do Governo.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vidigal Amaro.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, ao analisarmos as grandes opções do Plano para 1984 não encontramos uma linha, não encontramos uma palavra sobre a política de saúde deste Governo.

Mas logo se encontra a resposta perante a dolorosa realidade de um Orçamento do Estado que diminui as verbas para a saúde em relação ao ano transacto em cerca de 7 %.

Mas analisemos os números para que não se possa dizer, como o fez o Sr. Ministro e o Governo, que há um aumento de cerca de 18 %.

Assim, em 1983, foram gastos com a saúde 73,2 milhões de contos. Este ano estão orçados 82,6 milhões de contos, o que corresponde a um aumento percentual de 12,8 %. Face à taxa oficial de inflação, fácil é concluir que há uma diminuição real de cerca de 7 % no Orçamento do Estado para a saúde.

Acresce que, como o debate já demonstrou, serão agravados os factores que directamente têm a ver com a saúde.

Irá aumentar o desemprego, irão subir os preços dos produtos essenciais (o pão, o leite, as batatas, os ovos, a carne, o peixe), irão agravar-se os problemas de habitação, aumentarão o preço dos transportes, as autarquias não terão verbas para as obras de saneamento básico.

É esta a escandalosa opção deste Governo num sector tão fundamental para os portugueses.

Os valores do PIDDAC sofrem uma drástica diminuição em valores reais. De 1,3 milhões de contos em 1983, passa-se para apenas 890 000 contos para o próximo ano.

Quer isto dizer que os recursos de saúde são piores e que os doentes terão eles também de pagar a crise.

Querem que continuem a pagar as inconstitucionais taxas moderadoras, isto é, a financiar o Orçamento do Estado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Um escândalo!

O Orador: — Continuar-se-á a assistir à entrega ao sector privado do dinheiro que é de todos nós, enquanto os serviços públicos se degradam. Foram 20 milhões de contos em 1982, Srs. Deputados, só para o sector privado. É cerca de um terço do orçamento geral para a saúde!

Entretanto, este Governo, que diz que não há dinheiro, prevê para 1984 milhões de contos para indemnizações aos grandes capitalistas.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Em 6 meses o Governo não teve ainda tempo de pôr em execução e fazer cumprir a lei do Serviço Nacional de Saúde, nada fez para pôr em pleno funcionamento os hospitais centrais, distritais e os centros de saúde, não teve tempo para substituir as incompetentes administrações regionais de saúde, mantém uma política de medicamentos que permite que as multinacionais da indústria farmacêutica levem de Portugal milhões de contos, continua a pagar às misericórdias chorudas verbas de indemnizações, continua permitindo que trabalhadores da saúde, nomeadamente muitos médicos, recebam salários de centenas de contos por trabalho que não realizam.

Este orçamento exprime o descalabro desta política ruinosa para o sector da saúde dos portugueses.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Em matéria de segurança social o Governo afirma pretender «adoptar medidas que progressivamente assegurem esses meios humanos e materiais e satisfação das necessidades dos estractos sociais particularmente carenciados». Mas analisando detalha-

damente as verbas previstas verifica-se no que diz respeito às receitas:

As contribuições registam um aumento percentual inferior ao usual em anos anteriores. Significa isto o reconhecimento oficial, por um lado, do agravamento das condições de vida dos trabalhadores — mais desemprego e deterioração dos salários — e por outro lado que o aumento das dívidas do patronato à segurança social irá aumentar.

As transferências do Ministério do Equipamento Social situam-se em nível inferior ao previsto para 1983, o que é incompreensível porquanto o número de pensões, cujos encargos visam (regimes especiais dos ferroviários), se encontram estacionários.

Por último as transferências do Orçamento do Estado para a segurança social, embora apresentando um acréscimo, cobrem apenas 22 % dos encargos dos regimes não contributivos ou pouco contributivos.

Estas as principais causas que irão contribuir para que o aumento médio das pensões seja muito inferior ao custo de vida não ultrapassando a magra percentagem de 18 % e é bom lembrar que a inflação para 1984, anunciada pelo Sr. Ministro das Finanças, é de 25 %.

Isto significa pura e simplesmente mais fome, mais miséria para cerca de 1 milhão e 600 reformados.

As grandes opções do Plano e o Orçamento do Estado para 1984, no campo da saúde e segurança social, traduzem bem as opções deste Governo e a injustiça social a que conduzem.

É à injustiça dessa política anti-social que dizemos não. Por isso votaremos contra este Orçamento e este Plano.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Estão inscritos, para interpellar o Sr. Deputado Vidigal Amaro, os Srs. Deputados Ferraz de Abreu e Malato Correia. Mais nenhum Sr. Deputado se deseja inscrever?

Pausa.

Estão encerradas as inscrições. Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Ferraz de Abreu.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Sr. Deputado Vidigal Amaro, não gosto muito de me meter em guerra de números, mas como V. Ex.^a os citou, permito-me fazer algumas considerações sobre o assunto.

V. Ex.^a disse que este Orçamento trazia cortes substanciais na saúde e citou mesmo que havia uma baixa de 7 % sobre o Orçamento.

Na realidade, quando olhamos para o Orçamento proposto, verificamos que em relação aos valores iniciais previstos para o Orçamento de 1983 há um aumento substancial de 35 %, isto é, cerca de 20 milhões de contos.

Sabemos também que, na verdade, o orçamento da saúde passou de 58 milhões de contos previstos para 66 milhões! V. Ex.^a citou a verba de 73 milhões, no entanto, eu como disse não gosto de entrar em guerra de números, não sou, realmente, muito profundo em números e admito que tenhamos fontes de informação diferentes.

Mas se efectivamente os gastos foram de 66 milhões de contos, em relação aos 80 milhões de contos previstos, existe mesmo assim um aumento de 19 %, e não de 14 %, como V. Ex.^a citou.

Vendo os números anunciados no Orçamento Geral do Estado, penso que não houve intenção de reduzir o orçamento com a saúde, pelo contrário, houve a preocupação — perante a crise e a contracção orçamental que se verificou praticamente em quase todos os ministérios fora da área social — de deixar a saúde fora dessa contracção.

O mais que podemos dizer é que não houve expansão das verbas para o Ministério da Saúde, isto é, o Ministério da Saúde para poder dar, pelo menos, o mesmo tipo de assistência que deu em 1983, tendo as mesmas verbas à sua disposição, tem que conseguir fazer uma melhor gestão e um melhor aproveitamento dos seus recursos, para, naturalmente, fazer uma medicina de melhor qualidade e estendê-la a mais habitantes do nosso país.

O Sr. Deputado falou também no problema das transferências. É preciso esclarecer a Câmara que, os 20 milhões de contos que V. Ex.^a citou e que são verdadeiros, incluem 12 milhões e tal de contos de medicamentos que o Estado não tendo nacionalizado ou socializado as farmácias terá que pagar à iniciativa privada.

Não foram, portanto, 20 milhões mas 8 milhões que passaram para a iniciativa privada.

V. Ex.^a sabe que estão em curso no ministério uma série de medidas tendentes a reduzir as cifras das outras verbas que não dos medicamentos (que continuam a ser pagas à iniciativa privada).

Foi aqui dito, pelo Sr. Ministro da Saúde, o esforço real que se está a fazer com a hemodiálise, que leva ao País por ano 2 milhões e tal de contos. Um esforço idêntico está a ser feito na compra de um melhor equipamento hospitalar em matéria de meios de diagnóstico, nomeadamente no raio X e nas análises, que são as duas áreas que maiores verbas levam.

Quanto às taxas moderadoras, o Sr. Deputado e todo o País sabem que este Governo fez já qualquer coisa nesta área, mostrando qual é a sua política nessa matéria. O Governo pôs ao abrigo das preocupações de ordem financeira, doentes graves, padecendo de doenças várias e que não podem dispensar medicamentos que lhes são fornecidos gratuitamente.

Representa uma abertura que terá continuação porque o Ministério da Saúde não pensa fazer pagar o custo dos serviços aos doentes. E à medida que a rentabilidade dos serviços e o comportamento consumista de médicos e utentes o permita, as taxas moderadoras serão revistas e irão progressivamente desaparecendo.

Aplausos do PS e alguns do PSD.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Malato Correia.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Desejava pedir uns esclarecimentos ao Sr. Deputado Vidigal Amaro, mas dado que o meu partido está com falta de tempo neste debate e que muitos dos problemas que eu queria colocar já foram postos, e muito bem, pelo Sr. Deputado Ferraz de Abreu, limito-me a dizer que as críticas do Sr. Deputado Vidigal Amaro valeram mais pela quantidade do que pela qualidade.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Vidigal Amaro.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — O Sr. Deputado Ferraz de Abreu começa por dizer que não conhece bem os números. Se conhecesse bem os números, Sr. Deputado, analisava e chegava à conclusão da veracidade dos 7 %. V. Ex.^a pode falar com os seus colegas economistas e chegarão, precisamente, a esse número.

Os 73 milhões de contos, foi o número dado na Comissão pelo Sr. Ministro dos Assuntos Sociais. Não só foi o gasto, como eu nem falo nos 800 000 contos que o Sr. Ministro afirmou ficarem de dívida para o próximo ano. Se eu tivesse entrado com esta verba a percentagem seria maior ainda.

O Sr. Deputado deverá estudar os números e chegará à conclusão de que o défice real do orçamento para a saúde para o ano que vem é menor do que 7 %.

O Sr. Deputado diz, e todos concordamos, que é necessário racionalizar os equipamentos existentes. Além desta afirmação que nós andamos a dizer há muito tempo, esperamos sim que o Sr. Ministro defina, aqui, nesta Assembleia, a política de saúde. Não o fez durante a discussão do Programa do Governo, nada acrescentou durante a interpelação de política geral e hoje, quase no fim do debate e já sem tempo, o Governo ainda não anunciou a política de saúde que pensa concretizar.

Aplausos do PCP.

No que diz respeito aos medicamentos, Sr. Deputado, não há nenhum Governo que tenha dito dentro desta Câmara que não vai publicar o Formulário Nacional de Medicamentos, que não vai pôr cobro ao escândalo que constitui os milhões de contos de lucro que as multinacionais farmacêuticas levam deste país. Mas isso é sector privado e é ele que leva esse dinheiro!

Quando o Sr. Deputado diz que o Governo está a fazer um grande esforço para melhor equipar e melhor rentabilizar, cabe-me perguntar como é que essa opção que não vem no Plano se traduz em números. O PIDDAC que se refere precisamente às verbas destinadas ao equipamento sofre uma redução de 1,3 milhões de contos para 870 000. Como é que com menos dinheiro pode haver mais equipamento?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Evidentemente que este Governo acabou com as taxas ...

O Sr. João Amaral (PCP): — Com algumas, com algumas!

O Orador: — ... com as taxas que deram prejuízo, as dos internamentos, dos serviços de urgência, que o cobrado não chegava para pagar ao pessoal que as cobrava!

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Ferraz de Abreu pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Ferraz de Abreu.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Sr. Deputado Vidigal Amaro, tanto eu como V. Ex.^a ouvimos o Sr. Ministro referir que, além do Orçamento inicialmente previsto — 58 milhões e tal —, havia mais 6 600 000 contos devidos, sobretudo, a aumentos da massa salarial, por aumentos da função pública e do início da carreira médica instituído em 1982-1983.

Ora, as minhas contas dão-me, na realidade, 66 milhões de contos. Portanto, isto leva, como disse, a um aumento de cerca de 20 %. No entanto, referi que não estava disposto a entrar na guerra dos números porque podia ter má informação, e não porque não tivesse os números certos.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado Vidigal Amaro fala no problema dos medicamentos e nas multinacionais — o que é uma coisa fácil de dizer. Contudo, além das multinacionais, há também pequenas empresas no nosso país que são produtoras de medicamentos. Mas, além disso, mesmo que sejam multinacionais, não podemos entrar na guerra com as multinacionais porque senão morremos aqui com as doenças. Nós não produzimos medicamentos nem somos capazes de os produzir nas décadas mais próximas, e como V. Ex.^a sabe, temos de continuar a comprá-los às multinacionais, ou às ocidentais ou às russas.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

Quanto aos medicamentos que este Governo passou a dar gratuitamente, há um facto curioso: a bancada do PCP diz que anulámos as taxas que davam prejuízo; na bancada do CDS foi ontem afirmado que íamos gastar mais 2 milhões de contos por ano em medicamentos.

Devo dizer que nem uns nem outros têm razão. O Sr. Deputado apenas se refere às taxas de hospitalização — e essas até davam prejuízo —, mas não se referiu às taxas dos medicamentos que, na realidade, até têm um aumento superior àquele que estava previsto. Ora, isso tem uma explicação porque talvez a prática administrativa que foi seguida para a prescrição dos medicamentos gratuitos não tenha sido a melhor, e isso está a ser corrigido.

Contudo, o que o Sr. Deputado não pode é estar a negar o benefício extraordinário que já foi concedido aos doentes no nosso país mercê da abolição de taxas moderadoras, nomeadamente nos medicamentos.

Finalmente, só gostaria de dizer que em relação ao problema do equipamento dos hospitais, eu não posso citar aqui onde é que se vai colocar mais um aparelho da raio X, um TAC, etc. Contudo, V. Ex.^a até ouviu o Sr. Ministro dizer onde é que iria colocar mais um TAC.

O Sr. Presidente: — Para contraprotestar, tem a palavra o Sr. Deputado Vidigal Amaro.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Sr. Deputado Ferraz de Abreu, V. Ex.^a traz aqui um problema que poderíamos estar a debater durante várias sessões, e que é o problema do medicamento. Contudo, o que é certo é que nada está feito para esse controle.

O Sr. Deputado conhece — e se calhar até melhor do que eu — como é que as multinacionais de indústria

farmaçêutica ganham dinheiro. Por exemplo: qualquer tratamento precisa, por média, de 32 comprimidos. No entanto, as embalagens que há, ou são de 60 comprimidos ou de 15 comprimidos — portanto, compete ao Governo legislar sobre este assunto.

A propaganda gasta dinheiro com os medicamentos. Hoje os médicos são bombardeados diariamente com dezenas de delegados de propaganda médica que oferecem tudo, inclusivamente viagens, passeios e estadas no Algarve, a quem vender mais produtos daquela marca. Contudo, nada é feito para combater esse lucro.

Inclusivamente, o problema também existe entre os hospitalais. Há quanto tempo se fala aqui no problema da unidose? Ora, este Governo nada faz em relação a isso, pois dentro dos hospitalais continuam a gastar-se medicamentos conforme se quer — e nem se gastam, estragam-se, Sr. Deputado —, e afi vão muitas dezenas de milhares de contos, há o estrago com a indústria farmacêutica.

Como o Sr. Deputado acabou de dizer, reduziram-se as taxas de uma forma errada, e essa questão tem de ser revista. Ora, é precisamente isso o que nós pretendemos. Mas quando? Como? O Sr. Ministro não se referiu a esse aspecto. A política de saúde deste Governo continua por não estar definida, e já não se define neste debate porque o Sr. Ministro não tem tempo. Contudo, se este Governo não consegue administrar o seu tempo durante um debate do Orçamento Geral do Estado em que tem a possibilidade de escolher o tempo de que quer dispor, como é que consegue gerir bem as verbas destinadas ao País?

Protestos do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Vidigal Amaro, a administração dos tempos destinados ao debate é feita livremente na base de um acordo estabelecido pelos grupos parlamentares e pelo Governo, tal como V. Ex.^a sabe. Portanto, não compete nem à Mesa nem aos grupos parlamentares criticarem a forma como se administraram os tempos reciprocamente — isso faz parte das regras de conveniência.

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. Vidigal Amaro (PCP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de dizer a V. Ex.^a que não fiz nenhuma interpelação à Mesa.

O Sr. Ministro estava da bancada do Governo a dizer que gostava de falar, mas que não tinha tempo. Portanto, acho que tenho toda a legitimidade para comentar que o Sr. Ministro não fala porque houve uma má administração do tempo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, V. Ex.^a não fez nenhuma interpelação à Mesa. Contudo, devo dizer que numa reunião de líderes parlamentares ficou combinado que se desse execução ao seguinte princípio: cada partido, grupo parlamentar ou Governo, administrariam livremente o tempo de que dispunham.

O Sr. Ministro, por exemplo, dirigiu-se há pouco à Mesa pedindo para usar da palavra. No entanto, eu

disse-lhe que não poderia conceder-lhe a palavra porque não tinha tempo disponível.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, quando eventualmente algum membro do Governo disser, por exemplo, no encerramento deste debate, que um partido da oposição não interveio numa determinada área — por exemplo, ninguém ainda falou sobre cultura —, o Sr. Presidente também irá explicar a esse membro do Governo que os partidos administraram o seu tempo livremente ...

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, se por acaso houver um membro do Governo que diga que algum partido não falou por falta de tempo, chamarei a atenção a esse membro do Governo porque a eles, mais do que aos deputados, cabe-lhes respeitar a Casa em que estão.

Só espero que a Sr.^a Deputada não ponha em causa a equanimidade com que tenho tratado todos os Srs. Deputados e Membros do Governo.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rúben Raposo.

O Sr. Rúben Raposo (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Estão em debate, na Câmara, as propostas de lei do Orçamento do Estado e das grandes opções do Plano para o ano de 1984.

Propostas que definem uma política de rigor e de austeridade, visando a estabilização financeira do país.

Propostas que se inscrevem no programa de emergência a decorrer até ao final do próximo ano e com o qual se pretende reduzir o défice da balança de transacções correntes a 1,25 biliões de dólares e o défice do sector público administrativo a 6,5 % do produto interno bruto.

Gestão conjuntural de emergência que só terá êxito, se for prosseguida com rigor e determinação, alicerçada numa grande estabilidade política. Política económica que não se resume à gestão conjuntural de emergência, aspecto inovador que importa sublinhar.

Com efeito, o Governo já anunciou à Câmara e ao País que o programa de recuperação económica e financeira será apresentado até ao fim do 1.º semestre e até ao fim do próximo ano, o programa da modernização da economia portuguesa.

Quer-se assim, estabilizar financeiramente a economia portuguesa com os menores custos sociais, para a prazo conseguir-se o relançamento que traga o desenvolvimento e o bem-estar.

Estamos pois, em presença de propostas de rigor e de austeridade, que naturalmente, determinam as variáveis da política de emprego e de segurança social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este debate é, para nós, muito importante.

Como sociais-democratas, não podemos ignorar que as opções económicas têm consequências sociais no nosso tecido democrático.

Porque a democracia só está completa se for democracia política mas também económica e social.

Democracia social e democracia política implicam-se mutuamente. Uma implica a outra.

Para que haja democracia entendida em sentido lato, é necessário que todos os portugueses participem na vida social, económica, cultural e política do seu país e do seu tempo.

É preciso que exista igualdade não apenas dentro do Estado mas, também, dentro da sociedade, igualdade de condições concretas em que decorre o dia a dia.

Não basta, pois, declarar os direitos naturais do homem. Não basta reconhecer as liberdades públicas. Não basta dar a todos os cidadãos o mesmo direito de sufrágio para a escolha dos governantes.

Exige-se mais.

Exige-se que o Estado a todos, e em particular aos que se encontram em condições mais desfavorecidas, preste serviços, afim de poder vencer as dificuldades hodiernas. Exige-se o reconhecimento do direito à educação, do direito à saúde, do direito ao trabalho e do direito à segurança social.

É só aqui que começa a democracia social.

Democracia social que é mais premente nos tempos em crise que vivemos.

Épocas em que estala o individualismo, o salve-se quem puder, a confrontação social.

É neste tempo, que o Estado mais tem de velar pelos grupos sociais, com mais débil capacidade reivindicativa.

Referimo-nos, naturalmente, aos desempregados e pensionistas na certeza de que o direito ao trabalho dos primeiros e o direito a um rendimento condigno dos segundos, são a base de uma qualquer política que defenda os valores da democracia e da justiça social.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Falar da política de emprego e da segurança social, neste debate das grandes opções do Plano e do Orçamento, é analisar a política de emprego e a evolução das receitas e despesas do orçamento do Fundo de Desemprego e do orçamento da segurança social.

Mas antes de analisar a política de emprego, vale a pena referir como quadro de fundo que a taxa de desemprego é de 7 %.

Desses desempregados, o número dos que procuram o primeiro emprego é de 46 %. Valores estes de acordo com o Banco de Portugal e o inquérito sobre o emprego do Instituto Nacional de Estatística.

Desde já, importa sublinhar a proposta recentemente posta a discussão pública, em relação ao trabalho suplementar.

São medidas concretas para combater o recurso indevido às horas extraordinárias, revelador de gestão incapaz e viciada, ocultando situações de desorganização mais ou menos institucionalizada. E, para além de tudo isto, é também, muitas vezes, a forma das empresas não cumprirem a função social de criação de novos postos de trabalho.

Proposta que não vai além da prática corrente nas modalidades dos países europeus, apenas se pretendendo, de acordo com a actual conjuntura económica, reconduzir o trabalho à sua função de excepcionalidade. Proposta que urge que seja transformada brevemente em lei.

A política de emprego, inscrita nas grandes opções do Plano, prevê dois tipos de programas. A manutenção

de programas que já vêm de 1983. Estão neste caso a formação profissional nos centros existentes com identificação de utilização dos edifícios, equipamentos e mão-de-obra disponíveis, bem como o aproveitamento de capacidades não utilizadas, dos meios de formação profissional de outros departamentos do Estado, em regime de protocolo-cooperação.

Prevê-se também o lançamento de novos programas. Estão nesta situação o programa de aprendizagem, o programa do ensino técnico-profissional e o programa de formação profissional protocolar com entidades privadas.

Comecemos pelos novos programas.

Está em discussão pública uma lei sobre aprendizagem, Ici quadro que define o contrato de aprendizagem, o estatuto do aprendiz, as empresas que possam celebrar contratos de aprendizagem, o conceito de aprendizagem, a definição do subsídio-formação.

A aprendizagem e a implementação do ensino técnico-profissional são projectos nacionais, projectos necessários e urgentes. Por várias razões.

Desde logo, o desemprego em Portugal, decorre em larga medida do desajustamento estrutural entre a oferta e a procura.

Hoje em dia, o elevado índice de desemprego não corresponde a uma distribuição homogénea por estratos profissionais. Assim, verifica-se falta de mão-de-obra qualificada em certos sectores de actividade e, em paralelo, enormes contingentes de trabalhadores desocupados de profissões administrativas, dos serviços, não qualificados da indústria.

Como dissemos, os jovens à procura do primeiro emprego representam uma larga fatia do desemprego, 46 %. Aliás, o número de jovens desempregados cresce dia após dia, pois a possibilidade de encontrarem um emprego está ligado ao nível de educação-formação do indivíduo, ou seja, em função da sua melhor adequação ao emprego. País que somos em vias de desenvolvimento, necessita de fazer um esforço sério e profundo na formação de quadros médios, tão fundamentais ao desenvolvimento das nossas empresas e da nossa estrutura produtiva.

A aprendizagem e o ensino técnico-profissional inserem-se no sistema de formação profissional, visando a preparação de saídas profissionais.

A formação profissional é um elemento de uma política activa de emprego. Uma política de formação profissional não é suficiente para resolver só por si, o conjunto dos problemas económicos e sociais, nomeadamente o emprego, mas constitui resposta adequada a este tipo de problemas.

Formação profissional é particularmente importante, uma vez que permite a mobilidade profissional e aumenta a oferta de trabalho nos sectores industriais, onde se apresenta um défice de mão-de-obra qualificada.

Assim o entendemos, o programa de formação profissional protocolar com entidades privadas, que prevê a reconversão, readaptação e formação, visando inserir no mercado de trabalho 25 000 desempregados.

Este programa deve transformar-se num sistema de reconversão profissional de emergência, que permita preparar jovens e garantir aos trabalhadores mais idosos a mobilidade técnico-profissional.

Programa que tem de estar articulado com as alterações estruturais introduzidas no sector industrial.

Nos programas de formação profissional que transitam de 1983, qual seja a formação nos centros já existentes, há a necessidade de aumentar substancialmente a sua capacidade formativa.

Os centros de formação profissionais, estatais e protocolares, responsáveis por só 5000 estágios por ano, carecem de maior número de instrutores e monitores, com novos métodos de ensino, de modo a maximizar-se a capacidade de formação instalada.

O Srs. Vilhena de Carvalho (ASDI) e Lemos Da-mião (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Nas grandes opções do Plano, refere-se também que será lançado o seguro de desemprego.

Face a este anúncio, colocam-se algumas interrogações:

O seguro do desemprego abrange todos os trabalhadores?

A protecção tem duração ilimitada ou tem limitação temporal?

O desempregado é obrigado a aceitar uma colocação na área de residência, desde que o salário desse novo emprego não seja inferior ao subsídio, sob pena de perder o direito a este?

As prestações são fixas ou indexadas ao salário anteriormente auferido?

A procura do primeiro emprego é também considerada situação de desemprego?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Da análise do orçamento do Fundo de Desemprego constata-se que são realizadas transferências destinadas ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (14 milhões de contos), para pagamentos de subsídio de desemprego e ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (8,5 milhões de contos), com o fim de dotar este organismo de recursos necessários ao seu funcionamento, destacando-se a colaboração com o Ministério da Educação na implementação do ensino técnico-profissional.

Estão também previstas transferências para o Orçamento do Estado, no valor de 14 milhões de contos, destinados à comparticipação em investimentos públicos geradores de empregos.

Que investimentos e a quantos postos de trabalho correspondem?

Está prevista um dotação de 3,6 milhões de contos, a afectar à concessão de empréstimos para a criação e manutenção de postos de trabalho.

Importa que dessas verbas sejam canalizadas na sua maioria para a criação de postos de trabalho, rompendo com práticas anteriores.

Interesse também averiguar se a manutenção de postos de trabalho corresponde a empresas que atravessam dificuldades pontuais ou se estamos em presença de unidades produtivas tecnicamente falidas.

A manutenção de postos de trabalho é, naturalmente, preocupação social, sustendo as incidências de desemprego, mas importa que a atribuição dessas verbas por contrapartidas, comportamentos empresariais que se empenhem na viabilização e recuperação das unidades produtivas.

O orçamento da segurança social que materializa os ideais de solidariedade e de justiça social onera

o País em 240 milhões de contos, dos quais 30 milhões de contos provêm do Orçamento do Estado.

Sector que beneficia socialmente em prestações 1,6 milhões de pensionistas e 2 milhões de jovens e crianças.

Este Orçamento e a segurança social que possuímos não são ainda o edifício acabado que queremos no nosso país, mas já demos largos passos na sua construção.

Com efeito, os pensionistas no princípio da década de 70 eram apenas 165 000. Hoje são mais de 1 800 000.

De acordo com números oficiais, para cada reformado existem 2,2 trabalhadores activos, contra os 14 que havia no início da década de 70.

A evolução da segurança social em Portugal tem-se traduzido em dois vectores simultâneos: a integração dos vários esquemas da Previdência e alargamento do seu campo de aplicação material. Assim, têm-se transformado as antigas caixas no sistema integrado e unificado materialmente traduzido no alargamento de cobertura a extractos sociais antes desprotegidos, como os trabalhadores independentes e os domésticos. Simultaneamente avançou-se com o esquema de cobertura para os rurais — o regime especial, bem como a prestação social para aqueles que nunca descontaram, a chamada pensão social.

No que respeita ao seu financiamento, pode afirmar-se que as receitas provêm na generalidade das quotizações quer da entidade patronal, quer do trabalhador. O Estado também participa com uma transferência de 30 milhões de contos.

Importa que, a prazo, a contribuição do Orçamento do Estado seja aumentada de forma às despesas da segurança social virem a representar 20 % do rendimento nacional, valor este que é dos vários países que integram a Comunidade Económica Europeia.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: As propostas de lei do Orçamento do Estado e das grandes opções do Plano para 1984 traduzem uma política de rigor e de austeridade, visando a estabilização financeira.

Mas também permitem uma estratégia em matéria de emprego e de formação profissional e de justiça social, adequada à presente conjuntura.

Daí o nosso apoio.

Aplausos da ASDI, do PS, do PSD e do Sr. Deputado António Vitorino (UEDS).

Entretanto, tomou assento na bancada do Governo o Sr. Ministro da Administração Interna (Eduardo Pereira).

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Marcelo Curto.

O Sr. Marcelo Curto (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As consequências da política deste Governo são absolutamente contrárias conforme a sua análise é feita pelo Governo e pela maioria ou pela oposição, sobretudo o PCP. O que é afinal lógico e compreensível: segundo o Governo, a adopção da política de redução drástica dos défices orçamental e externo, evita os seus respectivos agravamentos, os quais poderiam conduzir a desequilíbrios que, a curto prazo, seriam incontroláveis

e provocariam a desregulação geral da economia, a miséria, a fome, a cessação de pagamentos, a bancaarrota.

Segundo o PCP, «a redução cega e brutal do défice orçamental assente no agravamento das injustiças fiscal e social, do desemprego, da miséria, da recessão económica» (v. deputado Octávio Teixeira), ou a «queda dos rendimentos reais para níveis insuportáveis, em muitos casos inferiores ou nível de subsistência», seriam as consequências da política do Governo.

A posição do Governo tem, pelo menos, a vantagem de ser lógica e apresentar um cenário coerente em que a previsão da evolução das variáveis permite criar condições para o relançamento.

A custa de restrições brutais e, do ponto de vista social, arriscadas? Sem dúvida.

O diagnóstico do PCP tem também lógica irrefutável; o que falta é uma saída para o agravamento dos desequilíbrios financeiros que o PCP decerto reconhece serem altamente perigosos, a curto prazo.

Por exemplo: se as grandes opções prevêem, para 1984, a redução dos salários reais e se o Orçamento prevê um aumento da receita fiscal provocada por aumento da matéria colectável — já que as taxas se mantêm —, há aqui um duplo agravamento na redução do poder de compra dos que vivem do seu salário, o que provocará situações sociais tensas. Ora, o que o Governo quer é a contenção da procura e não o aumento das tensões sociais.

É óbvio que não nos podemos encerrar na excelência das soluções macroeconómicas, pois que é indispensável reduzir os necessários efeitos sociais negativos desta política restritiva. E sobretudo, não poderemos permitir que a dramatização da linguagem da oposição corresponda a agravamentos reais das tensões sociais.

Teremos então que utilizar pura e simplesmente e com medidas imediatas, a capacidade e a energia criadora de 500 000 trabalhadores, ao serviço do desenvolvimento económico e social, como quer a Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo, precisamente neste tom épico e fácil?

Que a situação é grave e os sacrifícios que nos pede o Governo são enormes e dificilmente suportáveis, quem o nega? Ponto é que à redução das verbas para despesas com educação e desenvolvimento da agricultura corresponda uma real contenção das despesas de capital supérfluas ou evitáveis. Que a fraude e evasão fiscais sejam detectadas e punidas, que os sinais exteriores de riqueza passem a pesar no montante dos impostos cobrados aos altos rendimentos para que se desgrave as taxas de imposto profissional sobre os rendimentos baixos e médios. Ou que, os salários em atraso não correspondam a fugas de capitais ou a manobras de sub ou sobre facturação. Que ainda em 1984 sejam lançadas as acções de transformação estrutural previstas nas grandes opções e, ao mesmo tempo, se aperfeiçoe o regime de margens de comercialização e se fiscalize e reprima seriamente as manobras especulativas. Que se lancem as acções de criação de emprego para jovens em coordenação com o Ministério da Educação e as acções de formação profissional com entidades privadas de reconversão/readaptação, para criar mais 50 000 postos de trabalho.

Desse modo, Srs. Deputados da oposição, cá estaremos todos para verificar que a miséria, a fome

e as tensões sociais foram afastadas e que o relançamento racional da nossa economia é um facto possível.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não se poderá, porém, deixar que a política restritiva atinja níveis de tal forma pesados que provoque irreversíveis atrasos tecnológicos e de degradação do equipamento produtivo que, por sua vez, imprima danos irreparáveis e bloqueadores do relançamento. Neste sentido, a aplicação do sistema de incentivos ao investimento apenas a projectos que integrem programas prioritários de modernização sectorial e ou desenvolvimento regional, parece-me constituírem salvaguardas bastantes para evitar o movimento de parafuso que, de outro modo, poderia suceder.

Por outro lado, é imprescindível o apoio consistente ao sector empresarial do Estado e às pequenas e médias empresas, o que inclui um apoio renovado e decidido às empresas industriais em autogestão das quais cerca de 150 com 5000 trabalhadores se mantêm contra ventos e marés, até agora, desconhecidas e hostilizadas pelo Estado, sem qualquer incentivo financeiro ou fiscal, o que é notável e demonstra a capacidade e a persistência dos seus trabalhadores.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Mas a redução das inevitáveis tensões sociais deve ser procurada ainda por outros meios, mais baratos e não menos eficazes.

Trata-se de reforçar a participação dos trabalhadores e a sua intervenção nas decisões empresariais, aliás prevista pela Lei n.^o 46/79, e que, lamentavelmente, não é minimamente respeitada em algumas empresas públicas e do sector empresarial do Estado. Trata-se de permitir o controle de gestão, de cumprir a disposição legal que obriga a parecer prévio das comissões de trabalhadores em certas matérias, de ouvir e discutir com os trabalhadores a reorganização das unidades produtivas, trata-se por fim de fazer entrar em funções os gestores eleitos pelos trabalhadores nas empresas públicas. Trata-se ainda de fazer cumprir a lei que impede o despedimento dos dirigentes sindicais, a não ser por decisão judicial. Cabe, a propósito, lembrar, já que se fala tanto em pôr a nossa legislação laboral a par da europeia que aquela protecção aos dirigentes sindicais existe em todos os países da Europa Ocidental e que a participação, a informação e a consulta dos trabalhadores já está instituída na CEE por directiva recente nas multinacionais com mais de 2000 trabalhadores e outras directivas se preparam na matéria e estão em vias de ser aprovadas.

Estas medidas de compensação social, e outras, como a instituição do Conselho Económico e Social, são, de alguma forma, os sinais da evolução para a democracia participativa a que este Governo não poderá e não quererá, decerto, furtar-se.

Resta-nos esperar pelos anunciados impostos sobre o valor acrescentado e único sobre o rendimento, formas modernas e mais justas de tributação, predominantes nos países mais avançados da Europa evitando o emaranhado de impostos indiretos que penalizam o consumo e agravam a situação dos mais débeis economicamente.

Os democratas progressistas foram, no decurso da história recente, chamados a gerir situações de crise em sistemas de economia liberal o que, por vezes, conduziu ao reforço subsequente da direita e até à ameaça de situações totalitárias.

Não sou, por natureza, pessimista nem profeta da desgraça. A nossa situação financeira é grave, a crise da nossa economia é profunda, mas confio em que as medidas e os objectivos preconizados nas grandes opções e no Orçamento do Estado para 1984 farão o doente curar-se (e não morrer da cura, como parece parece o PCP) e recuperar.

É para isso que aqui estamos.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Lobo Xavier.

O Sr. António Lobo Xavier (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Membros do Governo, Srs. Deputados: Julgamos ser pertinente, nesta sede, uma referência ao sistema fiscal português, tal como ele é actuado através da proposta do Orçamento.

Embora o princípio da anualidade seja, em matéria de impostos, uma constituição financeira, o CDS rejeia — e sem que o possam justamente acusar de má-fé — que o princípio da anualidade venha a ser reduzido por este Governo apenas a uma das suas feições: a feição de inscrição no Orçamento dos impostos a cobrar; o mesmo será dizer, aliás, que a prática, introduzida pelo Governo, com a recente alteração ao Orçamento de 1983, faz-nos temer que esta proposta de lei — caso venha a ser aprovada — possa vir a tornar-se... em apenas uma parte do Orçamento para 1984!

A análise do sistema fiscal é, para alguns, impossível, por inexistência de objecto: de facto, não falta quem proclame que entre nós existe apenas fisco, sem sistema! No entanto o quadro fiscal proposto pelo Governo para 1984, é o mesmo que vigorou em 1983, menos alguns (e só menos alguns) dos impostos extraordinários criados há bem pouco, e mais ainda duas ou três alterações que nos esforçaremos por compreender.

Todos conhecemos, com certeza, os critérios decisivos para avaliar um sistema fiscal, com, grande oportunidade, entre nós, pelo Dr. Diogo Leite de Campos; são eles a certeza e segurança, a justiça, a comodidade e o contributo para o desenvolvimento económico.

Da comodidade, aliás — e porque questão secundária — eu prescindiria, já que é inútil repetir as referências às constantes solicitações do contribuinte nas repartições de finanças, a complexidade dos formulários exigidos, a dificuldade do contribuinte em conhecer, só por si, a sua matéria colectável.

Sobre a certeza e a segurança, no entanto, não podemos permanecer calados. Não valerá, talvez, a pena — aqui também — referir o problema da retroactividade: são «água passadas» ou, pelo menos, «água já imparávvel», embora se receie a reincidência do Governo, algures em 1984. Mas manter-se-ão todos os vícios do sistema que afectam a segurança e a certeza dos contribuintes: manter-se-ão os «conceitos indeterminados» que enxameiam a legislação fiscal portuguesa; manter-se-á, por certo, o sistema de avalia-

ções administrativas, que determinam actos muitas vezes não motivados, que prejudicam o direito de recurso do contribuinte; manter-se-á, ainda, a difusa expressão de um poder discricionário da Administração nesta matéria, que avulta, sobretudo no domínio da concessão de benefícios fiscais.

E que dizer quanto à justiça do sistema fiscal?

Também aqui, ao que vemos, os defeitos suplantam largamente as qualidades. Basta preencher tal ideia com os *apports* da Constituição: a preferência por um imposto único sobre os rendimentos das pessoas singulares, a atenção pela situação concreta do agregado familiar, a tributação do rendimento real das empresas.

Quanto ao primeiro aspecto, mais uma vez se afirma aqui, nesta proposta de lei do Orçamento, uma caminhada em direcção ao imposto único uma caminhada em que, futuramente, não se sairá, provavelmente, do sítio; quanto à protecção do agregado familiar, julgamos ser desejável e possível ir bem mais longe, nomeadamente no regime de deduções, pois continuam a esquecer-se, só por exemplo, as deduções por motivo de doença.

Quanto ao desenvolvimento económico, teríamos, agora, muito que dizer.

O elenco dos impostos que incidem sobre os lucros das empresas traduz-se numa excessiva carga fiscal altamente desincentivadora; mantém-se, aliás, aquilo a que se chama (impropriamente) «dupla tributação dos lucros», quando se alude ao facto de estes serem tributados em sede de contribuição industrial e imposto complementar, secções A e B.

Estas «dupla tributação» já foi justificada em nome da situação privilegiada do património pessoal dos sócios — sobretudo de certas sociedades — e da valorização das suas participações sociais. Infelizmente, hoje, estas duas razões que poderiam justificar este tipo de tributação não tem qualquer significado: o património pessoal dos sócios das empresas encontra-se, já, a garantir empréstimos solicitados, nomeadamente os sócios das sociedades anónimas, pouco beneficiarão com a valorização das suas participações, sem o funcionamento da Bolsa. Julgamos, finalmente, que este quadro é claramente fomentador de fuga de capital, através de vários processos já bem conhecidos.

Mas o Governo introduz, de facto, algumas alterações no sistema fiscal. Mas nem mesmo aqui, contudo, poderemos aplaudir.

No imposto profissional, a alteração dos escalões é quase insignificante e as taxas marginais continuam muito elevadas, sobretudo produzindo efeitos nefastos nos escalões mais baixos.

No imposto complementar, criticamos a insuficiente protecção da família. A inovação mais significativa diz, porém, respeito aos sinais exteriores de riqueza, como meio de combater a evasão e a fraude fiscais (ou pelo menos de as indicar). Julgamos ser esta uma medida demagógica, de fachada, sem grande eficácia creditícia, que pode conduzir a flagrantes injustiças e que enferma, desde logo, do defeito de introduzir características de realidade (em sentido técnico-fiscal) no imposto cedular sobre o rendimento!

Em sede de imposto de mais-valias, as nossas preocupações não diminuem; a intenção de abrandar os ganhos realizados na transacção de imóveis de qualquer tipo, que assim se junta à taxa da sisa e ao adicional — e nalguns casos ainda, à taxa do imposto de sucessões — conduz praticamente à absorção da propriedade

pelo Estado, consequência injusta, que nem sequer deriva de uma concepção ideológica deste governo socialista. Estas medidas fiscais, neste campo, conduzem apenas a incentivar o consumo, e afectarão certamente a construção civil.

Quanto aos benefícios fiscais, resta-nos apenas aguardar a actuação do Governo — se quiser e se souber — na desburocratização dos sistemas existentes e na abolição das discricionariedades administrativas que existem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Podemos, enfim, tirar conclusões.

O sistema fiscal português continuará, por mais um ano, sem respeitar os canhões constitucionais; continua a ser usado com fins conjunturais de equilíbrio, a qualquer preço, do Orçamento do Estado!

É claro que as finalidades de qualquer sistema fiscal são, em primeiro lugar, reditícias. Mas essas finalidades não devem fazer esquecer a justiça, a proporcionalidade, a segurança, ainda que em nome de um Estado em permanente «estado de necessidade»!

Parece-nos, assim, que resultam agravados os riscos de uma rotura entre o Estado e contribuintes, de tal modo que estes eventualmente já não compreenderão quaisquer «interesses nacionais» invocáveis. Com efeito, o Estado presume a fraude e a evasão, imaginando técnicas para o seu combate que funcionam antes da determinação da matéria colectável, contrário das técnicas usadas lá fora, que privilegiam a actuação *ex post*, partindo de uma base de confiança no contribuinte. O contribuinte, por seu turno, apenas deseja escapar a uma carga fiscal esmagadora: multiplicam-se as fraudes e a evasão!

O Governo, ainda, na sua ânsia voraz de obter receitas, abusa das técnicas presuntivas de determinação da matéria colectável, esfuma as características gerais da pessoalidade na tributação, e não adapta a fiscalidade aos seus proclamados desígnios da política económica: penaliza-se o trabalho, penalizam-se as já poucas possíveis aplicações da poupança.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Numa palavra, pois: com este programa fiscal o Governo pretende *outrance*, obter receitas — sem que saibamos, ao certo, até que momento do ano de 1984 elas serão suficientes! — desligando-se das questões de justiça e segurança, comprometendo mesmo as suas opções económicas.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Parece-nos, pois, que a figura, natural e desejável, do contribuinte real, é substituída, assim, pela figura do contribuinte ideal, do ponto de vista do Estado: aquele que, independentemente do seu património e do seu rendimento, mais dinheiro possa proporcionar aos cofres ávidos do Tesouro.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A posição

final do nosso agrupamento parlamentar, acerca das propostas de lei em apreço, fica reservada para intervenção a fazer oportunamente. No entanto, prometi em anterior intervenção voltar a debruçar-me sobre aspectos de natureza sectorial.

A intervenção de ontem do Sr. Ministro da Indústria e Energia, conjugada com o texto das grandes opções do Plano, suscita-me a necessidade de produzir algumas reflexões breves sobre questões energéticas.

Em primeiro lugar, manifesto a minha estranheza por se fazer depender as actuações no sector de um plano energético nacional a ser provavelmente aprovado em 1984, talvez no 1.º trimestre. As linhas de uma política energética deviam ser conhecidas com maior clareza e parece-nos pouco ambicioso fixar como único objectivo o do «apoio ao objectivo de redução do défice externo». Um certo arrojo, apesar de tudo existente na área industrial, perde energia, dissipase exactamente no domínio da energia.

Por outro lado, sabendo-se a reduzida percentagem que o consumo doméstico de electricidade significa no consumo global de energia útil do país, essa poupança será sempre um esforço pequeno no contexto da poupança de energia, sendo de realçar neste quadro a importância da poupança dos consumos industriais.

Mas neste domínio se parece ser de apoiar a efectivação de auditorias energéticas e subsectores, não menos importantes nos pareceria a especialização de gestores em energia e a obrigatoriedade de serem rigorosamente ponderadas as análises energéticas para projectos de certa dimensão ou para a reconversão de unidades existentes. Também aqui a visão estritamente financeira deve ceder o passo a uma análise mais global, que pondere a efectiva oportunidade na utilização dos recursos, muito especialmente quando eles são caros ou escassos.

Parece-nos, sinceramente, que a intervenção do Sr. Ministro da Indústria e Energia e as grandes opções do Plano, nesta área da energia, enfermam de falta de perspectivas. Por exemplo, nessa Europa da CEE, onde se negoceia a entrada do nosso país, foi feita por diversos Estados uma aposta, com maior ou menor importância, na utilização do gás. As nossas grandes opções do Plano energéticas ainda referem apenas o «incentivo à substituição do fuel por carvão em grandes empresas consumidoras». E pergunto-me, embora com cepticismo, se estarão a ser estudadas alternativas, a nível da Península Ibérica, por exemplo, que permitam uma concertação das estratégias de desenvolvimento e diversificação energética entre nós e os nossos vizinhos. Quando o gasoduto euro-sibérico se aproxima já de Toulouse e se avança para a interligação das redes de gás holandesa, norueguesa e britânica, o que fizemos nós? Não pensaremos no assunto? Ou será que a obsessão do nuclear impede, na boa tradição dos Planos de Fomento, a ponderação de outras soluções, de utilização de outras energias?

É um debate a prosseguir, esperemos que feito com intenção e seriedade.

E quanto à opção nuclear e aos problemas envolvidos pela sua segurança?

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Se neste país não foi possível proteger eficazmente da água o novo sistema informático do próprio LNETI pergunte-me quando será possível atingirmos os padrões mínimos de segurança que tornem inviáveis

a produção de catástrofes de origem nuclear ... por descuido em centrais hipoteticamente a construir. São problemas sérios, que não se resolvem «à vol d'oiseau».

Nós, deputados da UEDS, não nos colocamos na situação emocional do antinuclearismo radical, mas alertamos, como é nosso dever, para que há vias a percorrer que os textos que nos são presentes iludem ou ocultem. É um debate demasiado importante para ser apenas feito no gabinete do Sr. Ministro da Indústria e Energia, por relevante que seja a opinião do titular da pasta.

Quanto à energia solar, num país com zonas de insolação média anual tão elevadas, deveria o Plano prever, de forma ousada, incentivos à utilização de energia solar em edifícios onde o ganho efectuado compensasse o acréscimo de custos no projecto.

Há toda uma novidade de concepções a explorar que permanecem relativamente inexploradas.

Diria, para terminar, que damos, pois, o nosso apoio à inovação e desenvolvimento na área energética, mas desde que essa inovação se associe à vontade política de mudar a vida. Procuremos aprender com os sucessos e os erros de outros povos. O futuro não se constrói apenas continuando o presente sem imaginação nem audácia, mas sim inseminando o presente!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Cachado.

A Sr.^a Luísa Cachado (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A educação e a cultura não escaparam à penúria que caracteriza as opções do Plano e o Orçamento apresentado pelo governo PS/PSD. É assim que as verbas previstas para a educação registam uma redução de 24 %, as mais baixas da última década, considerando mesmo, os últimos anos do fascismo.

Dissemos aqui, quando da abertura do ano lectivo, que o sistema educativo em Portugal estava à beira do caos e nem os pré-fabricados oásis televisivos do Sr. Ministro o podiam manter de pé, pois o estado de desidratação era evidente e insustentável.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Chamámos a atenção para a situação de ruptura de muitas escolas, para a falta de condições mínimas na concretização do ensino eficaz, para a necessidade da redução dos custos de cada família com a educação dos seus filhos, transformando num direito, o que hoje, já de novo, é um privilégio para alguns ou um sacrifício para muitos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Chamámos a atenção para a urgente abertura de cantinas e o fornecimento aos alunos de refeições equilibradas e a preços acessíveis. Referimos a inadiável actualização dos salários dos professores. No entanto, a análise do Orçamento do Estado e do Plano para 1984 revela que a situação de degradação não é invertida, antes fortemente agravada.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Em 1982 o peso da educação no Orçamento era de 12,5 %, em 1983 de 10,9 % e em 1984 desce para 9,4 %.

Vozes do PCP: — É um escândalo, é uma vergonha!

A Oradora: — As grandes opções do Plano, embora primem pela ausência inédita de uma política social e optem por uma política exclusivamente financeira, contêm elementos que conduzem à degradação daquela que é a grande ausente. Por um lado, o sucesso nos estudos associa-se a factores pertinentemente escolares, às condições de vida dos alunos, ao regime alimentar, à habitação, à expectativa do mundo do trabalho ou da continuidade dos estudos e ainda ao apoio social escolar. Degrado-se todo este contexto situacional, o insucesso escolar e taxa de abandono aumentam obrigatoriamente.

Por outro lado, a deterioração do estatuto dos professores e a inexistência de apoio conducente à sua actualização e valorização profissionais caucionam uma deficiente prática docente e a procura de segundo emprego, factores desgastantes porque incapazes de ultrapassarem os objectivos a que se propunham.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — E desta forma temos questionada toda a democraticidade do sistema escolar, incapaz, quer de garantir o cumprimento e sobrevivência da escolaridade de 6 anos, mesmo nas miseráveis condições de equipamento e instalações existentes, quer de permitir minimamente a sua expansão.

Ao invés da política de manutenção, anunciada pelo Governo, estamos perante uma política de clara degradação e elitização do sistema escolar. Como estamos longe dos objectivos demagógicos do Programa governamental!

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Ao contrário da apregoada prioridade para o sector educativo, verificamos uma redução orçamental escandalosa para investimentos na educação.

Para resolver o problema da degradação dos estabelecimentos de ensino e da carência das instalações escolares, o Governo não encontrou melhor forma do que restringir as verbas previstas.

A verba atribuída nesta rubrica é de 2 500 000 contos, representando apenas 4 % do valor global indicado para investimentos do plano, sendo a mais baixa da última década inferior em cerca de 42 % à dotação inicial para 1983.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — É um escândalo!

A Oradora: — Os cortes nestes sectores são de tal modo gravosos, que o próprio Secretário de Estado Adjunto do Sr. Ministro o reconheceu em reunião da Comissão de Educação.

Registe-se, por exemplo, o corte de verbas na acção social escolar que sofre um decréscimo real de 18 % nos sectores básico e secundário e de 8 % no ensino superior. Segundo a opinião do Sr. Ministro, esta diferença de critério na atribuição de verbas justifica-se pela capacidade reivindicativa dos estudantes univer-

sitários. Aguardemos que os outros graus de ensino se manifestem, começando pelo pré-primário, para que os subsídios escolares se reforcem!

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Também a investigação científica não escapou à política de cortes orçamentais. No PIDAAC os centros de investigação vêem as suas verbas decrescerem de 86 000 contos em 1983, para cerca de 58 000 contos em 1984. A dotação orçamental para a investigação científica e tropical passa de 25 000 contos aproximadamente em 1983, para cerca de 19 000 contos em 1984, ou seja, cortes na ordem dos 30 %.

Quanto à educação pré-escolar as reduções são manifestas, já que o Governo considera que o desemprego feminino pode ser compensado, se as mães ficarem em casa, tomando conta dos filhos, como afirmou o Sr. Ministro na Comissão de Educação e em recente entrevista a um jornal diário.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Srs. Deputados, a distância entre esta filosofia e a de Salazar é apenas temporal!

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

Protestos do PS, do PSD e da ASDI.

Srs. Deputados da maioria, percebemos os vossos incómodos, mas as realidades não podem ser camufladas. O jornal diário é o *Jornal de Notícias*, aí poderão ler a entrevista — que, aliás, poderá ser confirmada pelo Sr. Ministro — concedida durante a reunião da Comissão de Educação.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. António Lacerda (PSD): — Social-fascista é o que a senhora é!!!

A Oradora: — Dizia eu que a distância entre esta filosofia e a de Salazar é apenas temporal! Os preceitos constitucionais relativos à obrigatoriedade do Estado criar uma rede pública de estabelecimentos de educação pré-escolar são para este Ministro e para este Governo letra morta!

E, finalmente, como presenteia no Orçamento do Estado, este Governo, muito particularmente, aqueles que, quase por sacerdócio, exercem as funções de professores, sabendo-se do enunciado da Carta de Intenções do FMI que prevê a limitação das taxas de aumento de vencimentos dos funcionários públicos em 1984?

Gostaríamos de ouvir a resposta, Srs. Membros do Governo!

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O que fica dito não sofre alteração quanto à cultura.

Também aqui a política é de redução de verbas com tudo o que ela representa de desestímulo e bloqueamento a múltiplas iniciativas fundamentais.

O Governo, longe de dar cumprimento às prescrições constitucionais, que apontam o caminho da des-

centralização e do fomento dos meios e instrumentos de realização cultural, cerceia a capacidade de acção das associações de cultura e recreio, impede, pela exiguidade das verbas, os seus planos de actividade, desincentiva a formação de grupos criadores e diferentes em todo o país. Mais grave, porém, é o que resulta da ligação deste Orçamento restritivo com a política, ou ausência de política coerente da gestão das verbas.

Não se conhecem critérios objectivos em matéria de subsidiação do teatro independente, dos centros culturais, dos projectos cinematográficos, das associações de defesa do património, de programas editoriais de amplo interesse público, das bandas e filarmónicas, dos pequenos núcleos de recreio e cultura existentes e proliferantes no Portugal democrático.

Com o aparelho burocrático que consome pesada parte do quinhão que lhe coube no esfarelado bolo orçamental, o Ministério da Cultura vê-se a braços com agravadas dificuldades face às crescentes necessidades do sector.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Por isso mesmo, porque este Orçamento não contempla a realização de uma política democrática no campo cultural também aqui ele não merece o nosso aplauso. Bem pelo contrário, infunde acentuadas inquietações e suscita a nossa mais séria oposição.

A política financeira deste Governo substima nos domínios da educação e da cultura o desenvolvimento, a saída do caos e fomenta a injustiça social.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. António Lacerda (PSD): — Não apoiado!

A Oradora: — Não responde minimamente às esperanças legítimas da população.

O Sr. António Lacerda (PSD): — Não apoiado!

A Oradora: — A educação e a cultura não são adaptações resignadas do presente, nem projectos abstratos de futuro, mas o movimento que, na acção presente, integra todo o progresso do passado e vai exerçando o futuro da humanidade realmente livre.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Este Orçamento do Estado não tem calorias — para não falar em vitaminas — para este percurso, ficará obrigatoriamente pelo caminho.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Coelho Pires.

O Sr. Coelho Pires (PS): — Sr.ª Deputada Luísa Chado, ouvi com atenção a sua exposição e não posso deixar passar em claro algumas referências que fez acerca do Ministério da Cultura.

Todos nós concordamos que as verbas atribuídas à cultura são manifestamente insuficientes para as reais necessidades deste país, mas o que já não se admite é que a Sr.ª Deputada venha aqui dizer que o Ministério da Cultura não tem um projecto de descentralização cultural verdadeiramente democrático.

A Sr.^a Deputada chamou a atenção para palavras proferidas pelo Sr. Ministro da Cultura na comissão, mas esqueceu-se de citar outras passagens dessa mesma intervenção. A Sr.^a Deputada sabe perfeitamente que em comissão foi claramente definida uma política de descentralização cultural, tendo sido prometido que os centros culturais regionais seriam apoiados através da atribuição de verbas a tempo e horas, de modo a permitir o planeamento das suas actividades. Norma que não tem sido seguida até agora e, por isso, pela primeira vez vamos assistir a uma verdadeira descentralização cultural.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Nós, no Partido Socialista, defendemos uma verdadeira descentralização cultural, sem interferências de partidos políticos... o que talvez não seja o projecto de associação que o Partido Comunista domina e defende.

Aplausos do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o entender, tem a palavra a Sr.^a Deputada Luísa Cachado.

A Sr.^a Luísa Cachado (PCP): — Sr. Deputado Coelho Pires, ouvi com atenção a sua pergunta — se assim a podemos apelidar — e gostaria de lhe chamar a atenção para uma questão de fundo que talvez possa, desde já, responder na íntegra a todas as suas hipotéticas preocupações — hipotéticas preocupações porque finalmente o Sr. Deputado é capaz de estar mesmo preocupado.

Há uma grande diferença entre a prática e a *praxis* social do nosso dia a dia e entre aquilo que não passa de uma mera referência emblemática e simbólica.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Uma coisa é aquilo que se diz, é aquilo que se afirma em discursos mais ou menos teóricistas, em discursos mais ou menos simbólicos, acerca de uma determinada política que já sabemos que não iremos praticar, outra coisa é o Orçamento que nos aparece para analisar, discutir e alterar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Podemos definir que a cultura é indispensável e necessária para o desenvolvimento e progresso do nosso povo, podemos definir que os centros culturais regionais, as bandas, as filarmónicas, os ranchos folclóricos e que os pequenos núcleos de recreio deste país precisam de ser desenvolvidos — pois são apenas uma preocupação emblemática do Governo PS/PSD —, pelo que é preciso efectivar essa preocupação.

Aplausos do PCP.

Daí eu ter dito no início da minha resposta que a preocupação do Sr. Deputado não passava de uma preocupação hipotética, na medida em que é preciso passar das preocupações hipotéticas para as realizações concretas, não ficarmos pela teoria e passarmos à prática.

Sr. Deputado, não quero levantar a questão de fundo que tem a ver com tudo isto, ou seja, a exígua verba do Orçamento para a cultura.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rocha de Almeida, para uma intervenção.

O Sr. Rocha de Almeida (PSD): — Antes de iniciar a minha intervenção gostaria de referir que ela teria tido maior justificação se tivesse sido produzida de manhã, aquando das intervenções sobre segurança social, dado que o debate no Parlamento, sobre este assunto e matéria, atingiu, no entender próprio da minha bancada, a altura e o auge que merecia um debate das grandes opções do Plano e do Orçamento do Estado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — As inscrições e a oportunidade não foram então propícias, no entanto, a minha bancada não queria deixar de assumir a sua posição acerca deste assunto tão sério e que importa a tantos e tantos portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A par do que chega ao nosso conhecimento através de publicações especializadas e dos relatórios de organizações internacionais, também os órgãos de comunicação social nos têm feito saber que, por efeito da crise económica que, na última dúzia de anos, se tem feito sentir praticamente por todo o mundo, se vem assistindo, mesmo nos países mais desenvolvidos, à estagnação ou retrocesso dos avanços que os sistemas de segurança social vinham registando praticamente desde os fins da Segunda Guerra Mundial.

Na verdade, não são raras as notícias referentes a tensões sociais mais ou menos graves, relacionadas com a adopção, em diversos países da Europa e de outros continentes, de medidas restritivas referentes à realização dos direitos de segurança social.

O abandono de princípios de actualização automática de prestações pecuniárias e o agravamento de dificuldades, criadas por lei, no acesso a certas prestações, designadamente por alargamento dos prazos de garantia para a obtenção de pensões, são outros tantos sinais de que as incidências da crise das economias não têm deixado de fustigar com alguma dureza os sistemas de segurança social.

Este facto é tanto mais preocupante quanto é inequívoco ser precisamente face aos condicionalismos gerados pelas situações de crise económica que se intensificam os apelos aos sistemas de protecção social.

Ora, quanto a Portugal, é sabido que, nos últimos anos, o carácter essencial conjuntural da política económica não tem permitido uma atenuação efectiva dos principais desequilíbrios estruturais da nossa economia, a que têm acrescido as incidências da evolução desfavorável do enquadramento internacional da mesma economia, cujo grau de abertura viria a atingir, em 1982, os 56 %.

Neste contexto não poderia ter-se por surpreendente que as condições de crise que afectam a economia portuguesa comportassem reflexos fortemente negativos sobre as possibilidades financeiras da segurança social. Que tais reflexos existem não será lícito ignorá-los.

como lícito não será supor-se que a segurança social portuguesa pudesse furtar-se ao quadro de dificuldades que os sistemas de protecção social enfrentam por toda a parte, incluindo os países mais desenvolvidos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ora, não obstante tudo isto, não pode a minha bancada deixar de sublinhar com agrado o facto de o orçamento da segurança social para 1984, denotar um inegável esforço do Governo no sentido de que o nosso sistema de protecção social conte com o crescimento financeiro necessário, no mínimo, a conservação do poder aquisitivo das prestações, designadamente as pensões.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E não se vê melhor prova de tal empenhamento que aquela que se traduz no facto de ter sido decidido o aumento de pensões, com efeitos a partir do próximo dia 1 de Dezembro, garantindo a cerca de 1 820 000 pensionistas que, nesse mês, lhes será paga não só a nova pensão — aumentada, em média, de 19 % —, mas também o correspondente subsídio de Natal, o que fará com que, em Dezembro, só as despesas com pensões ascendam a cerca de 22 milhões de contos. Muitos seriam os que duvidavam que isto fosse possível. Mas foi. E importará que se recorde que, para isso, não se hesitou na decisão política que permitiu, ainda em 1983, o crescimento dos recursos financeiros da segurança social em 6 milhões de contos, dos quais 2,6 milhões de contos referentes ao pagamento de dívidas acumuladas de serviços públicos.

Porém, mais significativo ainda é o facto de que, verificando-se um aumento de 20 % nas receitas a arrecadar das contribuições, o total das receitas correntes registará um crescimento superior a 29 %. Mais uma vez cumpre sublinhar que tal só é possível à custa de crescimento muito acentuado da participação do Orçamento do Estado no orçamento da segurança social para 1984, crescimento que largamente ultrapassará — como já aqui foi referido pelo Sr. Ministro do Trabalho e Segurança Social — os 100 %.

E fazia todo o sentido que assim fosse. Na verdade, a análise da desagregação das despesas da segurança social para 1984 permite verificar que o total de encargos com os regimes de protecção social reduzidamente contributivos — regime especial regulamentar dos trabalhadores rurais — e totalmente não contributivos — regime transitório dos trabalhadores rurais e acção social — ascenderá a cerca de 60 milhões de contos. Ora, estas despesas cujo crescimento anual tem sido incessante, vinham sendo esmagadamente suportadas por transferências do regime geral, incidindo, pois, quase em exclusivo, sobre os activos ligados ao comércio, indústria e serviços, o ónus destas despesas.

A análise das contas da segurança social de anos anteriores permite verificar que, desde 1982, se procurou garantir uma maior responsabilização do Estado em relação aos encargos com as prestações daqueles regimes insignificantemente contributivos ou rigorosamente não contributivos. Não se duvida do empenhamento posto pelos responsáveis da segurança social

a respeito desse objectivo. Porém, importa reconhecer que — quaisquer que tenham sido as razões — se manteve com reduzidíssima expressão o valor da participação do Estado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Impunha-se inverter esta situação que, sem dúvida, era geradora de gravosas incidências sobre as condições de protecção social da população beneficiária do regime geral. Bastará mencionar que, em 1982, foi forçoso afectar 39,4 milhões de contos deste regime ao financiamento dos regimes reduzidamente contributivos ou não contributivos, valor que passou para cerca de 42 milhões de contos no corrente ano, e que se prevê ascenda ainda a cerca de 45 milhões de contos em 1984.

A transferência de cerca de 18 milhões de contos que, em 1984, o Orçamento do Estado fará a favor da segurança social comporta, pois, um significado que a esta bancada apraz registar e enaltecer, por três razões fundamentais:

Em primeiro lugar, porque tal iniciativa do Governo traduz um claro propósito de honrar o compromisso de melhoria prioritária das condições de protecção social dos estratos mais desfavorecidos da nossa população. E que não temos dúvidas de que os beneficiários dos regimes reduzidamente contributivos ou totalmente não contributivos se situam precisamente nesses estratos.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, porque se torna claro que, finalmente, se compreendeu a injustiça decorrente do facto de fazer recair tão-só sobre os beneficiários activos do regime geral da segurança social a carga relacionada com a cobertura do défice dos referidos regimes insignificantemente contributivos ou não contributivos, facto que, além do mais, tem criado as maiores dificuldades no esforço de dignificação das prestações do regime geral, designadamente as pensões.

Em terceiro lugar, porque, finalmente, dá o Governo claro testemunho de compreensão para o facto de que não podia o sistema português continuar a representar uma excepção no quadro dos esforços de racionalização das formas de financiamento da segurança social que, por toda a Europa, se têm intensificado nos últimos anos.

Dir-se-á, em conclusão, e sobre este aspecto, que esta opção do Governo constitui, pelo seu alcance imediato e futuro, uma das notas mais salientes do Orçamento da segurança social para 1984.

Mas outras há que importa destacar:

A decisão já tomada pelo Governo sobre o aumento de pensões — com efeitos a partir de 1 de Dezembro próximo — representa, por si, cabal testemunho de tal facto, sendo certo que, em 1984, o valor das despesas com pensões ascenderá a 158 milhões de contos, traduzindo o aumento de pensões um esforço financeiro de 29 milhões de contos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, o facto de o mesmo Orçamento viabilizar a solução de um problema de

há muito preocupante para os requerentes de pensões, dada a longa espera de muitos meses entre o momento do requerimento e o início de efectivo pagamento da pensão devida aos interessados. O pagamento imediato, a partir de 1 de Janeiro próximo, de um montante provisório de pensão evitaria que os requerentes se vejam em situação de desprotecção entre o momento em que deixaram de auferir salários e o momento de início de pagamento da pensão que legalmente lhe é devida.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Esta medida exige, evidentemente, uma antecipação de pagamento de pensões que, em termos financeiros, ainda tem acentuada expressão, a qual, no entanto, comporta ajustada salvaguarda no Orçamento da segurança social para 1984. Mais uma vez, os mais desfavorecidos dos nossos concidadãos mereceram ajustada providência deste Governo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Está então o PSD satisfeito com a situação em que se encontram as populações mais desfavorecidas? Está a minha bancada contente com as medidas anunciadas nas Grandes Opções do Plano pelo Governo?

É evidente que não!

Há ainda população que não se encontra abrangida pelos esquemas de segurança social; a infância e a juventude continua num plano subalternizado; o aumento de custo de vida deixa os idosos e os reformados com pensões de sobrevivência; o grande número de viúvas não possui meios para viver com dignidade. Cerca de 175 000 deficientes esperam melhor tratamento e assistência; a protecção à família ainda hoje está sem uma política verdadeiramente definida.

São milhentos os casos que o PSD conhece e pode referir! Mas, como partido consciente, que se nega a praticar nas acções e nas palavras demagogia, que sempre usou e usará a verdade, tem que declarar aqui, neste debate, que nenhum problema se resolve do dia para a noite.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Deve pois o Governo na área social, dadas as dificuldades com que se debate, encetar medidas tendentes a sensibilizar, consciencializar e responsabilizar quem presta os serviços e também quem deles usufrui.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Lá palavras não lhe faltam!

O Orador: — E a si não lhe falta estar calado!

Risos.

A melhoria qualitativa da prestação dos serviços bem como a utilização correcta dos seus direitos por parte da generalidade da população, poderá conduzir a resultados saneadores do sistema.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o PSD reconhece que não há orçamentos capazes de responder cabal e atempadamente aos problemas com que depara no campo da segurança social. É assim nos países ricos e sé-lo-á sempre nos países pobres. Seria pura demagogia exigir que o Governo orçamentasse

para a segurança social em conformidade com as suas necessidades. Orçamentou o máximo, com esforço e generosamente, neste período de crise. Saiba agora ser executor fiel e firme para com as opções que aqui nos trouxe e às quais a minha bancada vai dar conscientemente o seu voto favorável na generalidade.

Aplausos do PSD, do PS e da ASDI.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Helena Cidade Moura.

A Sr.ª Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Fernando Pessoa escreveu que «a Europa tem fome do futuro». Essa fome de futuro, apercebida por Pessoa, nos anos 30, está longe de ter sido extinta; pelo contrário ela é hoje possivelmente mais angustiantemente vivida pela consciência colectiva e certamente não tanto pelo medo à morte nuclear, como pela ignorância dos caminhos da vida de todos os dias.

Para todos os povos, para todos os países, para cada cidadão em si é tempo de dúvida sistemática, de humildade intelectual e de participação colectiva.

É no contexto de reestruturação económica, de desconhecimento de caminhos e de insegurança, podemos dizer, existencial que os sistemas de educação, cultura e investigação se tornam básicos, já não só para ser conferido um maior grau de adequação às acções que garanta um mínimo de estabilidade social, como para uma racionalização dos gastos e para um aproveitamento do potencial humano.

O nível de flexibilidade da estrutura social e o grau de adaptabilidade à satisfação das necessidades do homem não é variável que dependa só da situação económica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando da Revolução do 25 de Abril, o país inteiro testemunhou a galvanização popular em torno dos problemas da educação, da cultura.

Foi a grande enchente nas escolas, foram as comissões de moradores, grupos não organizados criaram por toda a parte cheches, escolas pré-primárias, lares e centros de terceira idade, estabeleceu-se intercâmbio entre as escolas do interior e as da orla marítima, sociedades recreativas, com os palcos esvaziados pelo fascismo e os panos de cena descoloridos pelo tempo viram-se de repente cheios de gente unida pelo amor ao teatro, surgiram numerosos grupos de amadores. Os grupos de alfabetização apareceram mobilizados muitas vezes por gente da terra que se organizava.

Em Cascais, por exemplo, consciencializou-se a existência de numerosos bairros de lata e 50 % da população, afastada da zona de moradias, verificou-se que era analfabeta.

A música de simples convívio ou de intervenção social brotou das pedras espalhadas por um país abandonado e desconhecido que a televisão trazia diariamente ao convívio dos portugueses. Aquele país real, verdadeiro que esperava o 25 de Abril ...

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Poucos deputados desta Assembleia terão escapado ao sortilégio deste potencial de renovação e muitos certamente dele participaram e a ele pertencem. Qualquer, porém, que seja a leitura destes acontecimentos, provocada por diferente apetrechamento ideológico, por diversa sen-

sibilidade perante o colectivo ou mesmo por diversa sensibilidade humana, uma coisa todos sabemos é que esta grande movimentação popular, que alterou profundamente as inter-relações sociais, pertence à nossa história e que só por muita mesquinhez humana e grande sectarismo político pode ser julgada como mera manipulação da ordem pública.

Foi o instinto do próprio povo, a sua vitalidade, o seu desejo de resistir, que gerou esse grande potencial de cultura, foi o sentido do futuro que o fez, por exemplo, levantar a criança à altura de símbolo.

A forma que tomam as transformações sociais expressam as aspirações não satisfeitas e o potencial individual não realizado. Portugal era um país com fome de futuro!

Em Portugal uma grande renovação cultural, não integrada pelo poder político, resta ainda como força transformadora. Este facto obriga a reflectir, porque ao contrário dos ministros que pensam colegialmente, o deputado é pessoalmente responsável pelo voto popular e tem de assumir, com coragem, aquele pecado a que aludiam os monges de Salamanca quando rogavam: «que Deus afaste de nós o maléfico vício de pensar.»

E essa reflexão dá o peso e a medida do que significa nas grandes opções do Plano e no Orçamento do Estado o total apagamento da área educativa e cultural.

Daí o conteúdo de uma política que coloca nas medidas de emergência o corte no tecido já apodrecido do sistema educativo, sem a noção de que a deterioração desse sistema traz consequências graves, não só para a realização do indivíduo, mas para a rendibilidade nacional e para a estabilidade social.

Mais explicitamente, a deterioração do sistema educativo tornará qualquer plano de renovação, que apareça para 1984, impraticável e ridículo.

E é, em nome do meu partido que me atrevo a dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o mais grave não será ainda a falta de verba para os dois Ministérios, o da Educação e o da Cultura, o mais grave é o significado de tal atitude, no contexto da política global que o Governo se propõe levar a cabo.

Perante uma situação de crise financeira e de restrição orçamental havia que aproveitar para rever a política da educação à luz das necessidades prioritárias e suas perspectivas. Foi isso debatido, equacionado? Não.

Segundo a velha tradição, arranjou-se o dinheiro para se ir remediando o que estava, sem cuidar de saber se o dinheiro tem estado a ser bom ou mal gasto.

Há uma infinidade de perguntas possíveis: qual é, por exemplo, o custo dos serviços administrativos do Ministério da Educação? Quantos professores destacados para fora da actividade pedagógica? Quanto custa um monitor de alfabetização, quanto custa o destacamento de um professor?

Há 3 anos que o MDP/CDE insiste nesta Assembleia, fez seminários e encontros públicos, pôs à disposição do Ministério da Educação todo o seu trabalho, provando que o 12.º ano, gerado por incapacidade política de dar resposta à ânsia de escolaridade, está fora da estrutura lógica do sistema e representava um esgotamento de verbas não só inúteis mas prejudiciais. O MDP/CDE demonstrou que não é possível, nem necessário ter 12 anos de estudo para entrar na Uni-

versidade, num país onde a escolaridade de 6 anos não está cumprida e onde existe um terço de analfabetos.

Se há área em que tenha havido consenso e trabalho nesta Assembleia é na da Educação, mas a quase totalidade dos deputados tem visto os seus esforços inutilizados pelo espírito individualista de cada Ministro da Educação que tenta deixar no seu rastro a sua obra artesanal assinada pelo seu próprio punho.

O Ministro da Educação actual parece projectar-se «num plano de emergência para a reorganização do ensino técnico que permita a satisfação das necessidades do País em mão-de-obra qualificada, bem como a prossecução de uma política de emprego para jovens» — segundo as suas próprias palavras.

E obra de tal monta saiu do Ministério sob a forma de despacho normativo! É evidente que o detectar as necessidades do País implicaria, pelo menos, um plano a médio prazo que não existe.

O despacho normativo de 19 de Outubro, ambiciona estabelecer uma estrutura de ensino e formação profissional que poderá ter utilidade se for bem inserida na realidade social e económica portuguesa, se a definição de uma estrutura for acompanhada da definição concreta de um conteúdo.

Por conteúdo, queremos dizer, currículos, programas, métodos de ensino, meios de apoio, critério de avaliação e critério de escolha de professores. O ensino e formação profissional que o País precisa requer reflexão cuidada sobre todos estes pontos à luz dos resultados que realmente se pretendem obter. Ora, o enunciado destes resultados não foi feito, nem com nitidez, nem com inovador espírito crítico, nem justificado não só pelos insucessos anteriores como pelo imenso trabalho de preparação que precedeu tentativas análogas em curso noutras países, alguns deles situados entre os mais desenvolvidos.

Qual a teoria que fundamentalmente norteou o estabelecimento dos currículos? Deseja-se conseguir uma preparação profissional de espectro estreito bem objectivado numa profissão determinada ou pretende-se a aquisição de capacidades que permitam facilmente adaptar-se ao exercício de diferentes profissões, dentro de uma grande área do exercício profissional?

A mutação das tecnologias, o permanente aparecimento de novos materiais, as mutáveis exigências dos mercados e das preferências dos consumidores, o progresso científico criam constantemente a insegurança no trabalhador. Parece assim, o próprio Instituto Nacional do Emprego investiga nesse sentido, que só as preparações profissionais que determinam a aquisição de capacidades passíveis de adaptação a diferentes profissões, dentro evidentemente da mesma área, podem servir o País e o indivíduo.

O sistema de ensino e formação profissional que pode contribuir para realizar a nossa juventude e dar segurança aos trabalhadores e ser um instrumento eficiente no progresso do País, exige definições rigorosas e objectivas, enunciados claros de programas e métodos de ensino e programação minuciosa, realista e ponderada dos meios, exige portanto reflexão prévia cuidada. O Despacho n.º 194-A/83, caracteriza-se pela ausência de uma teoria que reflete a consciência da complexidade do problema. E, de facto, um despacho normativo que se substitui a uma lei quadro. Este facto é em si suficientemente expressivo.

Anotando que a brevidade da nossa análise deixou de lado questões que mereciam ser versadas, entre as quais as dos conteúdos programáticos, que supomos desconhecidos, das carreiras profissionais, dos diplomados, o estatuto dos docentes, a articulação entre a escola e o meio, a programação calendarizada do início dos cursos profissionais, a criar, queremos accentuar dois aspectos: o de que um exame profundo do diploma requer um trabalho de equipa e uma auscultação a que não procedemos; o outro é o que o despacho normativo que institui os cursos técnico-profissionais e profissionais é suficientemente elucidativo para se concluir de uma ausência de estrutura que conduza à solução democrática, logo de qualidade, do ensino profissional.

A temática do ensino profissional no nosso país, e em todos os outros, é demasiado importante, por condicionar a formação de meios humanos que serão os principais responsáveis do desenvolvimento económico e da justiça social, para ser tratada levianamente.

Mais uma vez e em tempo de se ver a austeridade, o Ministério da Educação se lança numa aventura voluntarista, desenquadrada e de custos materiais e humanos imprevisíveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que poderemos dizer de todos os orçamentos da área social especificamente educação, cultura e saúde é que são orçamentos de tentativa de manutenção de uma emperrada máquina burocrática, construída pela AD com o propósito de refrear a dinâmica transformadora.

Se outras não houvesse, esta razão bastaria para a nossa viva recusa a tais opções e a tal Orçamento.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Está agora inscrito o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares (Almeida Santos): — O Sr. Ministro da Administração Interna não está presente, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro de Estado, V. Ex.^a recorda-se daquela história do grande poeta João de Deus, *ressuxit! Non est hic!*?

Esperemos que o Sr. Ministro da Administração Interna tenha, então, ressuscitado rapidamente.

O Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, o Sr. Ministro da Administração Interna está a chegar.

O Sr. Presidente: — Então verificou-se a previsão de João de Deus.

Risos.

O Sr. Ministro de Estado e dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, quem vai usar da palavra, em vez do Sr. Ministro da Administração Interna, é a Sr.^a Secretária de Estado da Administração Autárquica.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Administração Autárquica.

A Sr.^a Secretária de Estado da Administração Autárquica (Helena Torres Marques): — Sr. Presidente,

Srs. Deputados: Lamento não ter estado ontem à noite presente, quando esta Assembleia iniciou a discussão do tema das finanças locais, e peço a todos VV. Ex.^{as} desculpa por esse facto. Só que quando saí — e eram cerca das 21 horas — ainda previa que a nossa intervenção se fizesse esta tarde, como estava previsto, e, como outros cidadãos da zona da Grande Lisboa, também eu estou sem telefone desde o fim de semana passado.

Procurei, de alguma forma, relevar a minha falta lendo atentamente as intervenções de VV. Ex.^{as} sobre estes temas e tentarei dar, desde já, algumas respostas. Ficarei, no entanto, como é óbvio, à disposição desta Câmara para mais esclarecimentos e certamente na discussão a que se irá proceder na Comissão Parlamentar com mais profundidade poderemos proceder à análise de algumas questões postas.

Desde já me coloco inteiramente ao dispor dessa Comissão.

A crítica mais persistente que foi levantada, resulta do facto do Orçamento para 1984 se basear na revisão da Lei n.^o 1/79, ainda não publicada.

Não poderei compreender as vossas críticas já que fomos nós que, sentindo a urgência do problema, solicitámos a autorização legal para tratar este assunto embora vos diga que era nossa intenção que a publicação dos decretos-leis sobre a revisão da Lei das Finanças Locais e a Delimitação do Âmbito dos Investimentos tivesse sido prévia à discussão do Orçamento nesta Assembleia.

Julgámos, porém, importante que as câmaras municipais se pronunciassem sobre os projectos que elaboramos, o que pela primeira vez foi feito, e em boa hora o fizemos, já que foram bastantes e muito interessantes os comentários recebidos e que certamente enriqueceram a versão final destes 2 decretos-leis.

Dado que estes projectos — que são do conhecimento público — mereceram já a aprovação em Conselho de Ministros, aguarda-se para muito breve — para antes da aprovação final do Orçamento do Estado para 1984 —, a sua publicação, pois que ao constituir-se, como a maioria das câmaras municipais do País o reconheceu, um esforço honesto e consistente no sentido da descentralização, é de esperar a sua rápida promulgação por S. Ex.^a o Presidente da República.

A alternativa que se nos punha era a de proceder a um esforço enorme para elaborar o orçamento na nova perspectiva — e creiam, meus senhores, que o foi — ou adiar todo o processo descentralizador por mais um ano.

Nós optámos por não adiar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Orçamento do Estado para 1984 é, no que respeita às finanças locais, o primeiro em que se intenta um verdadeiro esforço descentralizador.

Entende o Governo, e sempre eu o entendi e defendi, que a aplicação da Lei n.^o 1/79, aprovada por unanimidade por esta digna Assembleia nunca significou a irresponsabilidade de abertura de um défice orçamental da ordem dos 20, 30 ou 50 milhões de contos conforme os anos que passaram.

Todos compreendem certamente, e foi esse o espírito dos legisladores que elaboraram a Lei n.^o 1/79, que o que se pretende é que uma parte maior das des-

pesas realizadas pela Administração Pública passe a ser feita pela administração local.

O Sr. Ruben Raposo (ASDI): — Muito bem!

A Oradora: — Descentralizar, não é criar situações de défice perfeitamente incomportáveis nas finanças públicas; descentralizar é transferir competências, meios humanos e os recursos financeiros correspondentes para as autarquias; descentralizar é a administração central deixar de desempenhar determinadas tarefas que se considera que podem ser realizadas de forma muito mais correcta e eficaz pela administração local.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Muito bem!

A Oradora: — Descentralizar é, pois, dar mais poder ao poder local. Esta é a perspectiva do Governo.

O que nos admira agora, é que quando enfim há um Governo que dá um primeiro passo, cauteloso mas decisivo, no sentido da descentralização, alguns daqueles que até aqui nos têm acompanhado nessa reivindicação, agora não a querem.

Mas porque é que tal se verifica agora quando o Governo se compromete a transferir as verbas e a garantir o apoio técnico quando antes se transferiram competências sem recursos financeiros, agora quando o Governo pretende cumprir o espírito e vai cumprir a letra do novo regime de finanças locais? Agora é que se levantam dúvidas, dificuldades e medos?

Ou se acredita na descentralização, ou não. Não se pode é antes acreditar e exigir a descentralização para depois quando ela se começa a cumprir, dizer-se que se não quer.

O Governo quer descentralizar, está disposto a fazê-lo e por isso o propõe no Orçamento para 1984.

Poder-se-ia dizer que devíamos ir mais longe.

Digo-vos que fomos até onde foi possível chegar, atendendo ao pouco tempo de que este Governo dispôs desde que foi empossado até à elaboração do Orçamento.

Procurou o Governo sobretudo ser coerente face à Constituição e ao seu programa e de entre os vários sectores cuja descentralização se prevê que se venha a realizar nos próximos quatro anos, optou-se em 1984 pelo ensino pré-primário e primário.

Perguntar-me-ão porquê.

Porque foi o Ministério da Educação o que se encontrava desde já apto a fazê-lo e a garantir os primeiros passos com relativa segurança.

Com efeito, como o próprio Ministério da Educação refere é objectivo constitucional inserir as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das actividades económicas, sociais e culturais (artigo 74.º).

Por outro lado, como os Srs. Deputados por certo se recordarão, no programa do Governo aqui aprovado dizia-se expressamente que se pretendia, e passo a citar, «o esforço da democratização de administração geral do sistema de ensino, com transferência para a administração local da competência relativa à gestão de recursos».

O que o Governo está, pois, neste momento a propor é a aplicação dos princípios por si defendidos.

Mas dirão alguns, na prática, o que é que tal significa? Importa esclarecer.

Ainda de acordo com o Ministério da Educação — a entidade primeira responsável por esta medida —, manter-se-á no âmbito da sua competência:

- A estruturação e funcionamento do sistema do ensino;
- A elaboração dos programas;
- A definição de metodologias pedagógicas;
- A orientação escolar e profissional;
- A formação e reciclagem de professores;
- A colocação e transferência de professores;
- A acção disciplinar relativa a aspectos estritamente relacionados com a função docente;
- A regulamentação da gestão pedagógica.

Mas então o que fica para os municípios?

A nossa proposta, e eu agradecia a vossa atenção para a expressão que utilizei, a nossa proposta, é que em 1984 passe para os municípios a gestão dos equipamentos da educação pré-escolar e do ensino primário, a administração de acção social escolar e a coordenação do processamento do vencimento ao pessoal afecto aos referidos níveis de ensino.

O Sr. Abílio Curto (PS): — Muito bem!

A Oradora: — Porquê? Porque entendemos que se os municípios nos últimos anos têm feito todas as escolas pré-primárias e primárias do País — e quero aqui deixar bem claro que se desde 1979 há novas escolas públicas destes níveis de ensino, e muitas foram construídas, tal se deve, exclusivamente, ao esforço, à vontade e ao desejo das câmaras municipais de resolverem os problemas das populações, pois desde aquele ano a administração central não lançou uma única sala de aula — devem, no nosso entender, passar a ser os seus donos.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

A nossa proposta é, pois, que as escolas passem a ser património municipal, e assim as câmaras poderão passar a acompanhar, cuidar e ter a certeza que não será delapidado o esforço e a obra que é sua.

E porque não começarem desde já a coordenar a acção de todo o pessoal administrativo e auxiliar que aí trabalha?

Permitam-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que peça a vossa atenção para uma situação que documenta à evidência esta necessidade.

Contou-me o actual Governador Civil de Setúbal que há poucos anos tentou resolver este «magnó» problema. Num município daquele distrito existiam duas cantinas: uma era completamente nova, dispondo do melhor equipamento, mas não tinha pessoal; a outra estava incapaz de funcionar por o seu equipamento ser obsoleto, mas dispunha de pessoal. O problema era só este, transferir o pessoal da que não tinha condições para a que tinha. Contou-me ele que veio 5 vezes a Lisboa para o tentar e nunca conseguiu.

Então nós queremos perpetuar esta situação?

Em meio dia qualquer autarca teria resolvido o problema se a competência fosse sua.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — E os professores? Os professores, sobretudo os primários, sabem que quem lhes resolve

os problemas diários são os autarcas, quem mantém a escola em funcionamento são os municípios e no dia em que as escolas forem inteiramente destes os professores passarão, certamente, a beneficiar de apoios que mais ninguém lhes pode garantir em tão boas condições.

Eu penso que é pacífico que todos sabem que nunca os professores serão tão bem tratados e acarinhados — pois são das pessoas mais importantes em cada cidade, vila ou aldeia do nosso país — como quando a sua relação passar a ser menos independente dos municípios.

Temerão, porém, alguns professores que os seus ordenados não venham a ser pagos. Aqui eu vos digo que o Governo — através do Ministério da Educação — garante esse pagamento: primeiro, porque as receitas destas novas competências serão consignadas e todos os municípios receberão não só a verba a este fim destinada, como se não tivesse havido descentralização, mas ainda será este montante corrigido quando se proceder ao aumento dos funcionários públicos, já que os professores continuarão ligados ao quadro do Ministério da Educação. Em segundo lugar, pergunto-vos, Srs. Deputados, conhecem algum caso em que as câmaras municipais eleitas depois do 25 de Abril tenham deixado de pagar aos seus funcionários? Acreditam alguma vez os senhores que alguma câmara deixaria de pagar aos professores?

O Sr. Abílio Curto (PS): — Muito bem!

A Oradora: — Eu não acredito.

Ainda há pouco um governador civil me dizia que todo o seu pessoal fugia para a câmara, pois lá dispunha de regalias sociais, de cantina e de transportes que ele não podia oferecer enquanto serviço da administração central.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Secretária de Estado, o tempo do Governo terminou, pelo que faça favor de concluir. Peço-lhe que seja breve.

A Oradora: — Não tenho som!

O Sr. Presidente: — Já tem, Sr.^a Secretária de Estado. O som aqui não é sujeito a imposto.

Risos.

Faça favor, Sr.^a Secretária de Estado.

A Oradora: — A Constituição garante a todos os funcionários e agentes do Estado igual estatuto e não me admiraria muito que, dentro de alguns anos, os funcionários quisessem ser pessoal das autarquias, onde são tratados como pessoas importantes ao nível da resolução dos problemas diários das populações, em vez de dependerem da administração central, onde muitas vezes as pessoas se sentem como peças anónimas de uma grande engrenagem em que o sentido da sua função se dilui.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Disse-vos o que pensa o Governo sobre esta proposta.

Irei agora focar alguns outros pontos:

O fundo de equilíbrio livre — já que as novas competências constituirão a sua parte consignada — atinge em 1984 51,5 milhões de contos.

Dir-me-ão que é pouco. Todos nós o reconhecemos. Só que é muito face aos recursos de que o País dispõe, e é francamente uma aposta do Governo nas autarquias. É que enquanto as receitas dos municípios aumentam, de 1983 para 1984 o PIDDAC — ou seja o plano de investimentos da administração central — diminuiu mesmo em valor absoluto.

E este é que o Governo pode controlar.

Só que o Governo sabe que são os municípios que resolvem os problemas diários das populações, que o dinheiro nas suas mãos rende em velocidade e em quantidade e que por isso vale a pena dar ao poder local os recursos, mesmo poucos, de que dispomos, pois certamente serão bem entregues.

Nós entendemos que os problemas do País devem ser resolvidos em conjunto pelo Governo e pelas câmaras e que juntos conseguiremos ultrapassar a situação difícil em que nos encontramos. É isso que nos dispomos fazer.

Aplausos do PS, do PSD, da ASDI e da UEDS.

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — É pouco!

O Sr. Presidente: — Sr.^a Secretária de Estado, o Partido Socialista concedeu-lhe o tempo de que dispunha para V. Ex.^a poder continuar a sua intervenção.

Vou ler a lista de inscritos para interpellar a Sr.^a Secretária de Estado: Srs. Deputados Silva Graça, António Ansbal, António Taborda, Helena Cidade Moura, Antunes da Silva e Silva Marques.

Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Graça.

O Sr. Silva Graça (PCP): — Sr.^a Secretária de Estado: Ontem, na intervenção que proferi em nome do meu Grupo Parlamentar, acusei este Orçamento, em termos de poder local, de 3 coisas fundamentais: em primeiro lugar, ilegal; em segundo, de miséria; e em terceiro, discriminatório.

A Sr.^a Secretária de Estado, no seu discurso, não respondeu, ou respondeu mal, a estas 3 questões formuladas pela nossa bancada e através da minha intervenção.

A Sr.^a Secretária de Estado diz que, como a Lei de Finanças Locais ainda não foi revista e não existe ainda nova lei, o Governo não tinha outra alternativa senão fazer as contas de acordo com uma proposta de lei que está em circulação pelo País.

Então a Sr.^a Secretária de Estado não tem uma Lei de Finanças Locais em vigor e que é a Lei n.º 1/79?

Mais uma nota, Sr.^a Secretária de Estado: quem a ouviu e quem a ouve neste momento! A Sr.^a Secretária de Estado foi das pessoas que mais elogiou a Lei n.º 1/79. Elogiou-a lá fora! Tudo isso já foi citado.

A Sr.^a Secretária de Estado disse ao País nos *écrans* da televisão, no período pré-eleitoral, e em nome do Partido Socialista que, se ganhassem as eleições e formassem Governo, cumpririam esta Lei das Finanças Locais.

Não fomos só nós que ouvimos; foi o País inteiro e a Sr.^a Secretária de Estado vem, agora, por um processo completamente ilegal, justificar uma forma de fazer contas no Orçamento, para no fundo fazer a mesma coisa que os diversos governos AD fizeram, ou seja, esbulhar as autarquias de enormes e grandes verbas.

A Sr.^a Ilida Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Segundo ponto — de miséria: A Sr.^a Secretária de Estado, na resposta que deu a uma das 12 perguntas que o nosso grupo parlamentar faz na interpelação económica, respondeu, inacreditavelmente, que o Governo se aproximava muito dos 17 % que apontava a Lei das Finanças Locais. Mas 17 % sobre quê, Sr.^a Secretária de Estado? Sobre, exactamente, as mesmas verbas para investimento que deviam ter sido calculadas com base no cálculo dos 17 %? Ou reduziram, previamente, as verbas para investimento para 200 e tal milhões de contos, em vez de 700 e tal milhões de contos, para depois descobrir o número de 51 milhões de contos quando devia ser 133,9 milhões de contos?

Por fim — carácter discriminatório: A Sr.^a Secretária de Estado conhece o resultado de divisão pelos municípios que deu critérios que ninguém conhece e os tais problemas da interioridade. Houve até um governador civil que disse que interioridade seriam os municípios que estivessem acima de 700 metros de altitude. Será este o critério? Ontem disse isto.

As contas que fizemos — e comparando 1983 com 1984 — dão o seguinte (só para 2 exemplos): enquanto, a nível distrital, os distritos de Beja, Évora e Setúbal, recebem a mais 12 %, 5 % e 8 %, o distrito do Algarve recebe mais 20 %; a nível concelhio — e só dei o distrito de Lisboa como exemplo — e em relação a duas câmaras de presidência AD ou eleitas pelas listas da AD de então, a Câmara da Amadora recebe 3 % a mais, Loures e Vila Franca mais 4 %, Cascais mais 11 % e Sintra mais 14 %.

Por outro lado, a proposta de lei do Orçamento não vem acompanhada, como todos os orçamentos anteriores, dos índices ponderados de carências, como aliás estão claramente expressos na Lei das Finanças Locais.

A Sr.^a Secretária nada explicou e nada disse sobre isto. Simplesmente, o resultado da distribuição do bolo é que é profundamente discriminatório e grave.

Por fim, em relação ao gravíssimo problema do pagamento dos professores, a Sr.^a Secretária disse hoje, aqui, que os 26,5 milhões de contos era para isso mesmo e, embora tenha começado por falar em coordenação, afinal é mesmo para pagar.

Disse, V. Ex.^a, que não tem dúvidas de que as autarquias deixarão alguma vez de pagar aos professores.

Mas o que acontece se as autarquias não tiverem verbas por os senhores não lhas darem? Nessa altura teremos professores com salários em atraso e a culpa então passa do Governo para as autarquias.

Não, Sr.^a Secretária, descentralizar uma política centralizadora, sim. Mas descentralizar a crise para cima das autarquias e lançar o odioso para cima do poder local, recusamos nós e todos eleitos para as autarquias, independentemente da força política que representem.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE:

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, devo uma explicação à Câmara: Ficou combinado por consenso entre os grupos parlamentares que não haveria intervalo e foi na base desse consenso que este não foi concedido na hora regimental.

Peço desculpa de não ter dado esta indicação às 5 e meia.

A Sr.^a Secretária deseja responder já ou no fim de todas as perguntas?

A Sr.^a Secretária: — Sr. Presidente, como há muitas perguntas respondo no fim.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Anselmo Aníbal.

O Sr. Anselmo Aníbal (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Secretária de Estado: Uma das malfeitorias que em artigos 81.^º e 82.^º a Sr.^a Secretária condenava e agora faz, é aquele que se traduz no artigo 39.^º da proposta de lei n.^º 47/III, e no facto de os investimentos calculados serem na ordem dos 4 milhões de contos, que vos dá os valores de 51,5 no conjunto das despesas públicas sobre as quais calcularam, indevidamente também, um percentual errado de 17 %.

Os investimentos, foi aqui dito, pelo PIDDAC dão 58 milhões de contos.

Os senhores trabalham com 4 milhões de contos, ou seja, os senhores estão a esbulhar claramente a base de cálculo sobre a qual trabalham depois com 17 %, com um percentual indevido, volto a dizer, em relação à única lei em vigor, que é a Lei n.^º 1/79.

Os projectos de decretos-leis que os senhores fazem circular pelo País não são leis da República. A Lei da República é a Lei n.^º 1/79.

Aplausos do PCP.

Segunda questão: Os senhores indevida, falsa e incorrectamente fizeram um segundo esbulho, uma segunda malfeitoria, ao trabalhar com o fundo de equilíbrio financeiro e valores nominais — já aqui referidos e que umas vezes sobem 3 % e outras 38 % —, de uma forma desconhecida das autarquias.

Pergunta-se, Sr.^a Secretária de Estado, se por acaso tivesse V. Ex.^a que fazer um artigo para os jornais ou revistas, como é que justificava perante a Assembleia da República que é a quem estão os senhores aqui a responder.

E os senhores têm de responder não com sorrisos, mas dizendo que critérios utilizaram no seu computador para dar a uns 3 % e a outros 38 %.

O que é isso da interioridade? O que é isso do turismo? Como é que os senhores classificaram isso da população emigrada?

Porque os outros índices percebiam-se, eram índices por carências, por habitantes, por áreas. Eram índices que fizeram com que, por exemplo, Viseu e os seus 24 municípios, que não é o terceiro distrito gerador de riqueza, fosse o terceiro distrito recebedor de dinheiro das autarquias.

Sr.^a Secretária de Estado, queremos resposta concreta, queremos saber como trabalha o seu computador.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Taborda.

O Sr. António Taborda (MDP/CDE): — Sr.^a Secretária, queria congratular-me, em primeiro lugar, por V. Ex.^a ter dado explicações à Câmara por não lhe ter sido possível estar ontem aqui para ouvir as intervenções dos deputados, e de mim próprio, sobre este assunto.

Gostaria de registrar esta atitude de Ihaneza para com a Câmara e que me parece importante nas nossas relações com o Governo.

V. Ex.^a foi a primeira pessoa a explicar a sua falta, já que muitos Ministros não compareceram, não disseram porquê, nem deram qualquer outra explicação.

Entrando concretamente na exposição que fez — somos juristas — há uma coisa que não pode de modo nenhum passar no meu espírito e que diz respeito ao facto de o Governo, neste capítulo das finanças locais, como foi dito, explicado e hoje aqui publicamente assumido, ter feito a discriminação e inscrição de despesas neste sector com base em meros projectos imaginativos do Governo.

Há leis da República, há o n.^o 2 do artigo 122.^o da Constituição, que é muito claro e diz que os actos políticos só são válidos depois da sua publicação, e neste caso, não estão publicados. Há uma lei que está em vigor: é a Lei n.^o 1/79. Não era necessário adiar a descentralização por 1 ano, como V. Ex.^a disse.

Agora, fazer esquecer as dotações orçamentais à base de imaginação do Governo não poderia caber na cabeça de ninguém.

Falou também a Sr.^a Secretária de Estado em descentralização. Disse, V. Ex.^a que era esse o espírito da Lei n.^o 1/79, e esforçou-se por dizer que a entrega dos salários do pessoal docente e menor das escolas primárias e pré-primárias pelo Ministério da Educação aos municípios era, então, a grande descentralização.

É curioso, na nossa opinião, este entendimento da descentralização, obrigando os municípios a ser a tal caixa de correio, mas não lhe dando qualquer autonomia para qualificar quantas escolas precisam, que escolas precisam, em que sítio e que tipo de ensino é necessário.

Eram estas as duas questões que gostaria, fundamentalmente, de ver abordadas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura.

A Sr.^a Helena Cidade Moura (MDP/CDE): — A Sr.^a Secretária pode talvez calcular que, como técnica de educação que sou, há mais de 30 anos ligada ao Ministério da Educação, comprehendo perfeitamente que se perca a paciência com o Ministério da Educação.

Em todo o caso, daí até ao ponto de o Ministério da Administração Interna vir substituir-se ao Ministério da Educação, parece-me haver uma má gestão e um mau conteúdo da política global do Governo.

Isto é, realmente, implicar no sistema educativo as alterações que, em nome de uma lei das competências — que, estou certo, não virá a vingar, porque nem V. Ex.^a será capaz de o fazer, nem os autarcas do Partido Socialista serão capazes de a aprovar se ela tiver, na realidade, esse conteúdo.

O que acontece é que as escolas passam a pertencer a uma espécie de misericórdia, que é o Ministério da Administração Interna, em relação ao sistema educativo português.

Ora, o que parece que, realmente, deveria ser feito era exactamente o contrário, ou seja, dar aos professores preparação e dignidade, de tal forma que essas soluções que V. Ex.^a diz não terem sido resolvidas

pelo poder central tivessem sido resolvidas pelos próprios professores nas escolas.

É evidente que nós sabemos as dificuldades das pessoas afastadas dos centros de decisão, mas também conhecemos todos, por experiência — e V. Ex.^a sabe isso muito bem — da força da convicção que tem alguém que está conscientemente a trabalhar na sua profissão.

O que acontece é que, transferindo estas funções para o Ministério da Administração Interna, se vai desresponsabilizar o Ministério da Educação de um acto fundamental e que é a organização, a generalização, a cobertura do sistema educativo, que lhe compete a ele fazer.

É evidente que quando se confundem construções escolares com sistema educativo — e isso já aconteceu em tempos — poder-se-á cair nesses erros.

Eu lembro-me, como anedota — e isto não tem nada de ofensivo para ninguém — de um célebre despacho de um ministro de Salazar que preconizava que nas escolas houvesse apenas um WC, porque achava que quantos menos houvesse melhor.

Este problema era assim considerado e quando se fez o P3, houve dificuldades porque havia essa postura.

Ora, é evidente que isto saiu do Ministério da Educação.

Portanto, é tão ridículo que o Ministério da Educação influencie, realmente, nestas pequenas coisas, o Ministério do Equipamento Social, como é impensável que seja o Ministério da Administração Interna que passe a ter o controle e a acarinhos os professores, como se, realmente, os professores precisassem de ser acarinhados e não se soubesse que é a própria dinâmica da autarquia, através de dados culturais, a acarinar os próprios professores.

Poderia ainda dizer muito mais coisas, mas o nosso tempo terminou.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Antunes da Silva.

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Sr.^a Secretária de Estado, ouvi atentamente a sua intervenção e por isso tive oportunidade de concluir que tinha fundamentado parte dela no exemplo de um senhor governador civil.

A primeira pergunta que lhe quero fazer é se V. Ex.^a pode fundamentar essa mesma intervenção na posição da maioria das câmaras municipais do nosso país.

A segunda pergunta que queria fazer-lhe era se está ou não está V. Ex.^a receptiva a que, em colaboração maioría-Governo, possam ser apresentadas algumas propostas de reformulação ao articulado proposto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr.^a Secretária de Estado, nós não temos qualquer dúvida em concordar com tudo que seja o reforço da autonomia municipal e o reforço das suas competências e actuações.

Porém, temos dúvidas sobre se alijar com serviços para cima das câmaras não será uma forma ilusória de reforçar o poder municipal.

Nós julgamos que poderá prejudicá-lo. Mas, procurando concretizar os meus receios e a razão das

minhas dúvidas, pergunto, sobretudo a V. Ex.^a, quem vai colocar os professores no que diz respeito ao ensino primário. Quem vai substituir o pessoal? Quem vai fazer o acréscimo de serviços municipais para passarem a corresponder a esta nova actuação?

O Estado — sabe V. Ex.^a, e fá-lo logo pela via legislativa — arroga-se o direito de cobrar pelos serviços que presta às câmaras.

Será que está previsto um pagamento, por parte do Estado, dos serviços que as câmaras passarão a prestar? Não vejo, Sr.^a Secretaria de Estado, que esteja legalmente garantido que as assembleias distritais sejam financiadas pela administração central como anteriormente. Qual vai ser a fonte de financiamento? Provavelmente os municípios.

Vemos que as verbas decrescem e os serviços aumentam e tenho receio de que não seja o caminho mais sólido do reforço do poder municipal.

Não tenho dúvidas em reconhecer que as verbas livres, as verbas reais recebidas efectivamente pelos municípios, sejam menores e restritas, porque sendo restritiva a nossa opção global seria demagogia barata pretender o contrário. Mas, já que estamos numa fase, e bem, de política global de restrição — que terá de ter as suas consequências a todos os níveis e em todos os campos da Administração Pública — e se temos poucos meios do ponto de vista quantitativo, não abdiquemos das regras boas, e essas são de natureza qualitativa, que conduzem não só à salvaguarda dos passos que já demos no reforço do poder local, mas, até, no sentido de o impulsionar.

Isso não custa dinheiro. Custa, sim, a aplicação de princípios claros que vão no sentido do reforço do poder municipal.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Secretária de Estado da Administração Autárquica para responder às perguntas que lhe foram feitas.

A Sr.^a Secretária de Estado da Administração Autárquica: — Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que me concedeu há pouco.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer que não mudei de opinião. O que defendia, defendo e a nova lei está de acordo com os princípios fundamentais da Lei das Finanças Locais.

Todos os pontos que pusemos na lei e todos os cálculos feitos estão de acordo com a Lei n.^o 1/79.

Nós limitámo-nos a mudar alguns artigos, que não são decisivos em termos de espírito e, até em muitos casos, da letra da lei.

O Sr. Anselmo Aníbal (PCP): — Leram a lei!

A Oradora: — Em relação aos professores, devo dizer que quando me perguntaram se os professores seriam ou não seriam pagos o que quero dizer-lhes é que, como disse há pouco, as receitas são consignadas, têm de ser utilizadas na educação, têm de ser utilizadas no pagamento dos professores. De onde, não haverá qualquer hipótese de os professores não serem pagos.

E disse mais: disse que quando houver o aumento da função pública — porque os professores continuam ligados ao quadro do Ministério da Educa-

ção — este afectará também os professores. De onde, não há riscos de que não haja pagamento dos professores.

Outros comentários que os Srs. Deputados Silva Graça e Anselmo Aníbal fizeram dizem respeito aos próprios projectos de decreto-lei que estão em causa. Penso que não é este o momento oportuno de discutirmos as novas leis.

Quando, e se os senhores quiserem pedir a ratificação das leis, terei, naturalmente, o maior gosto em explicar o que é que está em causa.

Protestos do PCP.

O que vos queria dizer é que, como é óbvio, terei todo o gosto em discutir as leis. Poderia agora, uma vez que as leis estão prontas, avançar muitos pormenores sobre as verbas previstas. Aliás, a lei foi apresentada e discutida pelas câmaras, eu tenho um dossier com as respostas das câmaras e posso dizer que muitos dos comentários que aqui foram feitos não correspondem à posição assumida pela maioria das câmaras, que apoia e considera muito positivos os diplomas que se encontravam em circulação.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — E os professores?

A Oradora: — Em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado António Taborda, queria dizer que entendemos que tanto a gestão das escolas como o seu planeamento devem passar efectivamente para os municípios. O objectivo é esse.

Mas, e custa-me dizê-lo, esse objectivo não se aplica aos métodos e programas de ensino, nem à colocação e distribuição dos professores. Esses aspectos englobam-se na política global do Ministério e a ele continuarão ligados.

O Governo entende que é descentralizador mudar competências da administração central para a administração local. Foi isso que sempre defendi, é este o espírito em que estamos a aplicar a lei. Não somos nós que estamos a mudar.

A Sr.^a Deputada Helena Cidade Moura disse que o que foi feito não teria sido em conexão com o Ministério da Educação. Em relação a isso permito-me repetir o que disse há pouco: efectivamente, foi o Ministério da Educação que elaborou todas essas propostas em primeira mão.

Mas gostaria ainda de focar o seguinte aspecto: eu disse e insisti que o que nós fazímos no Orçamento do Estado era uma proposta. A última palavra sobre ela cabe aos Srs. Deputados. Nós propusemos aquilo que nos parecia mais adequado, cabe aos Srs. Deputados dizer se estão ou não de acordo.

A Sr.^a Deputada disse também que tinha dúvidas sobre a forma como as escolas eram feitas. Quero dizer-lhe que as escolas serão feitas de acordo com as normas que o Ministério do Equipamento Social disser.

E a propósito do que referiu em relação à maneira como as escolas eram feitas no tempo do Salazar, parece-me que se as escolas já estivessem descentralizadas nunca teria existido esse problema.

O Sr. Deputado Antunes da Silva pediu-me para eu fundamentar as propostas das câmaras. Quero dizer, mais uma vez, que todas as câmaras responderam,

mas nem todas tomaram a mesma posição, embora haja um número de câmaras que, unanimemente, defendeu um aspecto, que é o caso dos professores: todas as câmaras comunistas foram contra a descentralização do ensino.

É óbvio que estamos de acordo em ouvir todas as propostas que, em sede da comissão, os Srs. Deputados quiserem apresentar para alterar a nossa proposta, tal como estamos dispostos a justificar, em pormenor, todos os seus aspectos.

O Sr. Deputado Silva Marques perguntou-me se o reforço é ilusório ou não. Eu entendo que não. Aliás se entendesse o contrário nunca o teria proposto.

A outra questão que me colocou sobre quem vai colocar os professores já dei resposta, mas repito-a: é o Ministério da Educação.

Acerca do problema das assembleias distritais de que também falou, eu gostaria de saber, se me é permitido alongar-me mais nesta questão, se o que põe em causa é um problema de oportunidade ou um problema de solução definitiva. O nosso entendimento, Sr. Deputado, foi o seguinte: quem aprova o orçamento das assembleias distritais são as câmaras municipais. Assim sendo, pareceu-nos que seria normal que fossem também elas a financiar esse orçamento e propusemos uma verba mínima: 0,5 % das suas receitas.

Ora o que eu pergunto é se VV. Ex.^{as} entendem que esta solução neste momento não é oportuna porque as receitas cresceram pouco, ou se entendem que o princípio é que está errado.

Em relação aos princípios que foram expostos de que é fundamental clarificar o que se pretende em termos da descentralização, afi, Sr. Deputado, eu parti exactamente do seu ponto de vista. Como irá ver, é isto que está perfeitamente definido nas leis que, dentro de pouco tempo, serão publicadas.

Aplausos do PS, da ASDI e de alguns deputados do PSD.

O Sr. Presidente: — Ao que julgo para um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, é exactamente para um breve protesto.

Sr.^a Secretária de Estado, eu ponho as questões pura e simplesmente, porque penso que o melhor local para esclarecermos assuntos muito importantes da Administração Pública é este, já que temos um debate na generalidade, e a razão de ser das minhas perguntas não tem outra finalidade senão fazer isso mesmo, isto é, enobrecer o debate político.

Posto isto, Sr.^a Secretária de Estado, gostaria de lhe dizer que uma coisa desligada de um contexto próprio pode resultar no seu contrário. Foi por isso que neste momento coloquei a questão do financiamento das assembleias distritais, com a qual estou de acordo em tese geral. Mas neste contexto em que estamos, tenho as minhas dúvidas de que ela deva ser colocada. É que para além de despesas que já vão ter com acréscimos de serviços, não vai ser fácil para os municípios verem uma nova despesa acrescida a uma outra que lhe foi criada simultaneamente.

Mas repare, Sr.^a Secretária de Estado: as câmaras vão funcionar como terminais de processamento. Vão

decreto ser aí criados novos serviços e aumentado o número de funcionários. E pergunto: em que sítio é que eles vão decrescer? Há um local onde o processamento está a ser feito? Há canais de pagamento que vão ser distintos? Vai haver transferências de pessoal? Essas pessoas vão deixar de receber salários?

Sr.^a Secretária de Estado, nós não poderemos abordar aspectos parciais da Administração Pública — ela é tão complexa —, sob pena de podermos correr o risco de obter o efeito contrário ao que desejávamos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para contraprotestar, a Sr.^a Secretária de Estado.

A Sr.^a Secretária de Estado da Administração Autárquica: — Sr. Deputado Silva Marques, penso que o seu ponto de vista sobre o problema das assembleias distritais merecerá, com certeza, uma discussão mais profunda em sede de comissão onde teremos oportunidade de o analisar melhor.

Em relação ao processamento dos professores, peço imensa desculpa, mas não respondi à sua pergunta porque não a notei suficientemente bem.

A nossa ideia é a de que as receitas que vão ser transferidas para os municípios crescem porque a estrutura de pagamento se vai manter. Quer dizer, as sedes concelhias do Ministério da Educação manter-se-ão em funcionamento e darão às câmaras todo o apoio que davam até agora. Portanto, neste momento não se verifica nenhum acréscimo de despesas por essa via.

O que nós pensamos é que em relação às escolas geridas e acompanhadas pelas câmaras poderá sobrar dinheiro que, esse sim, ficará no respectivo município.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Moraes Leitão.

O Sr. Moraes Leitão (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou usar o tempo disponível do meu partido no debate e o da declaração final, porque assim é susceptível de debate nesta Câmara.

Para discutir o Orçamento e as opções de política económica que propõe para 1984 o Governo armou-se e armadilhou a maioria com um silogismo sedutor mas imperfeito, que se resume no seguinte: a situação económica e financeira do País é alarmante; o caminho que o Governo propõe é o único caminho possível; logo, a oposição não tem nem pode ter uma alternativa global credível.

E daqui partem os triunfalistas do bloco central para dizerem aos Portugueses, cada vez mais assustados e cada vez mais pobres, que, não havendo alternativas, têm de se conformar e têm de suportar o que vier e o que ao Governo aprovou.

Creio que este simplismo de raciocínio é perigoso para a democracia, como os próprios autores, mais reflectidamente, o reconhecerão.

Julgo que o mesmo raciocínio é politicamente incorrecto por constituir uma interpretação abusiva do apoio patriótico e honesto que o meu partido e eu próprio demos e temos continuado a dar a certos — mas apenas a certos — aspectos positivos da política do Governo.

Mas penso também que é chegada a altura de desmistificar a presunção, de dizer aos senhores da maioria que não são os únicos possuidores da verdade e

de provar aos Portugueses que tem de haver esperança e confiança no regime democrático, porque há efectivamente alternativas sérias ao alarmismo e ao masoquismo em que este Governo parecer estar endead.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Para tal demonstrar, permitam-me, Srs. Deputados, que comece por fazer uma ligeira incursão ao passado próximo da nossa vida política.

Foi em Março de 1981, em Setembro de 1981, em Dezembro de 1981, em meados de 1982 e em Fevereiro de 1983 que alguns dos mais responsáveis deputados do Partido Socialista afirmaram nesta Câmara que o PS tinha uma alternativa e que ela consistia, fundamentalmente, no seguinte (que passo a citar):

Recusa da política que pretendia alarmar o País, pintar um quadro negro da crise e causar um alarmismo excessivo entre os cidadãos;

Defesa de «uma política orçamental menos restritiva» e mais ambiciosa, «com menor redução do défice orçamental» do que a proposta pelos governos de então;

Defesa de uma política económica menos contracionista, com menos preocupação com a inflação, com aumento dos salários reais, subida ainda maior das pensões mínimas e das prestações sociais que lhe estão associadas;

Defesa de uma «política de crédito menos restritiva», para melhorar o financiamento do investimento;

Recusa de negociações com o FMI, ao menos enquanto não se tivesse prova cabal de estar dificultado o financiamento externo pelas vias comerciais;

Defesa, em suma, de uma política diferente, porque, como diziam então os socialistas, «somos diferentes, temos soluções diferentes e não temos medo de governar».

Era isto o que então diziam os maiores responsáveis do PS. E para quem tenha dúvidas, aconselho-lhe que vá ler o *Diário da Assembleia da República*, de 25 de Março de 1981 e de 16 de Dezembro de 1981, pelo menos.

Comparem-se tais declarações com os objectivos alarmantes e contracionistas que hoje nos são presentes, e o espanto passará a ser, pelo menos, a menor das virtudes.

E não se diga, meus senhores, que as circunstâncias são diferentes. É que se alguma diferença existe entre a situação de hoje e a de 1981 e de 1982 é a de que então apenas se previa que a depressão ia continuar e que havia que tomar medidas de prudente restrição, enquanto hoje, pelo contrário, a borrasca internacional já começou a passar e a situação do nosso próprio comércio externo é bem melhor desde o princípio do 1.º semestre de 1982.

A verdade do que se passou é outra e não se deve a qualquer mudança de circunstância.

A verdade é antes a de que o Partido Socialista, ciente do poder que tinha na viabilização da revisão constitucional, entendeu fazer perdurar e abusar daquele poder impedindo ou, pelo menos, não viabilizando, enquanto oposição, muitas das medidas eco-

nómicas e sociais que hoje, sendo Governo, aplaude e aqui faz votar.

Aplausos do CDS.

Da nossa parte recusamo-nos a seguir tal exemplo, confiantes em que, mais tarde ou mais cedo, também a política em Portugal pressuporá coerência e exigirá moralidade.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas se o CDS reconhece alguns objectivos positivos nas palavras e até nas práticas deste Governo, onde estão, afinal, as razões fundamentais da nossa discordância em relação a este Orçamento e em relação às opções da política deste Governo?

Onde estão, afinal, as soluções que o CDS propõe em alternativa ao que este Governo está falando, mais do que está praticando?

Sr. Presidente e Srs. Deputados, sem contar com aspectos sectoriais também importantes, aqui referidos por colegas meus de bancada, são em número de 10, e não são, portanto, poucos, os pontos fundamentais da vida económica e financeira em que o CDS defende objectivos diversos ou políticas instrumentais diferentes das que deste Governo anunciou ou vem praticando.

Assim, e partindo de baixo para o topo: O CDS defende, em primeiro lugar, que a política de estabilização e de restrição da despesa interna deveria ter sido, e deve ser, articulada em maior simultaneidade com as políticas económicas de médio e longo prazos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Sabemos que nem tudo se pode fazer ao mesmo tempo, não nos parece politicamente aceitável, nem tecnicamente necessário, que a economia portuguesa e a recuperação da sua vertente externa reiniciada em 1982 tenham de aguardar 1 ano de estabilização para virem a conhecer o anunciado Programa de Recuperação Económica e Financeira e tenham de aguardar até ao final de 1984 para que opções de médio e mais longos prazos sejam formuladas no Programa de Modernização da Economia Portuguesa. É em momento de crise, como todos reconhecemos e muitos dizem, e nos meses iniciais de cada Governo que se fazem as grandes reformas de fundo, pelo que é errada e extremamente perigosa, em democracia, a extemporaneidade exacerbada entre as acções no curto prazo e a definição de orientações a médio e longo prazos. Por isso, temos pena, criticamos e não repetiríamos as tibiez das deste Governo em muitas reformas de fundo que já poderiam ter sido iniciadas ou até concretizadas.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, o CDS defende a diminuição vigorosa do peso relativo da despesa pública no total do produto nacional. Essa relação encontra-se, neste momento, em nível superior ao da média dos países da OCDE, facto que é tanto mais grave quanto é certo que o nosso estádio de desenvolvimento é muito inferior ao da média da maioria daqueles mesmos países e a nossa Administração Pú-

blica, incluindo não apenas o Estado, mas todo o sector público administrativo e o sector empresarial do Estado apresenta elevadíssimos níveis de ineficiência e de desperdício de recursos. Não defendemos, portanto, a simples ambivaléncia da sobrecarga fiscal e da tibia redução percentual do défice orçamental, mas defendemos e achamos que é possível a redução vigorosa das despesas públicas socialmente menos justificáveis, porque são essas despesas, Srs. Deputados, a verdadeira fonte dos actuais problemas de conjuntura e de estrutura.

Menos Estado, menos burocracia, mais liberdade, mais iniciativa, é a ideia que preside a esta segunda proposta.

Em terceiro lugar, o CDS, mesmo na actual situação conjuntural, defende e entende ser possível, coerente e necessário, que se defina e se comece desde já a aplicar um plano a médio prazo de redução das taxas dos impostos sobre os rendimentos de trabalho e das empresas. Isto por diversas e ponderosas razões. Desde logo porque a actual tributação portuguesa pune a poupança e estimula o consumo, quando a verdade é que são precisamente contrárias as necessidades da nossa economia. Ainda porque a actual tributação sobre aqueles rendimentos excede em muito o que é praticado em países em igual estádio de desenvolvimento e é muitíssimo superior a países mais desenvolvidos como a Espanha, a França, a Itália, etc. ... Também porque quando se fala em taxas normais de cerca de 70 % sobre os rendimentos do capital em empresas ou em taxas fiscais e parafiscais de mais de 60 % sobre rendimentos superiores ao equivalente, por exemplo, a 1500 US dólares por mês, os próprios estrangeiros se riem e os poucos que para cá vêm, ao serviço de grandes projectos de investimento, ou querem isenções ou recebem parte do ordenado lá fora. Finalmente, e mais importante, porque o CDS está convencido que com a diminuição daquelas taxas diminuiria realmente a evasão fiscal e os contribuintes deixariam de ver no Estado um cobrador quase demorado que alguém com juízo tem de fazer regressar à normalidade.

Aplausos do CDS.

Em quarto lugar, o CDS, mesmo na actual situação conjuntural, defende e praticaria uma política de investimento mais selectiva e menos conservadora. Quero com isto dizer que se estamos de acordo em que os 770 milhões de contos destinados em 1984 constituem uma verba que, embora inferior a anos anteriores continua a ser algo de bem importante por corresponder a 28 % do produto, taxa bem superior a muitos dos países nossos concorrentes, a verdade é que continua a distribuir-se o mal pelas aldeias, as quais infelizmente não são as aldeias de Trás-os-Montes, mas são os diversos lobbies de técnicos e de engenheiros, cada um com a sua mania, que inventaram projectos industriais e agrícolas que para eles próprios são essenciais ao País, mas que para o País, em grande maioria, são antes causa de verdadeira ruína.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Os parcos recursos de que dispomos não permitem erros de prioridade e por isso o CDS reapprecia criticamente todos os investimentos em curso no sector empresarial do Estado, exigiria, como

condição necessária e imprescindível para a continuação de qualquer deles, a responsabilidade prévia de uma instituição de crédito no seu financiamento e apenas estimularia os projectos claramente virados à exportação e não os que, a pretexto de substituirmos importações, fazem o consumidor português pagar mais caro e impedem a especialização tão necessária da economia portuguesa.

Investir apenas e onde haja vantagens comparativas da economia portuguesa, no plano internacional, seria o lema que o CDS adoptaria, em política de investimentos, para o curto e para o médio prazos.

Em quinto lugar, e na sequência do anterior, e na situação real, actual, que vive o nosso país, o CDS defende a necessidade do lançamento de um grande, vasto programa de recuperação e reforma das empresas portuguesas. Não apenas de reorientação das empresas públicas, como o Governo proclama com certo eufemismo. Mas de apoio e de estímulo a todas as empresas economicamente viáveis, auxiliando-as claramente na conquista de novos mercados externos.

Não se trata aqui de mais contratos de viabilização, nem de mais juros bonificados, nem de mais distorções do mercado, que afinal são para os empresários a rigidez da lei dos despedimentos para os trabalhadores.

Trata-se, antes, de medidas concretas que os homens de acção que são os empresários entendem e anseiam, como sejam: a redução dos custos fiscais e burocráticos que o Estado lança sobre as empresas; a diversificação dos instrumentos de crédito; a dinamização do mercado de capitais e a criação de estímulos efectivos à melhoria do autofinanciamento; o ajustamento da contabilidade das empresas e não apenas do seu activo imobilizado à inflação persistente; enfim, a revisão da legislação laboral, não na actual óptica burocrática e de aumento de custos mas na óptica do efectivo estímulo aos ganhos de produtividade.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas para além disso tal programa de recuperação e de reforma das empresas procuraria garantir basicamente a retoma de confiança dos empresários e dos trabalhadores no Estado a que pertencem, na sociedade em que vivem e nas empresas em que trabalham. Para isso acelerar-se-ia, de novo, o pagamento das indemnizações definitivas por nacionalizações em que este Governo nem sequer fala; lançar-se-iam esquemas modernos de participação efectiva dos trabalhadores nos lucros, no capital e na gestão das empresas que servem; reabilitar-se-ia a ideia de empresa, o valor e a função social do lucro e o valor efectivo do mérito como único e verdadeiro aferidor da hierarquia nos rendimentos e nas funções empresariais.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Em sexto lugar, o CDS defende uma política laboral e salarial norteada pelo aumento da produtividade.

Com centenas de empresas à beira da falência e muitos milhares de trabalhadores em risco de desemprego é tempo de dizer basta aos vendedores de ilusões que, quer no sector público quer nalgumas centrais sindicais, lançaram os trabalhadores na miragem de aumentos nominais sem correspondência produtiva.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Os trabalhadores portugueses têm direito a melhores salários, não são piores que os espanhóis, italianos e outros concorrentes, antes pelo contrário em muitos sectores, mas já sabem neste momento, por experiência feita, que não há empresas que resistam nem emprego que subsista a contínuos aumentos salariais superiores aos ganhos em produtividade.

Por isso o CDS condena a revisão da legislação laboral apenas criadora de mais burocracia e geradora de maiores custos unitários.

E prefere defender, clara e abertamente, uma legislação laboral que dê prioridade ao aumento da produtividade, modificando o regime de faltas, premiando a assiduidade, estimulando o mérito, melhorando a formação profissional e terminando de uma vez por todas com os bloqueamentos que actualmente fazem temer a qualquer empresário a contratação definitiva de qualquer trabalhador.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Em sétimo lugar, perante a perspectiva actual, real e inevitável de um forte aumento do desemprego, o CDS não iludiria nem escamotearia o problema do desemprego esconderia as estatísticas e as previsões. Infelizmente o desemprego já está, subjacente a tantas empresas inviáveis quer no sector público quer no sector privado.

O que é preciso, portanto, não é, como está sendo feito, defender com dinheiros públicos, os empregos inviáveis do sector público só porque são públicos e deixar calmamente agravar-se o desemprego aos milhares de empresas privadas.

Aplausos do CDS.

O que é preciso, e o CDS defende, para além das restantes medidas aqui propostas na área fiscal, laboral e empresarial, é lançar um vasto programa nacional de solidariedade social que combata as ineficiências e as quebras de produtividade, diminuindo os custos unitários do trabalho e garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos disponíveis.

Esse programa teria, pelo menos, as seguintes componentes:

Concentração dos meios de formação profissional nas regiões e nos sectores de actividade que mais afectados vão ser pelo desemprego;

Estímulos fiscais e parafiscais e estímulos financeiros a todos os trabalhadores qualificados que se estabelecessem por conta própria em actividades especializadas que paradoxalmente faltam por todo o país;

Fortalecimento da segurança social, com maior transparéncia e portanto maior credibilidade da função distributiva que lhe compete;

Apoio privilegiado às empresas em que empresários e trabalhadores adoptem consensualmente medidas de efectivo auto-saneamento económico e financeiro.

O desemprego combate-se, na opinião do CDS, não pela manutenção de postos de trabalho fictícios, mas pela diminuição dos custos unitários do trabalho.

Em oitavo lugar, o CDS, mesmo no contexto das dificuldades da conjuntura no plano social e económico, manteria como prioritário, o combate à inflação, apesar das dificuldades na vertente externa da nossa economia.

É fácil dizer, como o Governo, que na impossibilidade de continuar a dar subsídios, há que aumentar os preços das empresas públicas de modo a cobrir os custos e a financiar a sua expansão, sem qualquer relação com o mercado ou com os padrões internacionais. Mas é enganoso deixar de reconhecer que as elevadas taxas de inflação que temos sofrido são produto fundamental das expectativas dos agentes e do agravamento dos custos internos.

O CDS defende assim que é possível e conciliável a contenção do ritmo de crescimento da dívida externa com um mais rigoroso combate à inflação.

Mais mobilidade no trabalho. Menos peso burocrático do Estado e da sua tributação sobre os custos internos das empresas. Menos subsídios pela via da desvalorização cambial. Maior ajustamento da evolução salarial aos ganhos de produtividade. Só assim se conseguirá a vitória sobre esse autêntico cancro que é o exagero das nossas taxas de inflação.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — A confiança no escudo como moeda que tem que voltar a ser estável, valor fundamental da nacionalidade e do progresso, só se alcançará com redução continuada e vigorosa da taxa de inflação.

Aplausos do CDS.

Em nono lugar o CDS defende e lançaria um Programa Nacional de Eficiência, consentâneo com a raridade dos recursos financeiros de que dispomos e com a necessidade da sua utilização óptima.

Para além da já apontada maior produtividade no investimento, nas empresas e no trabalho, aquele Programa compreenderia as seguintes componentes essenciais:

Imediata publicação de algumas reformas legislativas com especial incidência na modernização das actividades económicas, reformas que estão prontas, como é o caso do Código das Sociedades Comerciais, do Código do Processo Administrativo Gracioso e da Lei do Arrendamento Urbano, que resolva justamente a questão da actualização das rendas;

Lançamento de acções concretas no campo da desburocratização, com transformação da Reforma Administrativa não num serviço de gestão de pessoal mas num verdadeiro fator de eficiência;

Proibição da criação de novos serviços públicos, personalizados ou não, durante pelo menos 3 anos;

Maior eficiência dos serviços de inspecção à administração central e à local;

Aumento da produtividade do sistema financeiro, de modo a diminuir o custo do crédito sem necessidade de manipulação das taxas de juro.

Finalmente, em décimo lugar, como síntese da sua alternativa, o CDS defende e aplicaria uma estratégia

de desenvolvimento orientada para uma maior especialização e para uma maior abertura ao exterior da economia portuguesa, o que significa um crescimento económico fundamentalmente liderado pelas exportações.

Não basta a este respeito afirmar ambigamente, como o Governo, que se quer internacionalizar a economia portuguesa, já que daquela opção não resultam nebulosas mas resultam efeitos concretos para o curto e médio prazos.

Resulta que é errado combater as importações por vias burocráticas porque não é a repressão administrativa que diminui o défice comercial.

Resulta que é errado fechar fronteiras só para proteger empresas viradas ao mercado interno.

Resulta que é errado que a economia portuguesa não tenha de viver só e sempre no primado da competitividade.

Resulta, finalmente, que todos os recursos portugueses disponíveis para o investimento devem ser orientados para a exploração das nossas vantagens comparativas, isto é, para a prioridade a sectores como o turismo, as florestas, a pesca e a própria tecnologia nacional em muitos sectores em que somos melhores do que muitos outros países.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Fica sintetizada, Sr. Presidente e Srs. Deputados, no que deixei dito, a razão pela qual o CDS, sendo oposição e sabendo apoiar quando é devido, diz calmamente, serenamente, ao País que é falso que o caminho deste governo seja o único, e é verdade que a nossa democracia vale a pena porque ela incorpora alternativas válidas, credíveis e capazes de resolverem, sucessivamente, diversos mas fundamentais problemas nacionais.

Aplausos do CDS.

É por isso e em consequência do que deixei dito, que me cabe aqui desmarcar, muito claramente, o que está por detrás do alarmismo e do quadro excessivamente negro com que o Governo continua a assustar a população portuguesa.

Na nossa opinião o Governo apresentou a esta Assembleia um cenário macroeconómico para 1984, excessiva e escusadamente sem horizontes. Bastaria que a previsão do crescimento das exportações fosse mais realista, para que, sem afectar a indispensável contenção do défice externo, o produto nacional não tivesse que decrescer, ou que pelo menos não decrescesse tanto, para que o investimento e o crédito a ele inerentes fossem menos restritivos, para que o emprego e a inflação tivessem perspectivas menos sombrias.

Mas porquê então esse agravamento do cenário para o próximo ano?

Fique bem claro, desde logo, que para nós e para o País a política económica não é obra exclusiva do Sr. Ministro das Finanças. A política económica deste governo não é, foi aqui sublinhado, só do Sr. Ministro das Finanças, mas é, solidariamente, a do Sr. Primeiro-Ministro, a do Vice-Primeiro-Ministro e a de todo o Governo. Como se justificaria, aliás, que assim não fosse se o Primeiro-Ministro tem sido o campeão do alarmismo desde o Verão de 1982 e o Vice-Primeiro-

-Ministro reivindica constantemente o patriotismo perante a crise, para justificar as suas opções?

Não se comprehende, por isso, e como exemplo, que as mais altas figuras deste governo hajam protelado a sua presença na Televisão só para depois de o Ministro das Finanças e do Plano aparecer no ecran a explicar os sacrifícios ao povo.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Pois é!

O Orador: — Mas menos se compreenderá, e para isso alertamos desde já o País, que a meio do ano se impõe o excesso de restrições, apenas a algum ou alguns membros do actual Governo e surjam as primeiras figuras, como salvadoras da pátria, a suplantar sacrifícios que hoje já poderiam estar atenuados.

Aplausos do CDS.

A situação é, sem dúvida, grave e não dispensa esforços.

Mas não é admissível aprovar hoje, aqui, grandes opções que sacrificam a redução da inflação, sacrificam o investimento, agravam o desemprego em nome do equilíbrio externo, quando, na realidade, se as medidas de fundo necessárias já tivessem sido tomadas com um pouco mais de coragem e um pouco menos de planos pessoais, já poderíamos estar mais seguros de perspectivas de alívio de sacrifícios, principalmente em matéria de investimento.

Votaremos, por isso, contra a lei das grandes opções porque, sob a aparência da estabilização financeira, tais opções prejudicam o aproveitamento pleno das potencialidades da reanimação actual que já se verifica na economia internacional.

A mesma preocupação comanda, aliás, a nossa atitude quanto à votação, na generalidade, do Orçamento do Estado.

Registámos com agrado o esforço que o Sr. Ministro das Finanças e do Plano efectuou para reduzir o défice, para controlar as despesas, para não agravar excessivamente a carga fiscal, num contexto histórico das finanças públicas que eu sei ser grave e com pouca margem de manobra.

Registamos até, com esperança, a disponibilidade do Sr. Ministro para, na especialidade, corrigir e até inverter alguns aspectos críticos que aqui apontámos. Mas não podemos deixar de duvidar, nesta fase da discussão, que este Orçamento não seja mais do que um simples exercício de aritmética sobre a carta de intenções ao FMI em vez de constituir como era exigível um acto político consciente e solidário de todo o Governo e de toda a maioria que o apoia.

Como acreditar, na verdade, na austeridade pública, quando vem de um governo que, em muitos sectores, em muitos departamentos, passa a vida a encher os jornais com promessas de gastos novos para aqui e para acolá e até chega ao requinte de por exemplo prometer aos sucateiros o seu organismo público privativo, a chamada Direcção dos Resíduos Sólidos?

Risos do CDS.

Desejamos que o défice diminua, que a despesa pública seja contida, mas não acreditamos na coerência deste governo para alcançar tais objectivos nacionais.

O nosso país, Sr. Presidente e Srs. Deputados, precisa de orçamentos e de opções económicas feitos por quem tem coerência ideológica e política entre o que diz e o que faz.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Governos socialistas a fazerem opções de criação de riqueza e de progresso económico foi coisa que nunca se viu e nunca aconteceu.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso não confiamos na viabilidade política deste Orçamento, estamos infelizmente cépticos quanto à evitabilidade de novo Orçamento suplementar aparecer ao longo de 1984, pelo que desde já votamos contra ele como votámos contra o que criou o já tão famoso «pacote fiscal extraordinário».

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Malato Correia.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Não se pode falar da política de saúde em Portugal sem ter presente as enormes carencias existentes neste sector.

Tanto os técnicos como os doentes que já tiveram de recorrer aos serviços de saúde, conhecem a sua desarticulação, a enorme insuficiência de estruturas hospitalares e a degradação das existentes, sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, o subaproveitamento das unidades e equipamento hospitalares dispersos pelo País, a carência de especialistas a nível distrital e a insuficiente cobertura real do nosso território, com clínicos gerais, apesar dos esforços, temos de reconhecer, já despendidos nesse sentido.

Há, pois, muito que trabalhar para resolver estes problemas que tanto afligem os Portugueses.

Com este objectivo e apesar das medidas de contenção orçamental que o Governo tem demonstrado serem absolutamente necessárias, foi o sector da saúde dotado com uma verba de cerca de 19 % superior à de 1983.

Torna-se evidente que o valor orçamental de quase 80 milhões de contos previsto para 1984, está, no entanto, aquém do desejável para fazer face às necessidades do País, neste domínio.

É portanto previsível que aqueles que sistematicamente se opõem ao Governo, se queiram aproveitar, de máquina de calcular em riste, dos valores numéricos para criticar o valor da política adoptada.

Se assim acontecer, terá ocasião a demagogia bem conhecida e tão do agrado de uma certa clientela, mas se a crítica for construtiva, dela aproveitará o País que merece e confia nas melhores soluções.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Governar bem é saber conciliar o desejável com o possível.

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O desejável não será nunca o fim, mas o longo caminho do progresso.

Pressupõe a existência de uma linha de orientação política.

O possível exigirá sempre, daqueles que exercem o poder, uma capacidade para superar as dificuldades económicas ou outras e não se afastarem dos objectivos a alcançar.

Todos reconhecem o enorme peso burocrático-administrativo do sector da saúde no antigo Ministério dos Assuntos Sociais, a sua estrutura complexa e desarticulada que anulava qualquer esforço no sentido de obter benefícios sensíveis na prestação dos cuidados de saúde.

A criação, por parte deste governo, de um Ministério da Saúde, autónomo da segurança social, foi o reconhecimento da importância atribuída a este sector.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Temos assistido e acompanhado o esforço desenvolvido para reestruturar os órgãos centrais do Ministério da Saúde.

A Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários, que englobará os Serviços Médico-Sociais, a Direcção-Geral de Saúde e outros organismos que se encontravam dispersos e cujo diploma foi ontem mesmo aprovado em Conselho de Ministros, a Direcção-Geral dos Assuntos Farmacêuticos, em adiantado estado de elaboração e a Direcção-Geral de Cuidados Diferenciados a criar muito brevemente, como já anunciou o Sr. Ministro da Saúde, constituem o primeiro esforço bem alicerçado no sentido de obter, com maior economia de meios, um sistema menos burocratizado e mais funcional.

Direi mesmo, que a criação destes 3 grandes departamentos constituem a condição *sine qua non* para se conseguir uma cobertura de todo o território nacional com clínicos gerais motivados e de que beneficiará substancialmente a população portuguesa.

Por outro lado, torna possível corrigir a política de importação, fabricação e comercialização de medicamentos e racionalizar a política respeitante aos assuntos farmacêuticos em geral.

Permite, por último, reformular a actividade hospitalar de modo a obter das estruturas e equipamentos existentes no País, a maior rentabilidade possível.

Para tal desiderato muito vai contribuir também a carta hospitalar e os «contributos para a regionalização dos serviços de saúde» cujo estudo já está elaborado e apresentado para discussão pública.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Só por si, estas medidas já são importantes, mas não foram as únicas tomadas até agora.

Outras há que merecem ser destacadas, como a política de medicamentos.

Como se sabe, existe hoje uma lista de 64 medicamentos de fornecimento gratuito ao doente.

Houve que fazer um estudo aprofundado para escolher criteriosamente esses medicamentos que são específicos para determinados tipos de patologia.

Se se verifica um dispêndio de verbas superior ao previsto e admissível, não é certamente o princípio que está errado, deve-se, sim, corrigir o *modus faciendo* para evitar abusos que possam e estejam a ser praticados.

Tem-se constatado o esforço desenvolvido pelo ministério, no sentido de racionalizar o trabalho suplementar dos funcionários, com vista a conseguir uma economia neste domínio, sem prejuízo da qualidade da prestação de serviços.

Mas outros problemas importantes estão a merecer a atenção do Governo.

Refiro-me concretamente à reestruturação das administrações regionais de saúde, que está em curso e ao número elevado de médicos que procuram emprego nas várias carreiras.

Entende o PSD que um serviço nacional de saúde não pode ser um serviço nacional de emprego, mas também não é justo nem pode advogar-se que se impeçam jovens médicos de conseguir colocação, apenas porque o levantamento das carências é errado ou a previsão das necessidades é insuficiente.

Também o Sr. Ministro da Saúde assim o entendeu e preferiu adiar os concursos de clínicos gerais e para o internato complementar, para, em tempo útil e oportuno, conseguir abrir o maior número de vagas possível que evitem o corte de uma carreira para médicos recém-formados.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Para o Partido Social-Democrata, o sector da saúde deve assentar em 3 vectores fundamentais:

- 1) Gestão adequada para, com economia de meios, melhorar os serviços;
- 2) Definição política, com base na constituição e a concretizar segundo o acordo entre os partidos do Governo, como, aliás, está a acontecer;
- 3) Soluções técnicas adequadas e que estão efectivamente a encontrar-se.

A bancada do Partido Social-Democrata tem acompanhado a actividade do Ministério da Saúde e pode concluir que o desejável está presente e o possível se tem tornado realidade.

Pela análise dos factos e pelas medidas que o Governo está a implementar, a bancada do meu partido apoia a política sectorial da saúde.

Aplausos do PSD, do PS e da ASDI.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Barbosa.

O Sr. Luís Barbosa (CDS): — Sr. Deputado Malato Correia, V. Ex.^a está convencido que os problemas da saúde em Portugal se resolvem com a criação de duas direcções-gerais que substituem outros órgãos equivalentes?

É que eu já hoje ouvi defender-se muito aqui a descentralização. E, no caso dos cuidados primários, não vejo como é que estando criadas administrações regionais de saúde, a grande solução salvadora vai surgir da criação de uma direcção regional, sobrepondo uns serviços médico-sociais que funcionavam mal com uma Direcção-Geral de Saúde que funcionava pessimamente. Não acredito que a junção destes dois males venha a dar uma coisa estupenda que vai resolver os problemas da saúde em Portugal.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Malato Correia, tem a palavra para responder ao Sr. Deputado Luís Barbosa, se assim o desejar.

O Sr. Malato Correia (PSD): — Sr. Deputado, estou a falar com um técnico que conhece profundamente o antigo Ministério dos Assuntos Sociais, por onde, de resto, passou. E quero dizer-lhe que estou convencido que os problemas da saúde não se resolvem nem com uma varinha mágica, nem com a criação de duas direcções-gerais.

Mas, estou plenamente convencido que os problemas da saúde se podem começar a resolver pela junção de duas direcções-gerais — que não foram as únicas pois, como sabe, outros organismos foram também inseridos dentro destas mesmas direcções-gerais, nomeadamente, a Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários.

Como disse na minha intervenção, estou convencido que este é o ponto de partida para podermos considerar que esta simbiose entre dois males vai permitir uma melhor articulação de serviços, tornando-os muito mais rentáveis, com a possibilidade de desburocratizar o sistema e com a economia de meios conseguida tornar mais funcionais os cuidados de saúde. E digo isto porque, realmente, pela economia de meios apresentada pelo Sr. Ministro da Saúde, esta junção das duas direcções-gerais — Serviços Médico-Sociais e Direcção-Geral de Saúde — em que prestavam serviço oitocentos e tal funcionários — o que complicava todo este sistema, para além da despesa —, origina a criação da Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários com apenas 280 funcionários.

Penso que isto não é, pura e simplesmente, uma junção de dois males, mas sim o desaparecimento de dois males, criando-se uma verdadeira direcção-geral com francos benefícios para a instauração da saúde.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É evidente que a própria Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários, bem como a Direcção-Geral dos Cuidados Diferenciados e também a nova direcção-geral a criar — a Direcção-Geral dos Cuidados dos Assuntos Farmacêuticos — vão contribuir efectivamente para a descentralização da saúde. E é por isso que simultaneamente com a apresentação destes diplomas — uns já aprovados e outro em vias de aprovação — o Ministério da Saúde apresentou para discussão pública a Carta Hospitalar e os princípios de regionalização sobre serviços de saúde.

Aplausos do PSD.

O Sr. Luís Barbosa (CDS): — Peço a palavra Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Luís Barbosa, para que efeito deseja usar da palavra?

O Sr. Luís Barbosa (CDS): — Para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Barbosa (CDS): — Eu gostaria muito de estar de acordo com o Sr. Deputado Malato Correia mas, infelizmente, não estou.

E julgo que a criação destes órgãos vai ser muito mais a satisfação de reivindicações das tendências de algumas pessoas da Escola Nacional de Saúde Pública do que, propriamente, o resolver dos problemas da saúde em Portugal.

E isto porque, se me permite dizer-lhe, Sr. Deputado, entendo que a resolução dos problemas está muito mais numa maior descentralização das funções que os conselhos de gestão dos hospitais e as administrações regionais de saúde devem desempenhar do que na criação de super-órgãos a nível central. Na realidade, estes podem, efectivamente, dar grande satisfação a alguns lobbies de técnicos, como outras despesas dão satisfação a outros lobbies de outros técnicos no domínio da indústria ou das actividades económicas em geral, mas não contribuem para resolver os problemas da saúde.

Enfim, estamos no domínio das puras opiniões e eu não quero, apesar disso, deixar de salientar este aspecto.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Malato Correia, deseja contraprotestar?

O Sr. Malato Correia (PSD): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Malato Correia (PSD): — De facto, eu não tenho a mesma opinião. E ainda bem que vivemos em democracia para que das opiniões divergentes possa surgir uma solução que seja a melhor para o país.

E não estou de acordo com o Sr. Deputado Luís Barbosa porque não concordo com a criação desta Direcção-Geral dos Cuidados Primários de Saúde seja para dar uma satisfação a algumas pessoas da Escola Nacional de Saúde Pública.

Se o Sr. Deputado ler o documento que cria esta direcção-geral verifica que não há predomínio da saúde pública sobre os cuidados de saúde primários. Antes pelo contrário, dá-me a ideia que ela possibilita a existência — como, de resto, eu referi na minha intervenção — de uma cobertura real do país pelos clínicos gerais, de maneira que estes possam estar muito mais próximos da população e possam passar com ela muito mais tempo.

Ao mesmo tempo penso que através deste documento — e estou convencido que o Sr. Deputado facilmente o admitirá se ler o documento — se vai permitir a criação do verdadeiro médico de família que, sem assim se chamar, até tem algumas funções de saúde pública.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado António Mota.

O Sr. António Mota (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Este Plano e Orçamento, no capítulo do trabalho nada diz de concreto. Nada sobre o combate ao desemprego; nem nenhuma medida para combater as falências; nada sobre o não pagamento dos salários e sobre o encerramento de empresas perfeitamente viáveis!

Ficou aqui demonstrado, designadamente através da intervenção produzida esta manhã pelo Sr. Ministro

do Trabalho, que este Governo é insensível às soluções apontadas pelos trabalhadores, não os quer ouvir, faz ouvidos moucos às suas propostas.

E muitas têm sido apresentadas! Por exemplo: no recente encontro dos trabalhadores das empresas públicas, nacionalizadas e participadas foram avançadas soluções, capazes de evitar milhares de desempregados, como também os salários em atraso.

Ficou demonstrado naquele encontro que as empresas públicas nacionalizadas e participadas detêm um gigantesco potencial cuja utilização plena e planificada seria vital não só para debelar a crise em que o país se encontra, mas também para se alcançar elevadas taxas de desenvolvimento económico e social.

Outro exemplo: a conferência sindical sobre o desemprego. Nela foi apresentada uma política de desenvolvimento definida e concretizada no diálogo e participação dos trabalhadores, assente no aproveitamento dos recursos humanos, materiais e tecnológicos disponíveis no país.

Também os 22 pontos reivindicativos da CGTP-IN apontam os caminhos através dos quais é possível e viável alterar a situação difícil de quem trabalha.

Mas a política governamental vai em sentido contrário. O Governo começa ele próprio por atrasar os salários nas empresas do sector público como é o caso da CP. Dá cobertura à falta de pagamento de salários em centenas de empresas privadas. Extingue empresas como a SNAPA. Declara empresas em situação económica difícil, como a CCP, a Doca-Pesca, TAP, CTM, EPNC, Gelmar, STENAVE, etc.

O desemprego cifra-se hoje em cerca de meio milhão. Para 1984 as medidas económicas de decréscimo da produção e do investimento propostas pelo Governo, a concretizarem-se aumentariam o desemprego para 700 000 trabalhadores, ou seja cerca de 17 % da população activa. É para poder pôr em prática tais medidas que o Governo pretende aplicar o *lay-off*. Se acrescentarmos as centenas de milhar de contratados a prazo, ficamos com o quadro da política laboral do Governo: é a política do medo e da insegurança, a política da repressão patronal, do desemprego e da degradação das condições de vida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Sr. Ministro do Trabalho dizia há dias qualquer coisa como isto:

Digam-me onde estão as ilegalidades do patronato, que eu tomo medidas.

Pois bem, Sr. Ministro, então não há escândalos que vêm nas primeiras páginas dos jornais? Por exemplo: o Grupo Wandshneider com 3 empresas deve cerca de 30 000 contos aos trabalhadores da salários e subsídios, não obstante ter recebido 54 600 contos da Secretaria de Estado do Emprego. O Sr. Ministro ignora isto?

A Fábrica de Malhas Ameal, com 600 trabalhadores, deve 21 500 contos de salários, apesar de já ter recebido 80 000 contos da Secretaria de Estado. Ignora isto, Sr. Ministro?

A administração da TOBOM, depois de receber um subsídio de milhares de contos do Estado, transferiu ilicitamente bens da empresa e faz *lock-out*.

Como é óbvio, há muitos mais exemplos nas primeiras páginas dos jornais.

O Sr. Ministro ignora isto ou há outras razões para não tomar medidas?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: a situação que hoje se vive no mundo do trabalho tem aspectos verdadeiramente degradantes.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não há sector nenhum onde hoje não existam trabalhadores a trabalharem sem receberem salário a tempo e horas e nos termos contratuais.

O patronato usa os salários dos trabalhadores para financiar gratuitamente as suas empresas e interesses pessoais com inteira cobertura do Ministério do Trabalho.

Criou-se o regabofe dos dinheiros públicos. O patronato deve muitas dezenas de milhões de contos à previdência; a fuga ao fisco atinge mais de 100 milhões de contos; os desvios de capitais para o estrangeiro sobem a mais de 60 milhões só em 1982.

Cada vez mais o patronato se recusa a negociar os contratos colectivos de trabalho; são dilatados os prazos de negociação. São acordadas tabelas salariais com duração de 12 meses, que depois estão em vigor 18 e mais meses, o que representa o abaixamento real dos salários dos trabalhadores.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Qual a solução do Governo para tudo isto? Cada vez mais repressão e menores rendimentos reais para quem trabalha! Daí o aumento do imposto profissional e do complementar em 27 %. Daí a instituição do chamado imposto extraordinário de 2,8 % sobre os rendimentos de quem trabalha e atinge o 13.º mês mesmo de quem não o recebe. O Governo deixa aumentar os bens alimentares em 30 %, cria o *lay-off* — arma poderosa do patronato —, retira 14 milhões de contos ao Fundo de Desemprego para o Orçamento do Estado.

Diz o nosso povo que «só paga quem tem». Este Governo com este Orçamento inverte o provérbio: quer fazer pagar mais a quem menos tem.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Ainda recentemente nas zonas atingidas pelos temporais viu-se bem como os trabalhadores estão dispostos a contribuir para a resolução dos problemas, de que tanto fala o Governo. Fosse outra a política, fossem respeitados os seus direitos, e os trabalhadores não regateariam esforços para a resolução dos graves problemas nacionais.

O que não aceitam, é que recaia sobre eles como demonstra este Orçamento de miséria, o pagamento de uma crise para a qual não contribuíram e de que são as directas vítimas.

Por isto mesmo, as manifestações, as concentrações e os encontros realizados por todo o país, têm tornado claro que esta política não serve, que é preciso uma nova política e um novo Governo.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo inscrições para pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado António Mota, declaro encerrado o debate.

Pausa.

Srs. Deputados, nos termos do acordo efectivado em reuniões de líderes parlamentares, vamos iniciar a fase de encerramento do debate, na qual os partidos usarão da palavra por ordem crescente. Assim, usará da palavra em primeiro lugar o Sr. Deputado Independente António Gonzalez.

O Sr. António Gonzalez (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Começo por lhes pedir desculpa por algumas interrupções que vou fazer ao longo da leitura do meu discurso, em virtude de não ter tido colaboração na respectiva passagem a limpo.

É, pois, natural que haja algumas falhas, das quais antecipadamente pelo desculpa.

Risos do PSD.

Vozes do PSD: — Então a APU não colaborou?!

O Orador: — Aceitam-se as colaborações que possam vir a existir. Muito obrigado.

Encontrámos pontualmente alguns paralelos entre as grandes opções do Plano e as reivindicações dos ecologistas autarcas, investigadores de novas alternativas, defensores do consumidor, da objecção de consciência e agentes culturais das áreas do património natural e cultural.

A propósito, é triste que nesta Câmara se esteja a querer pôr rótulos partidários no movimento associativo, mostrando um total desconhecimento e desrespeito por quem, ao longo dos anos com poucos apoios ou à sua própria custa, foi conservando o que ainda nos resta de património cultural, na ausência de organismos culturais estatais especializados ou perante a sua ineficácia, até há pouco tempo. É importante que quem ataca aquelas associações as ouça com respeito nos seus encontros como o das Associações do Património Cultural e Natural em Outubro, o colóquio sobre zonas ribeirinhas em Novembro ou o II Encontro Nacional de Espeleologia que se vai realizar em Dezembro.

Porém, informações escritas e orais, fornecidas pelo Governo sobre o modo como vai gastar as verbas de que o País dispõe enchem-nos de dúvidas e deixam-nos na certeza de que os caminhos que defendemos não é desta ainda que vão ser percorridos.

Assim como já afirmámos, a regionalização, embora muito mencionada, esperará por melhores dias ou seguramente por melhor governo.

No Orçamento é quase nula a sua presença em oposição a rubricas, como por exemplo a Defesa Nacional, que está mais crescidinha do que a de 1983.

Concluímos, portanto que, regionalização sim, mas devagarinho e num futuro distante, dada a cadência a que se está a dar a pseudo-regionalização, na verdade uma desconcentração.

Regionalizar pressupõe poder de decisão regional, embora balizada pela Constituição, pelo equilíbrio de todo o País e da própria unidade geográfica básica em que estamos engastados, ou seja, a Península Ibérica.

Não encontrámos também informações na área da energia, de que se irão tomar opções ousadas na busca de alternativas energéticas menos poluentes e mais

económicas, apoiando decididamente a investigação e o posterior fabrico dos equipamentos relacionados com essas novas e conhecidas formas de produção energética como outros países — pequenos e grandes — espalhados pelo Mundo, já começaram a fazer e com acentuado êxito.

Em relação à opção nuclear não temos dúvida que esta Câmara se prepara para aprovar num pseudo-debate em que no final não pesarão os factores económicos, de dependência tecnológica e política e de impacte ambiental, mas sim o frio, cego e esmagador número de deputados desta maioria.

Por nós, estamos suficientemente esclarecidos sobre o negócio chorudo que representa para meia dúzia e o mau negócio que representa para milhões de portugueses. É necessário, é urgente desmascará-lo.

Podemos passar sem esta despesa, sem este risco nuclear! A maioria dos portugueses é contra e vai prová-lo.

Na ausência de um debate aberto e público, da iniciativa do Governo, antes do debate final nesta Câmara, vamos pôr toda a nossa capacidade de trabalho no desencadear de mais e mais debates por todo o País, em colaboração com as demais forças políticas, movimentos de opinião, etc., para que, pelo menos, quanto à opção nuclear, o maior número de portugueses se sinta responsabilizado pelo sim ou não que esta Assembleia vai dar.

Pausa.

Lá está uma das tais paragens que eu tinha previsto.

Vozes do PSD: — Muito bem! Muito bem! Parece um autocarro!

O Sr. António Lacerda (PSD): — Podia ter dito que nós passávamos à máquina o discurso.

O Orador: — Muito obrigado, Srs. Deputados! Contudo, estas pausas não me perturbam porque eu disponho de tempo suficiente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, pode estar à vontade, pois o Código Civil prevê que o silêncio pode ser, também, manifestação de vontade.

Risos.

Pausa.

O Orador: — Ah, a esperança renasce!

Pensámos que se iria incentivar um programa de reciclagens de efluentes urbanos e industriais, de detritos sólidos e do aproveitamento da biomassa que se desperdiça pelo País.

Poderiam constituir em aproveitamentos locais, municipais e regionais, uma poupança, em combustíveis fósseis, energia eléctrica, adubos, água para regas, etc., que a nível do País não é de desperdiçar e pagaria os investimentos que neles fossem feitos.

Poupar-se-iam divisas ao País e travar-se-ia a constante degradação do ambiente com detritos que são, afinal, tão úteis e ricos! A nossa vizinha Espanha tem vários centros de tratamentos de detritos sólidos a funcionar muito satisfatoriamente.

No tocante ao ambiente, defesa do consumidor, etc., e dadas as complexas e íntimas relações entre todas as actividades humanas, não só são exíguos os meios postos à disposição dos organismos de controle das depredações, como nos parece que funcionarão deficientemente alguns, apesar do optimismo que vi nos Srs. Membros do Governo quando a eles se referiram.

Assim, não obtivemos respostas documentadas sobre as nossas perguntas sobre política de arborização, ou seja, que critérios de solução de espécies de vegetais, que protecção ao património mineiro e quanto ao urgente programa de estudo de impacto ambiental, nomeadamente sobre as águas subterrâneas das múltiplas lixeiras, sépticas ou não, que salpicam o nosso país nos sítios mais incríveis!

Já disse aqui uma vez e volto a repetir, embora numa versão (Novembro 83), que, fazer conviver lobos fainhos e carneiros indefesos não é uma política saudável para os segundos, embora estes hoje estejam mais unidos e de olhos mais abertos. É necessário combater a especulação desenfreada, o consumismo cego, a corrupção a todos os níveis, a publicidade oportunista difusora de falsos modelos e verdadeiros vícios.

Pausa.

Quanto ao Ministério da Defesa, a sua posição em relação à paz internacional é claramente armamentista.

O Sr. Lacerda de Queirós (PSD): — Não apoiado!

O Orador: — É o meu ponto de vista.

O Sr. Lacerda de Queirós (PSD): — Mas está errado!

O Orador: — E defende a participação de Portugal na política belicista em nome da paz.

Somos pelo diálogo, pelo desarmamento total e bilateral, diria mesmo multilateral, dado os vários e perigosos focos de tensão e concentração de armas em jogo.

E porque esta nossa visão da caminhada para a paz é oposta à do Governo, não podemos apoiar as suas propostas, embora a ideia de reforçar áreas das Forças Armadas para apoio à sociedade civil não nos desagrade, numa fase de transição que deveria, no entanto, abrir caminho no futuro a uma passagem em certas funções para estruturas civis.

Continuando ao longo das propostas dos diversos ministérios, muitas dúvidas e certezas se foram criando e se foi instalando em nós, entre os sim, não e talvez, um pessimismo em relação à sua passagem à prática pela diferença de escalas entre projectos e meios a eles destinados.

Em resumo, não acreditando nós no seu êxito, estamos dispostos, no entanto, a colaborar nas áreas que nos parecem positivas e nos verdadeiros e sérios debates que se deverão multiplicar como forma de chamar à participação no combate aos nossos problemas, sectores cada vez mais alargados da população portuguesa.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se a experiência é mãe de todas as coisas, como em tempo de descobertas aprendemos, afi está a experiência acumulada do passado recente a demonstrar-nos que há um círculo, viciado e vicioso, na economia portuguesa de que importa sair.

Não é possível o isolamento, como é impossível o proteccionismo a que ele obrigaría. E sabemos também — e quando o não soubessemos, sempre haveria a exigência dos que nunca o acham bastante — como não vai longe o proteccionismo em pequenas doses.

Mas, mais importante, sabemos que o isolamento económico e o proteccionismo, só são realidades quando lhe correspondem o autoritarismo e a falta de liberdade.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Muito bem!

O Orador: — Sabemos que sem reabilitar e honrar o direito à diferença, sem respeitar as particularidades, nem sequer as liberdades poderão ter significado concreto que só alcançam quando o seu exercício escapa à uniformidade das normas rígidas e abstractas.

Mas tal como recusamos o protecionismo, aprendemos também que a desvalorização aliada à quebra do poder de compra mantém a estrutura deficitária da balança de pagamentos e não só não começa a resolver, como acentua cada vez mais o atraso português.

Uma política económica assente numa estratégia de desvalorização e diminuição dos salários reais para aumentar exportações, leva a que, de facto, se obtenha o aumento de exportações. E até a que esse aumento se traduza no gerar de novos rendimentos. Só que, quando esses rendimentos são reintroduzidos, na economia, porque a oferta não foi modificada, se fecha o círculo com novo desequilíbrio de contas externas a exigir novas desvalorizações.

Quando a esta lógica se acrescenta a do eleitoralismo sem medida como o de 1980, sem se importar com o sacrifício de tudo e de todos, facilmente se perceberá a gravidade da situação que enfrentamos.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Muito bem!

O Orador: — Por isso, as opções do Plano e o Orçamento que nos foram apresentados foram por nós encaradas e discutidas, mais do que pelo seu valor intrínseco, pelo seu valor como projecto e intenção.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Muito bem!

O Orador: — O que está em causa não são dois documentos jurídico-económicos sobre cujas imperfeições e múltiplas deficiências não temos dúvidas.

O que está em causa, realmente, é saber que escolhas queremos afinal.

Por nós, é necessário — e por isso, ainda que os saibamos dolorosos, havemos de suportar os seus custos — reequilibrar a balança de pagamentos.

É necessário aumentar a competitividade externa da economia portuguesa.

Mas não ignoramos que sempre que se colocam questões de prioridade entre necessidades, quando se trata de repartir recursos escassos, o fulcro das escolhas é o Povo que somos.

Por isso, acentuámos o papel da participação na elaboração do Plano.

A única forma de compensar a mudança da liberdade de iniciativa do modelo liberal para a liberdade de decisão colectiva é a participação na discussão e na escolha das opções.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Muito bem!

O Orador: — É preciso que uma e outra não sejam nem clandestinas, nem oligárquicas.

É preciso que a vontade e a cidadania de cada um se possam elevar ao nível da escolha colectiva.

Por isso, desejaríamos este debate mais rico e aprofundado. Por isso, propusemos formas novas de o realizar no futuro.

Mas o contributo que temos por essencial, é o de encontrarmos as vias para que a resolução urgente de duas questões — o reequilíbrio da balança de pagamentos e o aumento da competitividade externa da nossa economia, se façam com exigências sociais, de justiça e de progresso que são as nossas.

Não é um projecto de futuro o conformar a realidade com o que temos. Não haveria pior maneira de se ser conservador do que concluir pela nossa viabilidade, como Povo e Nação, se fossemos menos.

Nunca são os homens quem está a mais.

Não podemos esperar ainda uma vez que a emigração de muitos resolva a subsistência dos que ficam.

Sempre teremos o tamanho do povo e dos homens que somos.

Por isso, nos importa uma transformação social que, para ser significativa e duradoura, também sabemos não ser possível no curto prazo. Mas que terá que comandá-lo.

Só compatibilizadas com políticas estruturais cada dia mais necessárias e urgentes, as políticas de conjuntura ganham sentido diferente do de, pela sua acumulação no tempo, garantirem a sobrevivência das estruturas que todos sabemos ser preciso mudar.

Gostaríamos de que tivesse sido possível encarar desde já as grandes linhas dos planos anunciados para depois do de estabilização.

Como pensamos que a criação e a manutenção de empregos estão deficiente e preocupantemente tratadas nas propostas do Governo.

Pensamos que, coerentemente com a estratégia proposta, é possível criar empregos. Por exemplo, na construção civil, melhorando a habitação rural e a construção urbana para habitação, os edifícios colectivos, o saneamento básico, as infra-estruturas condicionantes do desenvolvimento como a rede viária e os portos. Também na agricultura e na florestação.

São sectores de pequena componente importada. Com funções de produção suficientemente elásticas para permitirem combinações variadas dos factores de produção. E todas elas descentralizáveis.

Mas, já nos foi possível verificar, por exemplo, no Ministério da Indústria, uma preocupação com o futuro que bem gostaríamos de ter visto melhor enraizada com o aumento da educação formal e da investigação científica.

O Sr. Vilhena de Carvalho (ASDI): — Muito bem!

O Orador: — Não falta muito para termos de escolher entre criar riqueza em sectores de ponta ou continuar progressivamente empobrecendo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O desafio que temos que enfrentar é o da nossa resposta à crise.

Viram os saudosistas como não se produziu riqueza a rodos com o projecto AD. É tempo — e agora — de um novo modelo que pela resolução da crise começa.

Vimos uma ânsia de liberalização que curiosamente encontrava alguns adeptos mais entusiásticos nos próprios beneficiários directos dos factores de distorção que lhes servem de álibis.

Percebemos como o que está realmente em causa não é uma querela falsamente ideológica mas o tipo de intervenção e o modo como a configuração do Estado é influenciada pelas transformações estruturais, determinando a exigência de uma profunda reforma que tem por condição — até da moralidade dos comportamentos — a modernização da Administração Pública.

Não abdicamos da exigência. É por exigência e por rigor que não tomamos como meta nem as opções do Plano nem o Orçamento para 1984.

É como patamar, início de um caminho de maior rigor, abertura para o desenvolvimento de um projecto em que a democracia se justifica por obras concretas de progresso vencendo os factores internos da crise é instaurando critérios e instituições de justiça social, que, sem prejuízo de alterações que na especialidade proporemos, vamos votar favoravelmente as grandes opções do Plano e o Orçamento para 1984.

Aplausos da ASDI, do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Joel Hasse Ferreira.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O debate em torno do Orçamento e das grandes opções do Plano evidenciou, em meu entender, o predomínio no seio do Executivo governamental das concepções contraccionistas do titular da pasta das Finanças e do Plano, face a orientações reformistas patentes nas intenções de alguns outros governantes, orientações reformistas e transformadoras em maior ou menor grau abafadas por esta política de estabilização e austerdade que nos é proposta.

Como deputado da UEDS, nada tenho a opor a que se reequilibrem as contas externas, mas penso que esse esforço não deveria ser apenas desenvolvido no plano do reequilíbrio a curto prazo para evitar um défice anual, mas sim ser inserido numa estratégia económica, que visando a alteração da própria estrutura produtiva e dos hábitos de consumo, combatesse as causas do desequilíbrio da balança de transacções correntes.

Nós não responsabilizamos o actual Governo pela situação gravíssima a que tinham chegado as finanças públicas portuguesas

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não estão criadas condições para que V. Ex.^a seja ouvido. Agradeça, pois, a atenção dos Srs. Deputados.

Neste momento, o Sr. Deputado Antunes da Silva dirige-se à bancada do Governo e oferece bolachas.

O Orador: — Nós pensávamos que o Governo, por imposição do Sr. Ministro das Finanças, só comia queques, mas também come bolachas. Afinal, a situação não é tão grave.

O Sr. Antunes da Silva (PSD): — São mais baratas!

O Orador: — É uma forma original do funcionamento da solidariedade institucional, o Parlamento alimentar o Governo. Mas está bem.

Conforme ia dizendo, nós não responsabilizamos o actual Governo pela situação gravíssima a que tinham chegado as finanças públicas portuguesas. Pensamos que as responsabilidades estão já suficientemente clarificadas e que correspondem, numa escala de sucessivo agravamento aos diversos governos da extinta, pelo menos no plano nacional, Aliança Democrática.

A austerdade não tem pois, em abstracto, a nossa oposição. Mas temos sim, as maiores reservas quanto a esta política de austerdade. E por várias razões.

Por csta austerdade, além de não ser suficientemente explicada, ser uma austerdade que não se insere num plano de transformação estrutural do nosso país, por ser uma austerdade que, contrariamente ao que já foi afirmado, não abre necessariamente perspectivas para a modernização do nosso aparelho produtivo, antes se enquadrar, em termos de grandes opções do Plano e Orçamento do Estado, num conjunto de opções sectoriais razoavelmente desarticuladas. Falta uma perspectiva político-económica de fundo suficientemente clara, uma estratégia de médio prazo, um conjunto de objectivos mobilizadores que permitisse dar algum conteúdo positivo a uma política de austerdade.

Para além disso, a quebra global prevista para o produto interno bruto, as limitações postas aos projectos de investimento nas áreas industriais e das obras públicas, o aumento do desemprego, a ausência de uma política clara e modernizadora fundamentam, pois, as nossas reservas essenciais ao Orçamento do Estado apresentado, às grandes opções do Plano que nos foram presentes.

Continua o Governo a apresentar como um objectivo central, no plano político-económico, a plena adesão à Comunidade Económica Europeia, embora recentemente se tenham começado a perspectivar, suponho que sem bases aprofundadas, hipóteses de alternativas ou talvez alternativas hipotéticas.

Tendo em conta a debilidade de largos sectores do nosso aparelho produtivo, apresentou publicamente a UEDS, há alguns anos, uma proposta que tinha simultaneamente em conta a importância dos fluxos de comércio externo com os países do Ocidente Europeu, com a inevitabilidade e aceitação do processo político-cultural de integração europeia, cujo âmbito gostaríamos mesmo de alargar; essa proposta, cujo alcance e difusão terá sido minimizada por porvir de um pequeno partido, estando nós num país onde, em geral, os grandes se impõem aqui como noutras áreas, essa proposta ia no sentido de um acordo de associações autónomas, com possibilidades de evolução, às Comunidades.

Dizemos que uma tal associação, se tivesse sido decidida a tempo, não só poderia ter sido rapidamente concretizada, como teria aberto caminho à adaptação

gradual do nosso aparelho produtivo aos mercados comunitários, facilitando inclusive uma ulterior adesão.

Assim, quando hoje outras forças pensam em alternativas, seria talvez útil que ponderassem a nossa, que teria tido a vantagem, adoptada que tivesse sido, de realisticamente encaminhar no sentido da modernização do aparelho produtivo e da sua adaptação às possibilidades de competição num mercado em que o nosso produto representa cerca de 1%, a nossa população cerca de 3% do total e as nossas grandes empresas fazem, comparativamente em muitos casos, figura de pequenas. Aliás, partímos, no ano de 1979, de uma análise com muitos pontos de contacto com a que fundamenta algumas reservas expressas actualmente, quanto à velocidade de integração, por especialistas e altos funcionários de países europeus, como por exemplo, a França.

Mas, mesmo no caminho da integração europeia, pensamos então que mais do que acelerar as negociações, interessará proceder rapidamente às adaptações estruturais da nossa economia que permitam que o grosso do aparelho produtivo português aguente o embate da integração.

Deixemos por ora a integração europeia, enquanto a Europa medita na nossa adesão e voltemos ao nosso modelo actual de desenvolvimento económico. Dirfamos que ele começa por não existir; não se encontram efectivamente suficientemente integradas diversas políticas sectoriais propostas, independentemente do seu respectivo mérito ou demérito. Para além disso, não nos parece sequer que tenham sido equacionadas e quantificadas alternativas de política conjuntural que dentro da mesma perspectiva de estabilização e de reequilíbrio financeiro, conduzissem a similares objectivos com uma calendarização e graduação diferentes. E voltamos a perguntar: porque não se terá utilizado, por exemplo, como hipótese de trabalho, a manutenção do produto interno bruto, ao mesmo nível de 1983, a valores constantes?

Como não fica clara a inevitabilidade do aumento do desemprego, sem negociação com os parceiros sociais suficientemente aprofundado, sem a perspectiva já aqui focada do lançamento de obras públicas e serviços de carácter social, que permitissem, pelo menos parcialmente, absorver desemprego de forma permanente, eventual ou sazonal.

No domínio das obras públicas, os projectos e obras que se prevêm, poderão ver dificultado o seu prosseguimento e concretização com os cortes orçamentais significativos que sofreu o orçamento do Ministério do Equipamento Social, mesmo em relação a 1983, o que poderá inviabilizar a construção de infra-estruturas básicas para o desenvolvimento económico e social do nosso país, ou provocar o seu adiamento, com as inevitáveis consequências nos domínios económico e social.

No que à energia concerne, reafirmo que a visão estritamente financista das grandes opções do Plano neste capítulo deve ceder o passo a uma estratégia globalizante, que pondera a efectiva optimização na utilização dos recursos e uma abertura mais significativa a outras fontes de energia e a uma diferenciada ponderação no uso de energia de diversas fontes. Estratégia energética que permitisse uma eficaz concertação com as perspectivas de diversificação no âmbito peninsular e no quadro europeu.

No que se refere às despesas com a defesa, pensamos que urge reequacioná-las, não tanto em termos de um eventual «conceito abrangente de segurança estratégica», mas sim correlacionando essas despesas com os objectivos, designadamente da nossa Marinha e Exército, e com os objectivos nacionais. E assim, diríamos que à nossa marinha de guerra deve preocupar mais a defesa dos peixes e crustáceos da Zona Económica Exclusiva e a protecção dos nossos barcos pesqueiros do que uma eventual ameaça naval externa. Diríamos que sectores importantes de aparelho civil e militar das nossas Forças Armadas poderiam, que digo eu, deveriam, ser gradualmente reconvertidos em função das capacidades que têm, do ponto de vista produtivo e de serviços, procurando conjugar as missões que desempenham actualmente com funções novas ou desenvolvidas em domínios aparentemente de natureza civil. Somos um país de recursos escassos e a vontade dos militares servirem a nação terá sempre muitas formas de se exprimir. E por que não associá-los também a missões de desenvolvimento, mantendo a sua capacidade de dissuasão face a inimigos externos?

No que se refere à política industrial, não poderia deixar de expressar a nossa concordância quanto aos sectores de actuação enunciados, relativos à inovação industrial, à reestruturação de sectores industriais e à melhor utilização dos recursos naturais, bem como ao apoio enunciado às pequenas e médias empresas. Só tememos que estes vectores sejam na sua dimensão e aplicação prejudicados pelas orientações restritivas da política financeira global.

No sector agrícola, a ausência de uma política de intervenção estrutural tanto ao nível fundiário como ao nível das explorações agrícolas e dos circuitos comerciais, de par com uma significativa contenção dos investimentos indispensáveis à sua modernização, designadamente no domínio hidroagrícola, não permite que se preveja qualquer modificação tendente a reduzir o estrangulamento que este sector constitui para a economia portuguesa.

Muito mais haveria a dizer sobre outros sectores, o tempo é escasso, procuremos concluir.

A posição dos deputados da UEDS, aquando da discussão do Programa deste Governo, foi bem clara. Não optámos nem pela oposição sistemática, nem pelo apoio sistemático. Definimos uma posição de independência face ao Governo, apoiando-o quando consideramos correctas as suas propostas e as suas acções, criticando-o no caso oposto. E as nossas votações têm-se regido por essa clara orientação. Não se trata de vacilação, mas de independência.

A política económico-financeira deste Governo tem-se vindo a clarificar gradualmente. As propostas no âmbito fiscal, o orçamento adicional, a carta de intenções, o Orçamento para 1984 e as grandes opções do Plano são fases dessa clarificação. E, face a este Orçamento do Estado, por todas as razões expressas, nós não podemos senão manifestar a nossa discordância, tal como a manifestamos face às grandes opções do Plano.

O que não significa que, caso venham a ser introduzidas relevantes alterações orçamentais, no debate na especialidade, não possamos vir a ponderar de forma diversa a nossa posição final.

Nas circunstâncias concretas, nada mais nos resta do que expressar o nosso voto desfavorável quer no

que respeita ao Orçamento do Estado, quer no que respeita às grandes opções do Plano.

Aplausos da UEDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pinheiro Henriques.

O Sr. Pinheiro Henriques (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: No decurso deste debate, na generalidade, sobre as grandes opções do Plano e o Orçamento do Estado para o ano de 1984, foi manifesta a dificuldade — por vezes mesmo impossibilidade — de manter o diálogo que diligenciamos encetar com o Governo, num sentido que pretendemos construtivo.

A atitude do Governo, que oscilou, quase sempre, entre a falta de sintonia ou de atenção e o menosprezo a roçar a sobranceria, conduziu a que ficassem por esclarecer a generalidade das questões que, por vezes repetidamente, colocamos verbalmente e por escrito, quer se tratasse do esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo dos documentos, quer da concretização de alguns dos seus aspectos, quer do apuramento das razões que terão conduzido a determinadas considerações ou valores apresentados.

Pensamos que uma tal atitude, obstinada e antidiálogante, não abona um governo democrático, muito pelo contrário, tanto mais que é evidente que os documentos em apreço não são isentos de defeitos notórios. A prová-lo está, que, ainda não estando aprovados sequer na generalidade, até mesmo um membro do Governo já tenha aludido a um futuro orçamento suplementar.

Será, então, a coberto da fidelidade da maioria que o apoio — e apoia-o tão cegamente que já chegou a defender propostas que o próprio Governo veio a retirar por as reconhecer descabidas — que o Governo fará aprovar documentos que em certas matérias constituirão verdadeiros cheques em branco. E nem sempre se trata de questões menores ou de pormenor; com efeito, no que concerne ao regime fiscal, por exemplo, que como é sabido proporciona a esmagadora maioria das receitas correntes do Estado, a proposta do Orçamento do Estado contém expressões como esta: «fica o Governo autorizado a rever a incidência, isenções, determinação da matéria colectável e taxas...». E isto sucede relativamente a impostos como o de mais-valias, contribuição industrial e contribuição predial.

Em boa verdade, mais parece que ainda iremos votar uma Lei de Meios.

A actuação da maioria desta Assembleia tem-se caracterizado, neste debate, essencialmente, por um apoio incondicional, muito embora, curiosamente, reconheça algumas insuficiências, por vezes de vulto, nestes documentos.

Teimam, maioria e Governo, em, repetidamente, recusar a existência de qualquer alternativa à política económica do Governo, subjacente ao conteúdo deste Orçamento do Estado e, principalmente das grandes opções do Plano, apesar de, pela nossa parte, termos enunciado aquela que consideramos ser a única via que pode viabilizar, a médio prazo, a superação da crise económica que atravessamos, e fazer, neste momento, renascer a esperança dos portugueses, condição indispensável para a consecução de tal objectivo.

Compete à maioria e ao Governo não se limitarem a reafirmar constantemente que a sua política económica é a única que existe — como que, ou tentando auto-convencer-se, ou assumindo o comportamento de quem se julga com o exclusivo da verdade —, mas antes, aceitando a possibilidade de existência de alternativas procurar demonstrar a inviabilidade da sua adopção, já que é irrefutável a sua existência dado que, pelo menos, nós apresentámos uma.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A política económica do Governo terá de ser — e esta não o é — a «semente do futuro» a que fez referência o Sr. Deputado João Salgueiro.

Esta política não garante, a nosso ver, que no final do próximo ano; tendo aumentado a nossa dívida externa; continuando ainda desequilibrada a nossa balança de transacções correntes (ainda que possa ter diminuído a expressão de tal desequilíbrio); tendo-se degradado a nossa produção e a nossa capacidade produtiva; nos voltemos a encontrar na contingência de ter de negociar novos empréstimos, em condições mais gravosas, apenas para solver compromissos, e ainda não para promover o desenvolvimento que possa conduzir à superação da crise económica.

Nestas condições, quem nos pode garantir que daqui a um ano não estaremos a analisar outro Orçamento do Estado e outras grandes opções do Plano que destes apenas de distingam por serem ainda mais penosos para o povo português?

E assim terão sido inúteis os enormes sacrifícios que agora se pedem; e assim se terão, talvez, fechado algumas portas que poderiam trazer, a mais breve trecho, um futuro mais risonho para os portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Cremos que a política económica que o Governo está a adoptar, perante a complacência da maioria, está errada logo a partir do enunciado dos seus objectivos. Com efeito, entendemos que o objectivo de redução do défice externo, definido como «final» da política económica para 1984 (e que o Sr. Ministro das Finanças e do Plano aqui designou «dominante»), está sobrevalorizado relativamente ao de «reformulação da estrutura produtiva no sentido de uma menor dependência do exterior», que surge em posição de subalternidade.

O MDP/CDE entende que este é que deve ser o objectivo prioritário porque, como o próprio Governo reconhece nas grandes opções do Plano:

É esse o caminho pelo qual o País pode encontrar uma via de desenvolvimento não sujeita a constantes retrocessos.

É exactamente pela via do desenvolvimento, com o inerente aumento da produção e da produtividade, que consideramos que se deverá conseguir, a prazo, o nosso equilíbrio externo.

É evidente que, no contexto actual da nossa economia, uma política como a que defendemos se confronta com constrangimentos importantes, entre os quais avulta a necessidade de angariação dos meios financeiros indispensáveis para fazer face, simultaneamente, ao investimento e ao endividamento externo. E é neste quadro que se deve colocar a necessidade de dimensionar correctamente o défice das nossas contas com o exterior.

O MDP/CDE considera que é possível, desde já, o arranque da recuperação económica, ainda que a ritmo moderado dados os condicionalismos específicos existentes. E se assim o pensamos, é porque julgamos que um completo e correcto aproveitamento da nossa capacidade de endividamento e a adopção de medidas apropriadas no domínio do nosso comércio externo (diversificação dos nossos mercados, estabelecimento de acordos de compensação e negociação de linhas de crédito adequadas), são susceptíveis de criar condições que permitam esse arranque.

Evidentemente que uma tal política pressupõe que se disponha de um conjunto de programas e projectos concretos que possibilitem a imediata travagem da degradação do aparelho produtivo português e a consequente deterioração nas razões de troca do nosso comércio externo. E isto passa, inevitavelmente, pelo reforço do papel do sector público, particularmente o produtivo, e não pelo enfraquecimento a que a alteração da delimitação dos sectores conduzirá certamente, agravada ainda pelos significativos cortes nos montantes de investimento que este Orçamento do Estado contempla. Por isso, também seria importante que nos tivesse sido dado a conhecer, concretamente, que programa de acções e que projectos estão, como se diz nas grandes opções do Plano, «prontos a ser lançados no próximo ano» e que critérios serão adoptados para o estabelecimento de prioridades na aplicação dos escassos recursos de investimento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não nos compete, como é óbvio, apresentar uma versão de grandes opções do Plano e Orçamento do Estado, completa e acabada. Cumpre-nos, isso sim, indicar a alternativa de política económica que defendemos e que informaria a elaboração de tais documentos, se essa missão nos coubesse, para além, naturalmente, da crítica dos documentos propostos. Se tal fosse o caso, certamente que teríamos avaliado devidamente a capacidade de endividamento disponível, a repercussão da aplicação das medidas de política de comércio externo que preconizamos; e preparado um conjunto hierarquizado de programas e projectos de investimento em que se valorizassem os critérios de selecção relevando a influência na diminuição da nossa dependência externa, a valorização dos recursos nacionais, a viabilidade económica e a proximidade da produção dos principais efeitos positivos dos investimentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A política que deu origem a estas grandes opções do Plano e a este Orçamento do Estado, para além de restritiva e recessiva, também pratica a injustiça social. Na verdade, se por um lado se aponta para a diminuição drástica da produção e para a queda vertiginosa do ritmo de investimento em geral, e do público em particular, também por outro lado se accentuará com este Orçamento do Estado a injustiça fiscal, a tendência de decrescimento do nível de vida da população mais desfavorecida e a sua dificuldade de acesso à educação, saúde, transporte, habitação, etc.

Além disso, dada a degradação contínua da organização do aparelho administrativo do Estado, e a ausência de preocupação (pelo menos expressa) do Governo nesta matéria, quiçá fruto das suas opções políticas, é de temer que à escassez de verbas, fruto da política restritiva, se venha juntar também a sua

deficiente e incontrolada aplicação, o que agravará ainda mais o quadro que a acção de tal política por si só, já tornaria tão carregado.

Com esta política consignada nas grandes opções do Plano e no Orçamento do Estado o Governo conduz o país à ruina. E fá-lo não só porque promove a destruição de grande número de empresas que podiam ser viáveis, lançando no desemprego e na miséria centenas de milhar de portugueses, como ainda, por essa mesma via, agravará o clima de descrença e agitação social, não só a nível dos trabalhadores mas também dos pequenos e médios comerciantes e industriais. O mesmo é dizer que, com a sua actuação de corte no investimento, entendido não só na sua acepção económica como na social; reduzindo as componentes humanas e sociais a grandezas macroeconómicas envolvidas pela frieza dos números; olvidando que em cada desempregado, reformado, pensionista ou pequeno empresário falido, há uma pessoa que sente fome, frio, desespero, desilusão e revolta; o Governo não só fomenta a estagnação económica como até o bloqueio social e a desestabilização do país.

É por tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, que o MDP/CDE, dependente de uma posição posterior de alterações significativas a introduzir na especialidade, votará contra estas propostas de Orçamento do Estado e de grandes opções do Plano.

Aplausos do MDP/CDE e do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O debate na generalidade sobre as grandes opções do Plano e o Orçamento do Estado para 1984 que estamos a encerrar é o primeiro em que vigoraram as novas competências constitucionais atribuídas à Assembleia da República pela revisão da Constituição.

Na organização dos trabalhos da Assembleia da República procurou-se, por isso mesmo, conferir a dignidade adequada a esta importante discussão, quer pelos tempos atribuídos, quer pelo consenso indicativo a que se chegou sobre a sequência das matérias em apreço. A este respeito há que dizer, no entanto, que se ficou ainda longe do desejável, o que se traduziu num certo atabalhamento e pouca clareza verificadas em alguns momentos do debate.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mas não foi isso com certeza que originou os comentários que vieram a lume nestes dias sublinhando o carácter «morno», «enfadonho», «desinteressante» dos trabalhos da Assembleia da República. A nosso ver não é necessária muita argúcia para se concluir que razões originaram esta impressão sobre os trabalhos parlamentares. Elas residem evidentemente na postura assumida pelo Governo e coligação governamental.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Governo apresentou-se aqui hirto, seco, fechado sobre as suas próprias propostas que considera as únicas, sem réplica, manifestando de novo uma completa insensibilidade, e diríamos mesmo

uma chocante desumanidade em face das consequências sociais da sua política.

Aplausos do PCP.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — A maioria parlamentar que apoia o Governo e que vai votar obedientemente estas propostas revelou uma completa falta de entusiasmo, apresentou-se acabrunhada e descrente. Torna-se evidente que em muita boa parte não acredita nesta política, mas salvo raras e tímidas excepções não ousa questioná-la e menos ainda exigir correcções. As finanças locais foi uma das áreas em que se verifica essa excepção, e por isso tudo aquilo que aqui foi afirmado é, realmente, muito significativo politicamente e esperamos que seja tido em conta nos trabalhos em sede de especialidade.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A Assembleia da República travou um debate deprimente porque é um futuro medonho que se configura nas propostas do Governo e sobretudo por que se tem por certo que sem alteração possível aquilo que podia ser apenas um pesadelo se vai tornar na política oficial do País para o próximo ano.

Com efeito, as grandes opções suicidas do governo PS/PSD não estão aqui para ser examinadas e corrigidas como institucionalmente se estipula. Estão aqui para ser ratificadas e votadas. Os compromissos foram antes estabelecidos, à margem da Assembleia da República e dos próprios deputados da maioria — não tenham dúvidas a esse respeito — entre o Governo, melhor diríamos, uma pequena parte do Governo, e os grupos de pressão do grande capital e através do acordo com o FMI.

Aplausos do PCP.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Foi um governo atado de pés e mãos por estes compromissos que tivemos nestes dias diante de nós o que se traduziu no embaraço de alguns ministros — mesmo o Ministro do Trabalho e da Segurança Social que está a acenar — que ainda não sabem muito bem o que é que o Ministro das Finanças e do Plano vai ordenar para os seus Ministérios em matéria de PIIDAC. Os compromissos que ditaram a enorme cambalhota do PS ao abrir ao grande capital a banca e outros sectores básicos da economia e entregar a multinacionais e a grandes potentados portugueses o controle das importações de cereais, açúcar e oleaginosas. Os compromissos que estão na base dos chorudos subsídios ao grande patronato, do fechar os olhos, com cumplicidade, diante do não pagamento dos salários e do não pagamento à Previdência, da fuga ao fisco, do crédito malparado. Os compromissos que originam a lei de despedimentos, o famigerado *lay-off* e o propósito de esbulhar os trabalhadores de direitos fundamentais alcançados depois do 25 de Abril.

Estas são outras tantas opções não menos grandes do que aquelas que o Governo oficialmente apresenta. É a política de regaço para um punhado de grandes senhores e a imposição simultânea dos mais duros sa-

crifícios e das mais estritas exigências para os trabalhadores e a grande maioria dos portugueses.

Vozes do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — O grande interesse desto debate residiu no enérgico desmascaramento desta política e na cabal demonstração das suas ruinosas consequências.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Uma voz do PSD: — Palmas! Palmas!

O Orador: — Intervindo constantemente, interrogando o Governo, fundamentando críticas e posições, os deputados comunistas deram uma importante contribuição para este resultado e honraram por esta forma o mandato que aqui os trouxe como eleitos do nosso povo.

Aplausos do PCP.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A situação apresenta-se já com tintas tão carregadas que o próprio Ministro das Finanças e do Plano, reconhecendo, não sabemos se com satisfação se com desgosto, que «há uma efectiva desaceleração da actividade económica em Portugal», sente necessidade de dizer que é preciso «fazer todos os esforços para impedir que a nossa economia caia num círculo infernal contraccionista de involução económica».

Mas é isto precisamente o que está a acontecer. Basta reparar na evolução negativa da taxa de formação bruta de capital fixo, que decresce de 4,3 % em 1983 e que decrescerá 9,2 % em 1984, segundo as grandes opções do Plano. Se este Governo continuasse, onde iríamos parar em 1985? Temos aqui a melhor ilustração de uma política de retrocesso, de recuo económico, uma verdadeira política de caranguejo.

E é crível em face disto, falar de mudanças estruturais da economia e sobretudo prometer a modernização das nossas estruturas económicas? Não significam estes números qualquer coisa como as setas que apontam numa direcção muito precisa: a ruína, o desastre?

E são verdadeiramente de desastre os orçamentos da saúde (— 11 %), da Educação (— 16 %), da Assistência e Segurança Social (— 13 %), dos Transportes e Comunicações (— 14 %), da Habitação e Equipamentos Urbanos (— 47 %).

De desastre são também as novas subidas de preços dos géneros de primeira necessidade, que se podem adivinhar pelo que já foi a prática destes primeiros 6 meses de Governo PS/PSD e sobretudo pela circunstância de estar prevista uma redução de 15 milhões para 3 milhões de contos nas transferências para o Fundo de Abastecimento.

De desastre é o aumento da carga fiscal, particularmente do imposto profissional, do imposto complementar, do imposto de selo e das estampilhas fiscais, de todos os impostos que têm principal incidência sobre os portugueses que vivem do seu trabalho.

A Sr. Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — De desastre é ainda a política financeira para as autarquias locais que continua e agrava os esbulhos da AD, que introduz práticas discrimi-

notórias antidemocráticas e que viola brutalmente a lei vigente em nome de uma lei que não existe.

Faz a tudo isto, o Governo não pode disfarçar a dureza e a violência da sua política. Mas quer disfarçar a sua carga psicológica e logo se apressa a acenar com a brevidade e transitoriedade dos sacrifícios — o chamado «programa conjuntural de emergência» — de 18 meses. Os sacrifícios do presente em nome do desafogo e do progresso no futuro. «A luz no fundo do túnel» e outras balelas semelhantes. Mas isto mesmo têm dito todos os Governos desde 1977 e a situação tem vindo de mal a pior, desde esse ano.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O actual Ministro das Finanças e do Plano exactamente para fugir a esta terrível demonstração da v.d.a não hesita em criticar, nas GOP's e no seu próprio discurso de abertura do debate, o carácter conjunturalista das políticas seguidas desde 1977 e até ao seu consulado. Aí estaria o mal. E por isso mesmo, através de um artifício verbal, quer apresentar a sua política como qualquer coisa de diferente «uma perspectiva de transição» geradora de «profundas mudanças». Mas logo o seu antecessor no cargo — e agora seu crítico apoiante, ao que parece — aqui veio testemunhar que esta política era exactamente a mesma que tinha realizado ao serviço da AD.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E todos nós podemos testemunhar, se quisermos falar com sinceridade, que esta é a mesma política que se segue desde 1977. Só que a situação é cada vez mais grave e as medidas cada vez mais dolorosas para o nosso povo. Repare-se como um membro do actual Governo, quando estava na oposição há meses atrás, se referia à política orçamental do anterior Governo: dizia ele, «um Orçamento de aflição» que «traz consigo a carga de uma fiscalidade agressiva», que «o custo de vida vai continuar a subir», «vai doer mais», «vai amargurar ainda mais os portugueses». Que diria esse membro do Governo das presentes grandes opções do Plano e Orçamento do Estado se pudesse usar em Dezembro a mesma sinceridade com que falou em Fevereiro.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — As provas acumulam-se e são esmagadoras. O Governo PS/PSD prosegue a política da AD e por isso mesmo agravará o desastre que se abate sobre a economia nacional, a menos que a sua acção seja interrompida. São iguais aos da AD os objectivos, as condicionantes e as vítimas da política do Governo PS/PSD.

Quem pode duvidar hoje, em face das evidências, que a acção governativa seguida nos últimos anos temido como objectivo essencial a restauração dos poderes e privilégios do grande capital e a reconstituição dos grupos financeiros e o seu controle sobre a vida nacional à semelhança do que acontecia antes do 25 de Abril?

Quem pode duvidar que à consecução deste objectivo se tem sacrificado, por imposição do próprio grande capital, o desenvolvimento do País e o bem-estar dos Portugueses? É este objectivo que o Governo PS/PSD procura também concretizar e está a fazê-lo de ma-

neira ainda mais desabrida que os Governos anteriores!

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — As condicionantes da dependência externa foram também agravadas com o acordo com o FMI e as suas imposições. São tão absurdas algumas delas que fariam rir se não fossem trágicas, como aquela que nos obriga a reduzir a sobretaxa sobre as importações de 30 % para 10 % quando o Governo apregoa como opção essencial a redução do défice da balança de transacções correntes, o que passa naturalmente pela redução das importações, e deveria passar igualmente por uma séria política de substituição de importações.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Também neste campo vamos de mal a pior, assinale-se. Estamos é a substituir produção nacional por produtos importados.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — As vítimas são sobretudo os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas da população portuguesa. Mas são também cada vez mais os pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, os intelectuais e parte considerável dos quadros técnicos.

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — Muito bem!

O Orador: — A injustiça social é a linha mais nítida que perpassa pelo texto das duas propostas de lei e dos relatórios que as acompanham. O Governo traz à Assembleia da República uma política de classe perfeitamente marcada e descaradamente cruel.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Esta política comporta duas consequências, qual delas a mais grave: a primeira, a progressiva destruição da economia, com a hipoteca do futuro do povo e do País; a segunda, uma situação social em acelerada degradação.

Esta política governamental tem não só a nossa decidida reprovação, mas tem também o nosso enérgico repúdio.

Aplausos do PCP.

Tal é o significado da atitude que assumiremos ao votar contra as propostas de lei das grandes opções e do Orçamento do Estado para 1984.

Ao longo do debate na generalidade, como há dias atrás na interpelação sobre a política económica, dizendo «não» à política do Governo PS/PSD, não deixamos de apontar as grandes linhas de uma política alternativa e de adiantar alguns exemplos que a tornam compreensível e através dos quais se podia concretizar.

Ao retrocesso, ao recuo económico, nós contrapomos o aumento da produção na agricultura, na pecuária e em todos os sectores industriais onde esse aumento se possa fazer com uma pequena componente importada.

Aqueles que proclamam cega e vsgamente que a única saída é o agravamento da nossa dependência externa e a hibernação da nossa economia, nós contrapomos como caminho para a saída da crise o aproveitamento dos recursos e das energias nacionais.

Afirmamos e provamos que é possível melhorar a situação da balança de transacções correntes, reduzindo a importação de bens supérfluos e de luxo, aumentando a exportação de bens de elevado valor acrescentado, acompanhada com a diversificação das nossas relações económicas externas. Proclamamos como orientação fundamental a necessidade de caminhar rapidamente para a produção nacional de produtos importados e para a substituição de importações. Afirmamos que a expansão das nossas actividades económicas só é possível com o alargamento do mercado interno e isso passa pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e de todo o nosso povo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — De acordo com estas orientações e visando minorar as consequências da política governamental vamos prosseguir a nossa batalha na especialidade. Apresentaremos na Comissão de Finanças e Plano um grande número de propostas de alteração, designadamente nas áreas das finanças locais, da segurança social — reformas e pensões — dos subsídios de desemprego, dos vencimentos da função pública e da situação dos trabalhadores da ANOP. No plano da justiça fiscal proporemos, entre outras alterações, o desagravamento dos impostos profissional e complementar. Apresentaremos propostas nas áreas da habitação e da agricultura. Faremos a demonstração de que estas medidas são perfeitamente exequíveis sem agravamento do défice do Orçamento.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Proporemos também medidas especiais e expeditas para apoio às vítimas das recentes inundações. A propósito, queremos lembrar que neste momento só não existe ainda uma comissão parlamentar eventual de solidariedade com as vítimas das inundações porque o PS e o PSD não concordaram até agora com o agendamento de uma nossa proposta de resolução nesse sentido.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Governo que não é capaz de retirar conclusões dos fracassos provados da política que está a seguir, podia ao menos atentar, mais democrática e patrioticamente, nas manifestações de insegurança e descontentamento que percorrem o País de lés a lés e praticamente em todos os sectores significativos da vida nacional.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — As grandiosas lutas e acções dos trabalhadores, as grandes reuniões de agricultores e comerciantes, os protestos mais variados de pequenos e médios empresários e industriais e particularmente da construção civil, as advertências lúcidas de muitos quadros técnicos, o alarme preocupado lançado por tantos intelectuais, até opiniões de desagrado provenientes das forças armadas.

Qual o juízo que o Governo formula acerca desta situação? Está tudo com o passo trocado, é só o Governo e o círculo restrito dos seus incondicionais é que têm o passo certo? Esta multidão imensa de portugueses que acha errada a política governamental são desestabilizadores, estão envolvidos em operações de subversão como já aqui ouvimos, ou como se dizia mais retintamente nos tempos da ditadura são «agitadores profissionais»?

O recurso a esta terminologia e a vontade de se socorrer destes conceitos mostram a sem-razão do Governo e são sumamente preocupantes, pois comprovam que a insistência numa política antipopular gera as posturas e as práticas autoritárias, totalitárias e ditatoriais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Governo e a coligação governamental não podem adiar o descontentamento do País, como adiam os debates incômodos na Assembleia da República. Ou o Governo arrepia caminho em frentes essenciais ou a oposição e a luta popular crescerão numa grande avalanche.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — A incapacidade do Governo PS/PSD para compreender os resultados desastrosos da política que está a seguir e o estado de espírito de oposição que alastrá e sobe no País, implica que entretanto se agravarão enormemente os grandes problemas nacionais, mas determina, também, que se aprofunda uma situação que determinará irremediavelmente a queda do Governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Conscientes da necessidade de se travar este processo de ruína nós, os comunistas, faremos ao Governo e à política governamental uma oposição cada vez mais vigorosa — democrática e patrioticamente!

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Condesso.

O Sr. Fernando Condesso (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Acabamos o debate das grandes opções do Plano e do Orçamento do Estado apresentados ao Parlamento, num contexto inserido no Programa de Governo, que o meu partido e o Partido Socialista formaram após as eleições de Abril passado.

São documentos fundamentais da política económica do País, que, tal como se deduziria do referido Programa, expressam uma necessidade de contenção, num ambiente de emergência.

Preocupou-se o Governo, essencialmente, em criar condições para ter acesso normal ao financiamento exterior, sem impedir que se possa vir a executar um plano que, visando desenvolver-se mais facilmente no médio e longo prazos, deverá levar à modernização da economia portuguesa.

Esta matéria já tinha sido aqui aflorada, durante o ano, sendo certo que ainda recentemente, por insistência do PCP, havíamos tido um debate em que o Go-

verno, então interpelado, adiantou as grandes coordenadas da sua política económico-financeira. Talvez, por isso, é que, repetidos os problemas, proclamada a crise, invisíveis as alternativas substancialmente diferenciáveis que pudessem ser melhores em consequências para o futuro, com menos gravosidade no presente, sempre o Governo e a maioria impuseram facilmente as suas orientações.

E a opinião pública está impermeável, apesar da impopularidade das medidas, a ser instrumentalizada pelos opositores da coligação, se não mesmo da democracia. E o PCP reduz-se hoje a uma voz com a dimensão que lhe cabe: pequena, que os seus próprios adeptos, pelo menos os mais distantes, já vão tendo dificuldade em ouvir.

Vozes do PCP: — Querias?

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Lá que dominam a Televisão, é certo!

Risos do PCP.

O Orador: — Apoiamos as orientações do Governo, que esperamos sejam concretizadas, de modo adequado, no Plano. A oposição clama contra o desemprego, falências, impostos e subida dos preços, além de clamar, como habitualmente, contra o próprio Governo, pois que esse é sem dúvida de todos os males que a oposição prevê para os próximos tempos o que mais teme, dado que, a ter sucesso a política agora seguida, o País levantará cabeça e seguirá no rumo da estabilidade, do progresso, do socialismo democrático e da social-democracia, projectos de justiça social bons para os povos mais estioladores dos extremismos.

Vozes do PSD e do PS: — Muito bem!

O Orador: — O nível dos preços é explorado, matéria sensível como é para o eleitorado. Está alto, mas descansem, Srs. Deputados da oposição, porque irá diminuindo. O Governo segue na quebra da procura interna que implica uma diminuição do consumo privado, é evidente, mas em termos que revelam uma preocupação fundamental para não deixar que os sacrifícios sejam insustentáveis, em termos de nível de vida da população. E, por isso, equilibradamente, sacrifica-se sobretudo o consumo público que estagna e o próprio investimento, o que provocando desaceleração da actividade económica, acontecerá em termos que, inseridos no curto prazo, não hipotecarão de qualquer modo o nosso desenvolvimento futuro. O investimento, mesmo reduzidamente previsto, terá significado suficiente para, não desperdiçando uma época que é de crise, aproveitar a lançar meios que levem a alterações estruturais, que serão continuadas numa perspectiva mais assumida ao longo dos anos futuros e nos darão uma economia que terá de ser modernizada, sendo certo que um dos nossos grandes objectivos é a criação de condições para cortar a excessiva dependência do exterior.

Há que pôr fim, conforme tem sido repetido, ao círculo vicioso que periodicamente nos leva a impor sacrifícios e não permitiria que os portugueses se aproximassem verdadeiramente da Europa, a cuja adesão em termos de CEE aspiramos e onde em termos institucionais devemos começar a participar a partir de princípios de 1986. Não é admissível evitarem-se sacri-

fícios quando a sua assunção, em momento oportuno, evita situações que, essas sim, podem ser de ruptura, além de que vivemos em democracia e não é possível passar os anos a proclamar sistematicamente austeridade em nome da conjuntura, só por falta de coragem de a inserir com a dimensão necessária, se ela se impõe. Medidas impopulares com objectivos definidos e explicados, como o Governo entende que se impõe, não desgastam a democracia nem os partidos, porque o que verdadeiramente seria impopular seria entreter o presente para pôr o futuro à mercê da miséria ou da esmola.

Exijam-se sacrifícios nos consumos, cortem-se despesas e adminternem-se bem as receitas pois não é possível mantermos continuamente níveis tão elevados de impostos. Tudo tem um limite, excepto para os agentes da economia clandestina, a que, tal como a fraude e evasão fiscal, há que continuar a pôr cobro, sob pena de se hipotecar a justiça e se perder credibilidade e capacidade mobilizadora para os objectivos nacionais.

Aplausos do PSD e do PS.

A isto se propõe o Governo. Tem o nosso apoio, como bem o tem expressado, durante todo este longo debate, de modo intervintivo e construtivo, a minha bancada, quer nas comissões, quer neste Plenário.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Estes documentos são escolhas que significam intenções para as quais se põem meios à disposição. É grande a nossa responsabilidade ao analisarmos essas opções. E nós afirmamos:

Damos confiança às intenções genericamente manifestadas, porque esperamos que se venham a concretizar num plano efectivo que sirva o interesse nacional;

Damos apoio a um Orçamento que, coordenadamente com aquelas, tem condições para servir o objectivo de diminuir a nossa dependência ao exterior sem pôr em causa inaceitavelmente as condições de vida imediatas dos Portugueses.

O Governo fará que exista aproveitamento racional e frutuoso daquilo que é produto do esforço laborioso de todos, para proveito do País, não comprometendo o desenvolvimento nem fechando os olhos àqueles que mais sentem as épocas de crise: os mais carenciados. Os sacrifícios, quando existem, são para todos, mas há que atender às situações de subsistência ou de limite de resistência. E o Governo e a maioria teve isso presente.

Esperamos que, em termos de possibilidade de análise nas orientações das regras enquadradoras do tratamento da matéria, no próximo ano, as propostas venham com os orçamentos de todos os serviços autónomos e não apenas valores orçamentais globais agrupados por Ministérios e com relatórios suficientemente instruídos das contas do Tesouro, segurança social e fundos de serviços autónomos e da dívida global das restantes entidades integradas no sector público.

Após esta apreciação na generalidade, pensamos que haverá ainda que fazer um esforço de reavaliação de alguns montantes inscritos, no sentido do reforço de verbas.

Debateremos com o Governo a pretensão de deputados nossos que entendem que, apesar das restrições,

se pode encontrar um montante global aceitável; a transferir em termos equilibrados, para ambas as regiões autónomas, tal como está previsto nos seus estatutos, em face da situação geográfica específica, assim como defendemos — esperamos que possa ser aceite — a inclusão de uma verba que, após o sismo, os Açores têm vindo a receber do Orçamento do Estado para a sua reconstrução.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O plano de investimento e despesas de desenvolvimento da administração central é o principal instrumento de articulação das grandes opções com o Orçamento do Estado, sendo aqui de realçar o esforço meritório do Governo para não comprometer projectos em execução e a opção decisiva de investir em sectores que ajudem ao equilíbrio das trocas com o exterior; ao desenvolvimento regional e à não degradação do nível geral do emprego.

Acerca-se ao optar pelos domínios da agricultura, comércio externo, habitação, educação e obras públicas. Algumas rubricas do PIDDAC deverão ser reforçadas, para o que contamos com o apoio de toda a maioria parlamentar em articulação com o Governo, apesar de este já ter de fazer um esforço suplementar que logo aqui anuncio, para ajudar à reconstrução de tanto e tanto mal que as chuvas do último fim-de-semana ocasionaram ao País, pelo que se comprehende mal e se repudia frontalmente a demagogia que, em relação às últimas calamidades, o PCP aqui trouxe nesta sua intervenção final.

Aplausos do PSD, do PS e da ASDI.

Quanto às empresas públicas, é sabido quão sensível é o nosso eleitorado ao facto de o Estado, no passado, se ter assumido proprietário empresarial em proporções tão elevadas como as que têm existido e se manterão em função da irreversibilidade constitucional das nacionalizações.

Não seremos, no entanto, nós, grupo parlamentar do PSD, a pormos as soluções existentes em causa, fiéis a compromissos de coligação neste domínio que respeitaremos enquanto o Governo e a maioria entenderem. Há questões em que vinhamos divididos de trás, mas que o acordo viabilizador da coligação, que cumpriremos integralmente, superarão, num repto à coragem de concertação, e de discernimento que nos leva a seleccionar as prioridades e a descartinar as razões da existência da coligação, em que acreditamos e plenamente nos empenhamos.

O Sr. Lacerda de Queirós (PSD): — Muito bem!

O **Orador:** — Atitudes comuns tomadas recentemente pela maioria a propósito de outras questões, com que o PCP nos pretendia dividir, mostram bem a força e determinação que nos move a seguir na defesa do que é essencial.

Vozes do PSD e do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas neste domínio das empresas públicas o nosso eleitorado não comprehende muito do que se passa. Não está em causa a comunidade págaria que é serviço público, mas sim os cidadãos sacrifici-

carem-se, com impostos, para o desperdício, para as decisões precipitadas, para más administrações.

Aqui tem o Governo um campo de ação que não implica despesa, pois do que trata é de impor racionalizações, e gestores que apareçam com critérios de competência comprovada, qualquer que sejam as suas opções políticas, e não para ocupação de lugares em compensações políticas ou para facilitar a gestão de apoios dos quadros partidários.

Aplausos do PSD e de alguns Srs. Deputados do PS.

A opinião pública tem vindo a ser confundida com notícias dadas a lume, nos últimos meses e que, sem qualquer fundamento, visam nesta matéria desacreditar o Governo. Entendemos que, nesta importante área de decisão, o Governo vai acertar e não vão ser necessários tantos impostos ou endividamentos do Orçamento do País para cobrir contínuos e excessivos défices de explorações. De resto, sector empresarial estatal e privado interagem, o interesse económico geral impõe investimentos ao nível do sector público e os montantes do plano para esta área parecem razoáveis. Ponto é que a selectividade e as cautelas proclamadas venham, na prática, a garantir que a situação global não se traduzira num agravar das situações existentes e sirvam os objectivos gerais da política económica traçada, sem dificultar toda uma reorientação que o futuro impõrá.

A crise é as medidas tomadas para a superar estão asfixiando muitos sectores, pelo que nos cumpre registrar a sensibilidade do Governo para este problema, ao pretender apoiar as pequenas e médias empresas.

O Sr. Lemos Damião (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Na sua maioria situadas na área da indústria transformadora, ver-se-ão em certos sectores, confrontadas em breve com a entrada na CEE, e com a necessidade de se encontrarem reestruturadas, tecnologicamente modernizadas, de mudarem os métodos de fabrico e de se redimensionarem, o que o Governo deve incentivar, sob perigo de a concorrência das evoluídas indústrias do exterior as asfixiarem, por falta de competitividade. Isso mesmo o Governo se propõe fazer e tem o nosso apoio.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Aqui fica, perante a Câmara, a nossa preocupação pelas pequenas e médias empresas, que o são na maioria de entidades privadas, com grande importância na sustentação de emprego, e a nossa preocupação por pelas pequenas e médias empresas que o são na maioria de entidades privadas, com grande importância na sustentação de emprego, e a nossa preocupação por défices de exploração, de empresas públicas que os Portugueses nem sempre têm compreendido. Aqui fica o nosso apelo a que o plano efectivo que venha a ser implementado possa já criar condições à modernização da economia, sem a qual não haverá futuro, mas apenas adiamento que, por comparação aos países do Ocidente, será passado, muito passado, e fará de nós, nas comunidades europeias, algo pior que o hoje mais atrasado, dos distritos portugueses por referência ao todo nacional. Aqui fica também a nossa esperança, já manifestada aquando do debate do Programa do Governo e aquando da interpelação, intempestiva e inconsequente, da ameaçadora, más talvez pela incompreensão do País e dos Portugueses, ameaçada, cada vez mais ameaçada, oposição comunista.

Esperança no próximo ano que VV. Ex.^{as}, Srs. Membros do Governo, orientarão, com os instrumentos que pediram e lhes vamos dar. Que os instrumentos sejam matéria-prima de que consigam fazer remédio para os males de hoje, para conseguirdes um corpo só onde se possa erguer irreversivelmente uma sociedade próspera. Este tem sido sempre o nosso sentido enquanto Partido Social-Democrata, enquanto participantes nos governos do País.

Aplausos do PSD.

Instrumentos cuja força anímica está no desejo de salvar um doente e, por isso, mal parece que seja atacado pelas oposições, que terão um dia a oportunidade de ver a implementação, essa sim, de um projecto próprio, pela positiva, que é comum aos partidos que formam a actual coligação e nada terão que ver com conservadorismos ou colectivismos.

As oposições terão um dia a oportunidade de se demarcar: umas, provavelmente porque tudo quererão privado, preocupados só no espírito do lucro, sem aceitação do princípio da subordinação do poder económico ao poder político; outras porque tudo quererão manter colectivo, sem reparar que, impedindo uma economia sã, que só o equilíbrio e o aproveitamento acrescido da capacidade da iniciativa privada pode propiciar, gritando *slogans* gastos, não permitiriam que os trabalhadores mais carenciados, fossem menos pobres, pela possibilidade de aumento de distribuição de uma riqueza nacional que se pretende seja cada vez maior. Uns farão oposição contra a social-democracia e o socialismo democrático e ficarão no passado, porque, do futuro, são os nossos ideais. Outros farão oposição contra a coligação porque querem manter apoios eleitorais que, a melhoria do nível de vida que com esta coligação o futuro trará, lhes tornará cada vez mais escassos.

Um dia terão, pois, campo de luta: aquele que nós gostaríamos que pudesse existir já.

Mas hoje, farão melhor em ser realistas, e aceitar que este Governo, que nem é dc direita nem é de esquerda, porque é um Governo para fazer uma política pragmática, que surge de um leque eleitoral disponível em face das últimas eleições para enterrar dificuldades e criar condições de acção para o progresso futuro, agindo no interesse geral, sem aplicar projectos ideo-logizados.

A maioria PS/PSD mostrou-se aqui unida, na defesa do objectivo comum.

Uma voz do PCP: — Nem mais!

O Orador: — As oposições viram a união. Compreenderam o objectivo, sem terem conseguido trazer aqui qualquer confusão. E, por isso, o debate foi essencialmente de esclarecimento e de enriquecimento entre dois órgãos de soberania: Governo e Parlamento.

O grupo parlamentar social-democrata vai votar favoravelmente os 2 diplomas na generalidade, porque apoia as orientações constantes das grandes opções do Plano e o Orçamento do Estado, que fluirão do debate que o Governo e deputados da maioria aqui efectuaram.

Vai votá-los confiante que os portugueses que nas últimas eleições depositaram esperança no Partido Social-Democrata compreendem que se lhes pede algum

sacrifício é porque se pretende hoje plantar a semente viabilizadora do progresso do amanhã.

Aplausos do PSD, do PS e da ASDI.

O Sr. Almerindo Marques (PS): — Sr. Presidente, Sr. Vice-Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao longo dos debates aqui realizados, foi importante para o Governo e para a maioria que o apoia, isto é, o grupo parlamentar do PS e o grupo parlamentar do PSD, que se tivessem aqui registado algumas unanimidades. Assim, por exemplo, todos os partidos, da maioria e da oposição, assumiram, responsávelmente, que existe uma grave crise em Portugal. Outro exemplo de unanimidade, foi de que — e todos os partidos assumiram a unanimidade — é necessária uma política de austeridade e consequentemente uma necessidade de estabilização financeira.

Houve divergências naturais sobre a forma ou as formas que os portugueses e o Governo têm para ultrapassar as dificuldades — e digo divergências naturais porque elas são a essência do Parlamento e a essência da democracia.

É importante, porém, salientar, que algumas divergências, no nosso entendimento, são apenas a tradução de meras afirmações, talvez com alguma base ideológica, mas também, com mero conteúdo de propaganda, tipo comício. Não têm outra força.

Devemos ressalvar que os governos não estão no poder para realizarem as políticas das oposições, estão no poder para realizarem as políticas dos partidos que os apoiam.

Por nós é, pois, claro que este debate foi rico de consequências, de ensinamentos e dignificou as instituições democráticas, isto é, a Assembleia e o Governo.

Vem a propósito, num breve parênteses, esclarecer a oposição do Partido Comunista, que o Partido Socialista não lhe reconhece autoridade, nem ideológica, nem filosófica, nem prática, para fazer considerações sobre processos de antidemocracia, de totalitarismos ou coisas quejandas.

Aplausos do PS e do PSD.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, voltou-se a discutir sobre a situação económica e sobre a situação financeira, sobre o sistema fiscal, sobre a justiça social, enfim, voltou-se a debater o País, facto que nesta Assembleia se verifica já em pouco tempo, isto é, desde a aprovação do Programa do Governo, por 5 vezes.

Porém, e como é sabido, é a primeira vez que se discute o Orçamento do Estado, nos moldes agora adoptados.

Tivemos, com certeza, alguns erros no desenvolvimento do debate, mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, quão diferente é, para melhor, naturalmente, este debate, quando comparado com as anteriores discussões com a «chamada» Lei de Meios?

Podemos e devemos melhorar no futuro a intervenção nestes debates, quer por nossa parte, deputados da Assembleia, quer pelo Governo. Mas devemos desde já registar o progresso agora feito, quer no funcionamento do ordenamento legal, quer no aprofundamento da própria democracia.

Aliás, estamos certos de que, na fase que se vai seguir, quando na Comissão de Economia se discutir

na especialidade o Orçamento do Estado, se encontraram consensos e acordos, onde, por vezes aqui na discussão na generalidade, apenas houve desacordos aparentes.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, algumas vezes, também, estamos certos, por parte da oposição, foi esquecida a crise internacional existente, que dada a dimensão e estrutura económica do nosso país, é um factor que nele tem graves repercussões.

Tentou parte dessa oposição, apontar caminhos de expansão económica e alargamento de prestações e benefícios sociais, ignorando que os países que seguiram essas vias — mesmo os que tinham e têm melhores condições do que Portugal — tiveram de retroceder.

Outras vezes, e outra oposição, apontou maiores reduções em algumas despesas, as ligadas, naturalmente, à acção do Estado, e apontou o reforço de outras, que consideraria mais adequadas à recuperação económica e social do País. Também aqui esta oposição esquece experiências de outros países em que, propostas de acção dos governos mais impacientes antes do exercício das funções de governarem, quando assumem estas funções, tornam-se bem mais moderados.

Vozes do CDS: — A Inglaterra e os Estados Unidos! Ministros socialistas, como Mário Soares!

O Orador: — Um célebre político liberal inglês do século passado afirmava, quando era sujeito a críticas semelhantes à desta oposição, que:

Já conheci radicais, isto é, membros do Partido Radical, serem ministros, agora o que nunca conheci foi ministros radicais.

Tal como resulta das intervenções realizadas pelo meu grupo parlamentar, durante este debate, assumimos, perante a crise nacional, uma atitude de empenhamento e de esperança. Recusamos transformar a crise numa situação de bloqueamento da vida portuguesa. Por nós ela não é causa de desânimo. Não é tão-pouco aproveitada para fazer drama, mas tão-só para mobilizar na luta a travar.

O desafio para todos nós portugueses, consiste em, a partir da crise, nela e com ela, lançar as bases para recuperar os atrasos e os desequilíbrios económicos, financeiros e sociais, que tão mal nos colocam no conjunto dos países europeus, a que queremos por direito pertencer.

Ao Governo cabe a responsabilidade de mobilizar os portugueses, pedindo-lhes sacrifícios e ofertando-lhes a esperança. Recusamos, pois, a atitude dos «profetas de grandes desgraças» ou daqueles outros que sempre dizem que «tudo correrá cada vez pior, tudo correrá para o desastre». Bem ao contrário, apostamos no vencimento da crise, na confiança dos portugueses, e no futuro de Portugal.

Foi também claro que o grupo parlamentar a que pertenço apoia a política de estabilização que o Governo prossegue.

Não duvidamos sequer, um momento, que este Orçamento requer sacrifícios de todos nós. É uma realidade inelutável, como todos os portugueses, quando julgam desapaixonadamente, concluem e reconhecem.

Estamos certos de que o Governo, como já há dias aqui foi referido, vai acompanhando a evolução de elementos indicadores da conjuntura, nomeadamente da balança de transacções correntes, elemento essencial

de todo o programa de estabilização, de modo a que exija só e só aos portugueses, os sacrifícios que, na realidade, são indispensáveis. Não colhe, pois, qualquer espécie de enfeiteceirar os números, porque não é esta a visão, não é a visão absoluta dos números que tem o Governo, como já, aliás, aqui demonstrou.

Só assim, naturalmente, com esta atenção e com esta política, nós, conscientemente sabemos que continuaremos a ter o apoio dos milhões de portugueses que nos apoiam, apoiam e continuarão a apoiar.

Não temos também a menor dúvida de que o Governo está a fazer o que está ao seu alcance para distribuir, da melhor maneira possível, os sacrifícios que são necessários.

Desejariamo-nos, nós, socialistas, que esses sacrifícios fossem menores e distribuídos da melhor maneira.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, das críticas feitas pela oposição, o PS colhe que o Governo, deve prosseguir a contenção das despesas, mas com a prudência e sempre subordinando-a ao objectivo essencial, ou seja, de que o Estado deve em momentos de crise, gastar bem os seus recursos.

Relativamente aos benefícios sociais, aos problemas do desemprego, saúde, educação, o Governo fez esforços para reforçar as acções que minimizem os reflexos e as consequências da autoridade que se lhes pede. Mas já não acolhemos da oposição a ideia de «tudo resolver» em 1984, ou como algumas vezes até dizem, em 5 meses. Outros países, e bem mais ricos que Portugal, não o têm conseguido.

Registamos, aliás, a pretensa alternativa com que o CDS, hoje, nos brindou na Assembleia. Sabem os Srs. Deputados, que algumas questões apresentadas pelo CDS o Governo está de acordo e constam exactamente dos documentos, das propostas aqui em análise.

Uma voz do CDS: — Pois é!

O Orador: — Mas também sabem os Srs. Deputados, que o Governo não perfila a filosofia liberal, sabem também os Srs. Deputados, que as visões maximalistas que podem colher-se da vossa alternativa, nem tão-pouco a Sr.ª Thatcher, na Inglaterra, as acolheria.

Uma voz do CDS: — Pergunte ao Veiga Simão!

O Orador: — Entendemos que, quanto às verbas destinadas ao investimento no sector público administrativo, o Governo deve dispor-se e já se dispôs, a estudar alguns reforços em áreas estratégicas essenciais, quer para o desenvolvimento da economia, quer para a realização de justiça social.

Estamos, assim, também solidários com o CDS, perdão com o PSD ...

Aplausos e risos do CDS.

Com o PSD, repita-se para não haver dúvidas, para que, dentro do possível, o Governo atribuir verbas às regiões autónomas, para os custos de insularidade, para os problemas ainda existentes do sismo açoriano e agora, nomeadamente, para os problemas resultantes das cheias.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Governo recebe dos partidos da maioria a legitimidade democrática para agir e, para isso mesmo, assume através destas opções do Plano e deste Orçamento — ambos a tradu-

zirem austeridade, mas ambos a espelharem também seriedade e honestidade na apresentação dos dados — perante os portugueses e os seus representantes nesta Assembleia, responsabilidades de relevo. Os portugueses vão verificar que o Governo actuará e corresponderá a tais responsabilidades. E, nomeadamente, porque são preocupações essenciais desse Governo, o mesmo actuará dentro do seu Programa, lançando as bases para as alterações estruturais que em todos os sectores produtivos propôs a esta Assembleia.

Mais concretamente e contrariamente ao que já foi referido por alguns Srs. Deputados, o Governo assumiu nas propostas a simultaneidade de acção, quer na fase de emergência, quer nas fases de recuperação e modernização da economia.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Governo vai, naturalmente, incrementar reformas na Administração Pública, e no caso agora mais em análise, na administração fiscal.

O Governo vai realizar a recuperação económica e financeira do sector empresarial do Estado, tornando-o cada vez mais adaptado a uma economia concorrencial, com a ressalva das empresas de prestação de serviços sociais, nas quais se devem estabelecer critérios diferentes. Particular atenção se vai dar às alterações que são necessárias no sector financeiro do Estado — bancos e seguros.

Apoiará ainda, como consta aliás das propostas, todas as iniciativas e investimentos dos empresários, que scjam, na realidade e de facto, criadores de riqueza para o País.

Elaborará, em tempo, como já nos vem habituando, o Plano para 1984, com acções e projectos concreta e devidamente quantificados, a que se seguirá o plano a médio prazo, já anunciado pelo Governo.

Desenvolverá uma política regional, prosseguindo assim a redução das assimetrias, da descentralização e da dignificação e reforço do poder local.

Controlará a execução orçamental, de modo a que não haja o perigo enunciado pelo CDS, tomado, para o efeito, todas essas medidas e, nomeadamente, o reforço da actuação do Tribunal de Contas.

Modernizará o sistema fiscal português, com introdução do imposto de valor acrescentado e com a aceleração dos trabalhos relativamente aos impostos únicos sobre o rendimento das pessoas individuais e colectivas.

Prosseguirá a luta contra a evasão e fraude fiscais e todas as formas de corrupção social que importará rigorosamente combater. Urge fazer actuar a «Alta Autoridade» para esta matéria.

Enfim, não podendo ser exaustivo, o Governo, é facto, tem à sua frente grandes tarefas a realizar na área da formação, na manutenção de emprego e de apoio às pequenas e médias empresas.

São grandes desafios que tem à sua frente, e que não pode perder. E não vai perdê-los. Tem para tanto o nosso apoio e o apoio de muitos portugueses.

Cumpre ao Governo mobilizá-los, já que tais desafios são de todos nós. O Governo prosseguirá, assim, a sua acção de diálogo com todos os parceiros sociais com vista a atingir uma plataforma de acordo social, no sentido de verdadeira solidariedade nacional.

Em suma, Sr. Presidente e Srs. Deputados, os desafios, que temos à nossa frente devem ser motivo de ânimo e não de desânimo, de esperança e não de desesperança.

Os portugueses merecem todos os nossos esforços e canseiras.

Aplausos do PS e do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e do Plano.

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As grandes opções do Plano e o Orçamento do Estado, como de resto decorreu das várias intervenções ao longo destes 5 dias de debate na generalidade, constituem, do ponto de vista técnico-político, dois instrumentos básicos da política económica e financeira a prosseguir em 1984.

Mas são mais do que meros instrumentos cujo interesse se esvaziasse na sua simples aplicação.

E são mais, pelo menos em três aspectos de fundo: são também, e em primeiro lugar, a expressão de um sentimento de responsabilidade conjunta em relação aos portugueses.

Não posso, nem devo, colocar num plano marginal o facto de que, nestes debates e olhando para a situação concreta da economia portuguesa, estamos a enfrentar problemas fundamentais da nossa vida colectiva por décadas futuras.

Seria uma ilusão de óptica, sem qualquer razão de ser, avaliarem-se os dois documentos propostos numa mera perspectiva conjunturalista.

Não é preciso dizê-lo, porque já foi feito anteriormente; mas repito-o, nesta ocasião, que não é essa de modo algum a posição do Governo. Mais exactamente, o Governo encara a fase actual da política económica de carácter restritivo, votada à restauração de equilíbrios fundamentais da nossa economia, como um passo indispensável, mas um passo, para o efectivo enfrentar dos problemas estruturais do seu desenvolvimento.

Já afirmei nesta Câmara que não se pode, nas actuais circunstâncias, desenvolver a economia portuguesa sem se ser austero primeiro; e acrescento o corolário lógico, no quadro da política do Governo, daquela afirmação: a política de austeridade só adquire, para nós, significado, na medida em que está orientada para possibilitar essa acção tendente ao desenvolvimento.

Com efeito, a problemática que estava em jogo aquando da preparação, pelo Governo, dos dois documentos agora em análise, vai muito para além da simples gestão da economia em 1984. O que desde o início está em jogo é a expressão de uma perspectiva global lançada sobre as realidades mais sérias, quanto ao modo de funcionamento futuro da economia portuguesa e, num plano mais profundo das coisas, quanto à própria evolução da sociedade.

Deste modo, e como segundo aspecto a pôr em evidência, numa perspectiva mais próxima e mais concretizada, as grandes opções do Plano e o Orçamento do Estado para 1984 devem ser encaradas como marcos do caminho que permitirão abrir as possibilidades de dar conteúdo prático e politicamente efectivo, no quadro do regime democrático, à resolução, em termos positivos, da problemática do binómio «estabilização/desenvolvimento».

Seria simplesmente errado encarar os documentos agora propostos na perspectiva — de facto impossível de legitimar em Portugal — do mero primeiro elemento daquele binómio.

O binómio «estabilização/desenvolvimento» impõe-se, em conjunto, nas actuais circunstâncias portuguesas; e qualquer tentativa de o truncar significa, muito simplesmente, condenar ao insucesso a actuação política e, o que é mais grave, condenar ao insucesso e à frustração o futuro da nossa economia.

Por isso mesmo, o Governo o assume em conjunto, no quadro global da sua política, ordenando as prioridades e as acções concretas dentro da perspectiva geral que se impõe.

Finalmente, desejaria salientar um terceiro aspecto que, pela primeira vez este ano, após as alterações de fundo introduzidas pela revisão da Constituição e pela Lei de Enquadramento do Orçamento do Estado, se revelou na sua plenitude ao serem apreciados e discutidos os dois documentos em análise.

Refiro-me, evidentemente, à importância da evolução institucional em matéria de intervenção e participação da Assembleia da República na definição das orientações e mesmo do conteúdo de aspectos básicos da vida económica e financeira do Estado. É uma evolução de primeira importância, que contribui decisivamente para o aperfeiçoamento institucional do regime democrático e para o enriquecimento, em termos sérios, da relação sadia e criativa entre órgãos de soberania, conscientes das suas competências próprias, das suas inter-relações recíprocas e, sobretudo, das suas responsabilidades perante o povo português.

Destes três aspectos que mencionei, conjugando-os com o decorrer do debate na generalidade, existem algumas reflexões que se justifica afugentar.

Do debate, emergiu a inevitabilidade da força das coisas, isto é, para sermos mais concretos, a adequação às realidades da orientação global da política económica e financeira agora proposta.

O Governo está reforçadamente consciente — após este debate — de que a linha de orientação da política económica e financeira que definiu e está a implementar é, sem margem para dúvidas, a mais correcta face às necessidades impostas pela situação actual da economia portuguesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Devo, portanto aos Srs. Deputados, como representantes eleitos do povo português, a prestação da garantia de que a orientação de rigor que o Governo definiu, e determinadamente está a prosseguir, será mantida em 1984.

E devo ainda, nos mesmos termos e pelas mesmas razões, declarar, sem quaisquer rodeios políticos ou torneados de frase, que essa determinação e esse rigor, no futuro imediato, constituem a base sem a qual, muito provavelmente, não haveria futuro para a economia portuguesa.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — É falso!

O Orador: — Uma segunda reflexão: a discussão na generalidade das grandes opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1984, teve aspectos significativos, quer quanto ao tempo, quer quanto ao modo.

Quanto ao tempo, cumpriram-se os prazos, respeitaram-se as declarações produzidas, assumiu-se e cumpriu-se a normalidade desta fase do ciclo anual de programação da actividade económica e financeira do Estado.

Quanto ao modo, o Governo e a Assembleia da República iniciaram, nos termos da nova Lei do Enquadramento do Orçamento, em novos moldes, um esforço conjunto de apreciação de problemas e documentos fundamentais.

Julgo importante sublinhar a este respeito o seguinte: em primeiro lugar, o papel decisivo do trabalho em comissão especializada; em segundo lugar, a importância determinante do esforço conjunto de convergência entre as contribuições de deputados e do Governo para a feitura das leis das grandes opções do Plano e do Orçamento do Estado que melhor permitam enfrentar os problemas da economia nacional.

É nesta linha que o Governo se tem apresentado perante a Assembleia da República; é nesta linha que o Governo encara a actuação da Câmara; é nesta linha que o Governo entende continuar no futuro convicto de que essa convergência de esforços traduz, afinal, a assunção consciente das nossas responsabilidades perante a Nação.

O Governo tem, com efeito, mantido um amplo e permanente diálogo na sua articulação e inter-relação com esta Câmara em matéria económica e financeira; que, em boa parte, reflecte, aliás, a sua própria actuação nesses domínios.

Para além das medidas de política económica adoptadas, logo após a tomada de posse, da negociação do Acordo *stand-by* com o Fundo Monetário Internacional e dos contactos para assegurar o financiamento externo da República, o Governo remeteu à Assembleia da República nos últimos 3 meses as propostas de lei referentes ao pacote fiscal extraordinário, à Lei do Enquadramento do Orçamento do Estado, às grandes opções do Plano e Orçamento do Estado para 1984 e ao Orçamento definitivo para 1983.

Têm sido meses de actividade intensa, em que ambos os órgãos de soberania procuraram fazer convergir os seus esforços para encontrar a melhor resposta possível, em termos legislativos, aos problemas da economia portuguesa e das finanças do Estado.

O Governo estuda e avalia, cuidadosamente, as propostas e sugestões que recebe da discussão das suas propostas de lei na Assembleia da República.

Em consequência, tendo em atenção alguns dos aspectos mais significativos da discussão na generalidade das grandes opções do Plano e do Orçamento do Estado para 1984, estou em condições de afirmar que o Governo está receptivo a que, em Comissão Especializada e no debate na especialidade, seja revisto e aumentado em 3 milhões de contos o elemento nevrálgico da articulação entre aqueles dois documentos: o montante global do PIDDAC e a repartição do aumento.

Se a Assembleia assim o entender, desse aumento, uma parte significativa, destina-se a verbáis no quadro do Ministério do Equipamento Social para despesas com habitação.

Vozes do PS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Uma terceira reflexão: foi preocupação frequentemente expressa ao longo do debate a necessidade de preparar o futuro. É essa também — e afirmo-o claramente — a posição do Governo. E não só preparar o futuro em termos verbais mas, sobretudo, prepará-lo bem! Daí que seja indispensável não perder de vista que o futuro começa em cada dia, e que, se

não houver a precaução consciente de assegurar o mínimo de condições de equilíbrio na economia e nas finanças, não há desejos, aspirações, intenções, projectos ou sonhos, que possam ter lugar em termos da realidade concreta.

Por isso o binómio «estabilização-desenvolvimento» que o Governo assume na sua política económica concreta, constitui simultaneamente uma condição indispensável e a única base segura para a modernização da economia.

Esse binómio está claramente presente no conjunto das grandes opções do Plano e Orçamento do Estado para 84, pelo que me parece desnecessário estar agora a repetir o conteúdo dos textos ou, sequer, de intervenções anteriores.

O outro binómio que condiciona, em profundidade, a nossa vida económica e financeira — e também ele presente nos documentos em apreciação — é o da articulação défice externo-capacidade de endividamento externo.

Não é possível, hoje, encarar a vida económica portuguesa sem ter presente, em primeira linha, essa realidade concreta do défice exterior e das nossas necessidades de financiamento. Não se trata de um simples raciocínio de ordem financeira; é uma efectiva realidade com que, por bastante tempo ainda, a economia portuguesa terá de contar como uma condicionante. E, ainda nesse aspecto, só poderá tal restrição ser ultrapassada actuando firmemente no plano da estabilização.

Simultaneamente lançam-se as bases para um ajustamento positivo, no plano estrutural, que permita, dentro de alguns anos, equilibrar as contas externas não pelo ajuntamento restritivo mas sim pela mais concreta afectação de recursos, numa adequada inserção da economia portuguesa na economia internacional. E não há outro caminho duradouro seguro para assegurar esse objectivo. Esse processo de transformação não pode ser feito em poucos meses. Mas é esse mesmo processo que constituirá, inevitavelmente, peça importante da política tendente a quebrar o círculo vicioso de «paragem-arranque» que tem afectado a economia portuguesa desde há bem mais de uma década.

O Governo está a trabalhar não apenas na implementação da sua política conjuntural mas também na preparação da sua política de recuperação financeira e económica e de modernização da economia portuguesa.

Temos cumprido, até agora, os compromissos que assumimos em matéria de implementação de política de curto prazo e, de momento, não se vê razão clara para que não se continue a cumprir.

Mas também não se esperará pelo final do 1.º semestre ou do 2.º semestre do próximo ano para se tomarem iniciativas sérias de recuperação financeira e económica, designadamente no que respeita a situação difíceis de empresas ou sectores em que tais medidas se mostram já indispensáveis.

Dentro da filosofia global que enforma o Plano de Recuperação Financeira Económica a apresentar na ocasião referida na nota de apresentação das grandes opções do Plano para 1984, o Governo tomará entretanto as primeiras iniciativas para enfrentar, já não na perspectiva imediata de curto prazo, mas numa dimensão claramente virada para o futuro, alguns dos problemas de regeneração da economia portuguesa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Já afirmei que, 1984 será um ano difícil, mas será também um ano crucial para o nosso futuro.

Para enfrentarmos essa situação e criar as condições de recuperação, apresentou o Governo as propostas de lei das grandes opções do Plano e do Orçamento para 1984 cuja apresentação hoje termina.

A parte um ou outro ponto de variação quanto à intensidade e ao grau da implementação das medidas, ficou demonstrado neste debate que não foi formulada uma política global alternativa em termos sérios.

O Sr. João Lencastre (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — O Governo considera que as propostas de lei que apresentou correspondem ao mais correcto caminho para enfrentar a crise e para construir o futuro.

O Governo está aberto, se estas propostas forem aprovadas na generalidade pela Assembleia da República, a prosseguir a sua apreciação na especialidade nos termos de esforço convergente para a resolução dos problemas tal como referi anteriormente.

Em suma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo espera que esta Câmara aprove, na generalidade, as propostas de lei em discussão.

Aplausos do PS, do PSD e da ASDI.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar, na generalidade, a proposta de lei n.º 46/III, relativa às grandes opções do Plano para 1984.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD e da ASDI e votos contra do PCP, do CDS, da UEDS, do MDP/CDE e do deputado independente António Gonzalez.

O Sr. Presidente: — De seguida vamos votar, também na generalidade, a proposta de lei n.º 47/III, relativa ao Orçamento do Estado para 1984.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD e da ASDI e votos contra do PCP, do CDS, da UEDS, do MDP/CDE e do deputado independente António Gonzalez.

O Sr. Presidente: — Entretanto, deu entrada na Mesa um requerimento, subscrito por deputados do PS e do PSD, requerendo a baixa à Comissão de Economia, Finanças e Plano das propostas de lei acabadas de aprovar, para que aí se proceda à sua discussão e votação na especialidade, fixando a data de 12 de Dezembro como limite para a sua conclusão a fim de que nos dias 12, 13 e 14 do mesmo mês se realizem em Plenário as votações na especialidade e a votação final global.

Vamos, pois, votar este requerimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encontram-se na Mesa dois relatórios da Comissão de Regimento e Mandatos. Eles obtiveram a aprovação unânime dessa Comissão, pelo que creio não ser necessário proceder à sua leitura.

Um refere-se a um requerimento feito pelo Sr. Deputado Abreu Lima ...

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, entendo que não posso votar um documento cujo teor desconheço.

Uma coisa é aceitar a votação do meu camarada na Comissão de Regimento e Mandatos — que eu aceito — e outra coisa é votar um documento cujo conteúdo desconheço e que me ultrapassa.

Portanto, se o Sr. Presidente quiser pôr à votação o documento sem ser feita a leitura, eu abster-me-ei. E o significado da minha abstenção é apenas esse.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a pergunta foi feita no sentido de saber se alguém exigia a leitura do parecer. Desde que um só dos Srs. Deputados exija a leitura, ela far-se-á. A Mesa e, nomeadamente, eu próprio que neste momento exerce as funções de Presidente, nunca poria à votação algo que os Srs. Deputados desconhecessem.

Srs. Deputados, vão agora ouvir a leitura integral do documento:

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República:

Para os devidos efeitos remeto o parecer desta Comissão Parlamentar aprovado por unanimidade dos Srs. Deputados presentes na sua reunião de 22 do corrente, sobre a exposição do Sr. Deputado João Gomes de Abreu Lima, de que junto fotocópia, em aditamento ao relatório enviado a V. Ex.^a através do ofício n.^o 323 SAC/83, de 21 de Outubro de 1983.

Parecer da Comissão de Regimento e Mandatos

Em cumprimento do despacho do Ex.^{mo} Presidente da Comissão de Regimento e Mandatos para a exposição do Sr. Deputado Abreu Lima, datada de 15 de Novembro de 1983, em que argumenta no sentido de que a suspensão do seu mandato para efeito de possibilitar o andamento do processo n.^o 305/83, a correr pelo Tribunal Judicial de Vila Nova de Famalicão, «não deve produzir efeitos imediatos», cumpre-me prestar os seguintes esclarecimentos em aditamento ao relatório que subscrevi, com data de 28 de Junho do ano corrente.

A conclusão contida no referido relatório filia-se numa intervenção do n.^o 3 do artigo 160.^º da Constituição da República Portuguesa, segundo a qual o que importa é saber se a Assembleia da República decide pela suspensão do mandato do deputado com vista ao prosseguimento do processo.

Salvo melhor entendimento, o espírito daquela disposição aponta para a possibilidade do prosseguimento do processo com a necessária suspensão quando esta se torna indispensável para o efeito. Suspensa para depoimentos, para julgamento ou quaisquer diligências que o juiz considere necessárias. Parece estar fora do espírito da legislação a suspensão à espera que se verifiquem condições para o prosseguimento do mesmo. Tal interpretação poderia dar lugar a que o deputado

estivesse meses ou mesmo anos a aguardar a data em que a suspensão das imunidades que a lei lhe confere tivesse justificação.

Nestes termos, retomando as conclusões expressas no já citado relatório, que mereceu aprovação por unanimidade no Plenário da Assembleia da República, sou de parecer que o Tribunal Judicial de Vila Nova de Famalicão, deve ser notificado das disponibilidades do processo, com suspensão do seu mandato no momento da efectivação dos actos processuais necessários.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, creio que não será necessário ler o depoimento do Sr. Deputado João Abreu Lima, uma vez que tudo ficou claro.

Vamos, então, votar este parecer que acabei de ler.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Segue-se um parecer da Comissão de Regimento e Mandatos referente a um processo movido ao Sr. Deputado João Joaquim Gomes.

Este parecer foi também aprovado por unanimidade na Comissão, pelo que, e caso não haja inconveniente ou oposição por parte de nenhum dos Srs. Deputados presentes, lerei apenas a conclusão.

É o seguinte o teor da conclusão da Comissão de Regimento e Mandatos, depois de variadíssimas considerações:

O mandato do Sr. Deputado João Joaquim Gomes não deve ser suspenso, para efeito de seguimento do processo correccional n.^o 377 contra si pendente no 1.^º Juízo Correccional de Lisboa, 1.^ª Secção.

Algum dos Srs. Deputados exige a leitura integral do parecer?

Pausa.

Conclui pelo silêncio da Câmara não ser necessário procedermos à leitura do parecer, pelo que podemos passar à votação do mesmo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o n.^o 8 da súmula da Conferência dos Grupos Parlamentares diz o seguinte:

O Plenário deverá utilizar a convocação de todas as Comissões para os efeitos acima referidos.

Salvo o devido respeito, que é muito, não é propriamente função do Plenário utilizar a convocação de todas as Comissões, mas sim, nos termos do artigo 59.^º do Regimento da Assembleia da República suspender as sessões plenárias desta Assembleia para que as Comissões possam reunir.

Neste sentido, foi apresentado um projecto de resolução, de que são primeiros signatários os Srs. Deputados Luís Saias e Fernando Condesso, do seguinte teor:

Projecto de resolução

Nos termos e para os efeitos do artigo 59.^º do Regimento da Assembleia da República, os deputados abaixo assinados propõem a seguinte

Resolução

A Assembleia da República suspende as suas reuniões plenárias, para efeito de trabalho de comissões — apreciação na especialidade das propostas de lei n.ºs 46/III e 47/III (grandes opções do Plano e Orçamento do Estado para 1984), e apreciação de assuntos urgentes.

O Sr. Presidente: — Está em discussão este projecto de resolução.

Pausa.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, suspensas as reuniões da Assembleia nos termos do artigo 59.º, compete aos presidentes das Comissões fazerem as convocatórias das respectivas reuniões e não, obviamente, ao Plenário. E é assim porque o cominado no artigo 58.º do Regimento diz respeito somente àquelas Comissões que reúnem fora da sessão legislativa. No entanto, a Mesa dispõe de um documento que expressa os acordos a que se chegou quanto à discussão na especialidade e que, para perfeita elucidação de VV. Ex.ºs, passo a ler:

Discussão na especialidade, dia 28, segunda-feira, às 15 horas, com a presença do Sr. Ministro da Administração Interna; às 17 horas, com a presença do Sr. Ministro do Mar;

Dia 29, terça-feira, pelas 10 horas com a presença do Sr. Ministro do Equipamento Social; às 15 horas com a presença do Sr. Ministro da Saúde e às 17 horas com a presença do Sr. Ministro da Qualidade de Vida;

Dia 30, quarta-feira, pelas 10 horas, com a presença do Sr. Ministro da Cultura e da Indústria; pelas 15 horas com a presença do Sr. Ministro do Comércio; pelas 17 horas com a presença do Sr. Ministro do Trabalho.

Estão, assim, convocadas as Comissões na base do acordo feito. Todavia, isto não dispensa que os Srs. Presidentes que a não fizeram ainda, efectuem o acto formal da convocação.

Srs. Deputados, há ainda alguns anúncios a fazer, pelo que dou a palavra ao Sr. Secretário da Mesa.

O Sr. Secretário (Leonel Fadigas): — Projecto de Lei n.º 253/III, apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Patrício e outros, do PCP, sobre subsídio de desemprego aos jovens candidatos ao primeiro emprego.

Foi admitida uma petição, em forma de abaixo-assinado, apoiando a deliberação da CGTP-IN, no sentido de pedir a declaração de inconstitucionalidade do imposto extraordinário sobre os rendimentos do trabalho recebidos entre Janeiro e Setembro de 1983, sendo a petição subscrita pelos Srs. Álvaro Fernandes Rana e Francisco de Sá Pereira, em nome do Conselho Nacional da CGTP-IN. Esta petição baixou à 5.ª Comissão.

O Sr. Presidente: — A próxima sessão do Plenário realiza-se no dia 12 de Dezembro, às 10 horas.

Gostaria de informar VV. Ex.ºs que, por indicação do Sr. Presidente da Comissão de Economia, Finanças

e Plano, está convocada uma reunião para o próximo dia 28 do corrente, às 15 horas.

Está encerrada a sessão.

Eram 21 horas e 40 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Fernando José da Costa.

João Domingos Abreu Salgado.

José Ângelo Ferreira Correia.

Maria Margarida Salema Moura Ribeiro.

Partido Comunista Português (PCP):

João António Torrinhas Paulo.

Maria Odete Santos.

Octávio Floriano Rodrigues Pato.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

António Cândido Miranda Macedo.

António da Costa.

António Gonçalves Janeiro.

Beatriz Almeida Cal Brandão.

Eurico José P. Carvalho Figueiredo.

José Manuel Torres Couto.

Manuel Alfredo Tito de Moraes.

Manuel Filipe Pessoa Santos Loureiro.

Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.

Rui Fernando Pereira Mateus.

Victor Manuel Caio Roque.

Partido Social-Democrata (PSD/PPD):

Adérito Manuel Soares Campos.

Amândio S. Domingues Basto Oliveira.

Fernando José Alves Figueiredo.

José Luís de Figueiredo Lopes.

Manuel da Costa Andrade.

Manuel Filipe Correia de Jesus.

Victor Pereira Crespo.

Partido Comunista Português (PCP):

António Dias Lourenço.

Lino Carvalho de Lima.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.

José Vieira de Carvalho.

Luís Filipe Paes Beiroco.

Declaração de voto enviada à Mesa para publicação e relativa às propostas de lei n.º 46/III e 47/III

O Agrupamento Parlamentar da UEDS votou desfavoravelmente as propostas de lei das grandes opções

do Plano e do Orçamento do Estado para 1984, pelas razões expostas na declaração final do deputado Hasse Ferreira.

Esse voto, contudo, não impede que entenda dever sublinhar, em termos estritamente pessoais, que as iniciativas legislativas ora em apreço contêm diversos aspectos que dificilmente poderiam ser encarados de forma diversa daquela que nelas se contém, atentos os graves condicionalismos económico-financeiros existentes no nosso país.

Não se questiona, pois, a necessidade de pedir aos Portugueses sacrifícios: apenas se considera insuficientemente explicitado o equilíbrio desejado em termos de repartição dos custos sociais que o programa de emergência de estabilização da conjuntura económica forçosamente acarreta, tal como sempre decorreria da aplicação de qualquer outro programa semelhante, ainda que de intensidade menor ou de efeitos menos drásticos.

Sublinha-se o desfasamento existente entre a perspectiva imediata de ataque aos vectores fundamentais da crise conjuntural e a apresentação — que se desejaria concomitante — de um projecto ou, pelo menos, de um programa de reestruturação da economia nacional sem o qual a eficácia das medidas conjunturais se pode considerar limitada.

O esclarecimento desta dupla ordem de preocupações não foi obtido no debate na generalidade, em boa parte em virtude da sua deficiente organização, o que não permitiu uma autêntica troca de opiniões sectoriais em clima de verdadeiro debate como impunha o sentido da alteração do artigo 108.º da Constituição e a própria lógica global da lei de enquadramento do Orçamento do Estado.

Estas deficiências terão de ser forçosamente irradiadas para futuro, sob pena de subsistirem soluções anacrónicas que desprestigiam a própria Assembleia da República.

Resta-me a esperança de que o debate na Comissão de Economia, Finanças e Plano, mais cuidadosamente sistematizado e organizado permita esclarecer aqueles pontos e por essa via contemplar o essencial das preocupações contidas na declaração final dos deputados da UEDS, viabilizando por essa forma uma reformulação do sentido de voto do Agrupamento Parlamentar da UEDS.

O Deputado da UEDS, *António Vitorino*.

Relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos enviado à Mesa para publicação

Em reunião realizada no dia 25 de Novembro de 1983, pelas 19 horas, foram apreciadas as seguintes substituições de deputados:

1) Solicitada pelo Partido do Centro Democrático Social:

Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró (círculo eleitoral de Coimbra) por António Bernardo da Gama Lobo Xavier (esta substituição é pedida para os próximos dias 28 a 30 de Novembro corrente; inclusive);

2) Solicitada pelo Movimento Democrático Português (MDP/CDE):

João Craveira Corregedor da Fonseca (círculo eleitoral de Setúbal) por José Carlos Queiroz Pinheiro Henriques (esta substituição é pedida para os próximos dias 12 a 14 de Dezembro, inclusive).

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções considerando a ordem de precedência das respectivas lista eleitorais apresentadas a sufrágio nos concorrentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade dos deputados.

A Comissão: Vice-Presidente, *Mário Júlio Montalvão Machado* (PSD) — Secretário, *José Manuel Maia Nunes de Almeida* (PCP) — *Bento Elísio de Azevedo*, (PS) — *Carlos Cardoso Lage* (PS) — *Manuel Fontes Orvalho* (PS) — *Luis Silvério Gonçalves Saias* (PS) — *Cristóvão Guerreiro Norte* (PSD) — *Fernando José da Costa* (PSD) — *Maria Margarida Salema Moura Ribeiro* (PSD) — *João António Gonçalves do Amaral* (PCP) — *Jorge Manuel Abreu de Lemos* (PCP) — *Manuel António de Almeida de A. Vasconcelos* (CDS) — *António Manoel de Carvalho F. Vitorino* (UEDS) — *Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho* (ASDI).

Pergunta ao Governo, relativa às grandes opções do Plano e ao Orçamento do Estado para 1984 (propostas de lei n.º 46/III e 47/III) e enviada à mesa para publicação.

De entre as muitas reivindicações constitucionalmente encaminhadas para a Assembleia da República através dos grupos parlamentares, sob forma de propostas, moções, apelos ou simples informações, destaquemos dois documentos elucidativos e directamente ligados ao comportamento das autarquias nas suas relações com as empresas de obras públicas.

Uma pequena empresa de «construções e saneamento» com cerca de 100 postos de trabalho, declara-se credora de 96 000 contos junto de 10 autarquias.

Afirma-se estrangulada e impossibilitada de sobreviver.

Traduzindo a alarmante multiplicação destas situações, a Associação de Empresas de Construção de Obras Públicas do Sul, além dos milhões em dívidas atribuídas a diferentes entidades públicas, onde não falta a administração central, regista, 3,1 milhões de contos em dívida por parte das autarquias locais.

Entretanto, os credores referem o argumento apresentado pelas autarquias segundo o qual não pagam porque o Governo não cumpre, junto delas, a Lei das Finanças Locais ...

Nestes termos, é lícito formular ao Sr. Ministro da Administração Interna a seguinte pergunta:

Tenciona o Governo, através da sua política global para 1984, desbloquear esta alarmante situação, dando cumprimento à Lei das Finanças Locais?

Ou pensa o Governo na alternativa de fazer sentir às autarquias que não podem persistir na assunção de compromissos filiados em recursos que não existem, arrastando consigo as vítimas indefesas de uma economia ilusoriamente planeada e, objectivamente, condicionada?

Lisboa e Palácio de São Bento, 25 de Novembro de 1983.— O Deputado do CDS, *Francisco Menezes Falcão*.

Relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos enviado à Mesa para publicação

Em reunião realizada no dia 26 de Novembro de 1983, pelas 10 horas, foram apreciadas as seguintes substituições de deputados:

1) Solicitadas pelo Partido Social-Democrata:

Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro (círculo eleitoral de Aveiro), por António Coutinho Monteiro de Freitas (esta substituição é pedida para o dia 25 de Novembro corrente, inclusive).

César Augusto Vila Franca (círculo eleitoral de Castelo Branco) por Vítor Manuel de Ascensão Mota (esta substituição é pedida para o dia 25 de Novembro corrente, inclusive).

2) Solicitadas pelo Partido do Centro Democrático Social:

Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró (círculo eleitoral de Coimbra) por António Bernardo da Gama Lobo Xavier (esta substituição é pedida para o dia 25 de Novembro corrente, inclusive).

Eugenio Maria Nunes Anacoreta Correia (círculo eleitoral do Porto) por Henrique António da Conceição Madureira (esta substituição é pedida para o dia 25 de Novembro corrente, inclusive).

José Miguel Nunes Anacoreta Correia (círculo eleitoral de Leiria) por David José Leandro Duarte Ribeiro (esta substituição é pedida para o dia 25 de Novembro corrente, inclusive).

3) Solicitada pelo Movimento Democrático Português/CDE:

João Cerveira Corregedor da Fonseca (círculo eleitoral de Setúbal) por José Carlos Queiroz Pinheiro Henriques (esta substituição é pedida para os próximos dias 5 a 7 de Dezembro, inclusive).

Analizados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio nos concorrentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes.

A Comissão: Vice-Presidente, Mário Júlio Montalvão Machado (PSD) — Secretários: José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — Armando Domingos Lima Ribeiro de Oliveira (CDS) — Joel Silva Ferro (PS) — Alexandre Monteiro António (PS) — Rui Monteiro Picciuchi (PS) — Daniel Abílio Ferreira Bastos (PSD) — José Mário Lemos Damião (PSD) — José Silva Marques (PSD) — Carlos Alberto Espadinha (PCP) — João António Gonçalves do Amaral (PCP) — Jorge Manuel Abreu de Lemos (PCP) — Adalberto Neiva de Oliveira (CDS) — Manuel António de Almeida de A. Vasconcelos (CDS) — João Corregedor da Fonseca (MDP/CDE) — Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (ASDI).

Rectificação ao «Diário», n.º 41, de 4 de Novembro de 1983

Na p. 1815, 2.ª col., l. 48 e 49, onde se lê «Decreto-Lei n.º 348/83» deve ler-se «Decreto-Lei n.º 398/83».

PREÇO DESTE NÚMERO 152\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA